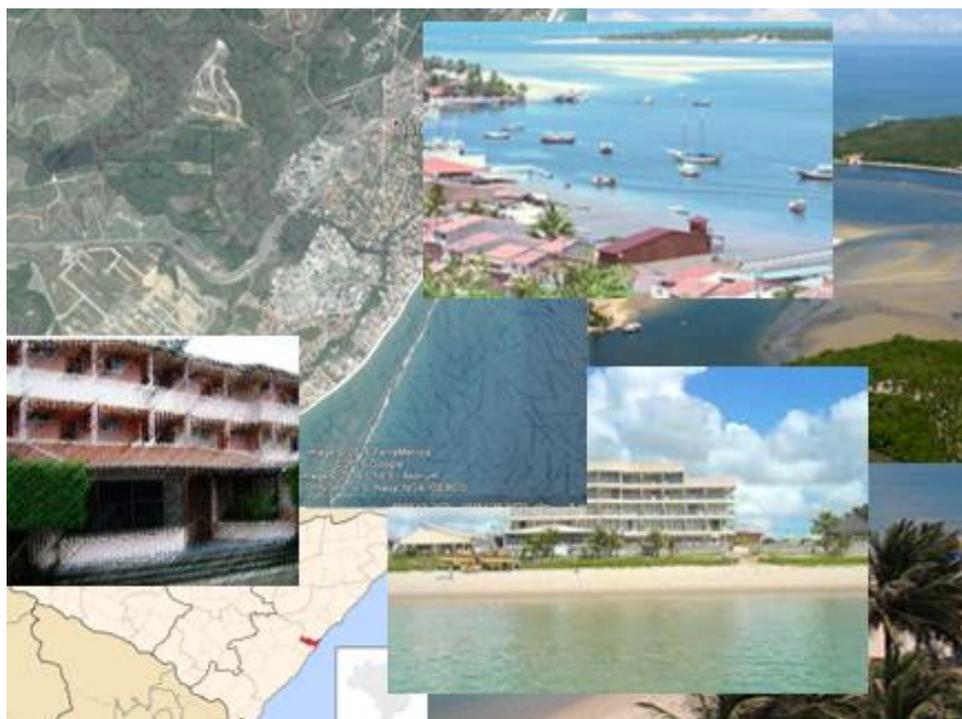


UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

CARLA GUIMARÃES MACHADO

**VILEGIATURA MARÍTIMA E URBANIZAÇÃO LITORÂNEA:  
AS TRANSFORMAÇÕES NO LITORAL DO MUNICÍPIO DE  
BARRA DE SÃO MIGUEL, AL**



Maceió-AL  
2016

CARLA GUIMARÃES MACHADO

**VILEGIATURA MARÍTIMA E URBANIZAÇÃO LITORÂNEA:**  
AS TRANSFORMAÇÕES NO LITORAL DO MUNICÍPIO DE  
BARRA DE SÃO MIGUEL, AL

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Dulce Barbosa Lins

Maceió-AL  
2016

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- M149v Machado, Carla Guimarães.  
Vilegiatura marítima e urbanização litorânea: as transformações no litoral do município de Barra de São Miguel, AL. / Carla Guimarães Machado. – 2016.  
115 f. : il.
- Orientadora: Regina Dulce Barbosa Lins.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2016.
- Bibliografia: f. 101-110.  
Apêndices: f. 111-115.
1. Vilegiatura marítima. 2. Urbanização litorânea – Alagoas. 3. Arquitetura – Expansão urbana por lazer. 4. Pequenos municípios – Brasil, Nordeste. I. Título.

CDU: 728.1 (813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**Carla Guimarães Machado**

**VILEGIATURA MARÍTIMA E URBANIZAÇÃO LITORÂNEA:  
AS TRANSFORMAÇÕES NO LITORAL DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO  
MIGUEL, AL.**

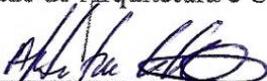
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fau/Ufal, área de concentração em Dinâmicas do Espaço Habitado, como requisito final para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

APROVADA em / / 2016

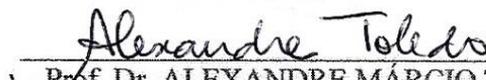
BANCA EXAMINADORA



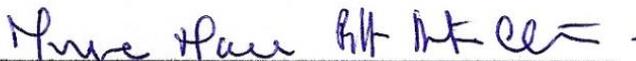
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. REGINA DULCE BARBOSA LINS  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Prof. Dr. ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN



Prof. Dr. ALEXANDRE MÁRCIO TOLEDO  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. MORGANA MARIA PITTA DUARTE CAVALCANTE  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus, fortaleza em minha vida.

Aos meus pais, José Marcelo Costa Machado e Lísia Malta Guimarães Machado, que sempre me incentivaram à buscar o conhecimento e que sempre serão os pilares de minha conduta pessoal. Amo incondicionalmente!

Aos meus irmãos, Vanessa Guimarães Machado e Marcelo Guimarães Machado, por todo apoio e incentivo prestados.

À prof. Dra. Regina Dulce Barbora Lins, orientadora, pelos conhecimentos partilhados desde a graduação, os quais serviram de estímulo na realização este trabalho. Obrigada!

À banca examinadora: Alexandre Toledo, Alexsandro Ferreira e Morgana Duarte, por terem gentilmente aceito o convite para examinar este trabalho.

Aos professores do DEHA, por todos os conhecimentos transmitidos.

À todos que contribuíram com informações para a realização deste trabalho através de materiais, dados e entrevistas.

## RESUMO

A vilegiatura marítima e a urbanização litorânea são fenômenos diretamente relacionados à valorização dos espaços litorâneos mediante a propagação das práticas marítimas modernas (banhos de mar, veraneio e turismo) nos espaços litorâneos. A maritimidade moderna instaura novas possibilidades de relação das sociedades com o mar e os espaços litorâneos, tornando-o *locus* prioritário para a realização de atividades de lazer e moradia (temporárias ou permanentes). Neste cenário, é possível afirmar que o incremento da urbanização dos espaços litorâneos está relacionado à disseminação das práticas marítimas modernas. Para compreender as transformações nos espaços costeiros decorrentes da urbanização e das práticas marítimas modernas, toma-se como objeto de estudo a expansão da vilegiatura marítima no litoral de Barra de São Miguel, município localizado no litoral Sul do Estado de Alagoas. A vilegiatura marítima na Barra de São Miguel recebe desde o início uma forte influência da expansão do tecido urbano de Maceió em direção ao litoral Sul. A morfologia urbana, marcada por parcelamentos e aglomerados de segundas residências, é resultado de como o litoral de Barra de São Miguel é alcançado pela cidade de Maceió, evidenciando sua influência na constituição das formas espaciais predominantes no município. Desta forma, os veranistas, o poder público municipal e estadual, os empreendedores imobiliários e moradores dos municípios circunvizinhos são sujeitos sociais envolvidos no processo de constituição da morfologia urbana resultante em Barra de São Miguel. A metodologia para desenvolver a pesquisa constitui-se das seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica e documental; b) entrevistas; c) pesquisa de campo;

**Palavras-chave:** Vilegiatura marítima, urbanização litorânea, práticas marítimas modernas, expansão urbana por lazer, pequenos municípios do Nordeste brasileiro.

## ABSTRACT

The maritime summer vacation and the coastal urbanization phenomena are directly related to the valuation of coastal areas by the spread of modern maritime practices (bathing, vacation and tourism) in these areas. Modern maritimity introduces new possibilities for list of companies with the sea and the coastal areas, making it the primary locus for holding leisure activities and housing (temporary or permanent). In this scenario, it is clear that the increasing urbanization of coastal areas is related to the spread of modern maritime practices. To understand the changes in coastal areas resulting from urbanization and modern maritime practices, it is taken as an object of study the expansion of maritime summer vacation in Barra de São Miguel coastline, a city located in the south coast of the state of Alagoas. Since the beginning, maritime summer vacation in Barra de São Miguel receives a strong influence from the capital Maceio through the expansion of its urban tissue towards the south coast. The urban morphology, marked by urban divisions and accumulation of second homes, is a result of how the coast of Barra São Miguel is achieved by Maceio city, showing its influence in the formation of spatial forms prevalent in the city. The summering people, municipal and state authorities, real estate entrepreneurs and the people who live in local beaches are social subjects involved in the process of the making of urban morphology in Barra de São Miguel. The document is the result of the methodological practices based on the following stages: a) bibliographic and documentary research; b) field research; c) informal interviews.

**Keywords:** *maritime summer vacation, coastal urbanization, modern maritime practices, urban sprawl for leisure, small municipalities in Northeast Brazil.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

### ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- A praia de <i>Scheveningen</i> , pintada por Goyen (1646) .....	26
Ilustração 2- Principais semelhanças e diferenças entre a vilegiatura marítima e o turismo litorâneo.....	40
Ilustração 3- Modelo de Lundgren (1974) sobre a expansão urbana e as segundas residências.....	51
Ilustração 4- Rua do Comércio no início do século XX.....	54
Ilustração 5- Café Colombo”, estabelecimento comercial do início do século XX.....	54
Ilustração 6- Estádio Rei Pelé na década de 1970.....	56
Ilustração 7- Alagoinhas na década de 1980.....	58
Ilustração 8- Viaduto Beroaldo Maia Gomes (Detran) e Ponte Divaldo Suruagy.....	63
Ilustração 9- Ponte da Massagueira.....	64
Ilustração 10- Viaduto do Francês.....	64
Ilustração 11- Viaduto da Barra de São Miguel.....	64
Ilustração 12- Esboço de localização das pontes e viadutos do projeto de duplicação da AL 101 Sul .....	65
Ilustração 13- Região Metropolitana de Maceió.....	69
Ilustração 14- Praia de Jatiúca na década de 1980.....	72
Ilustração 15- Principais vias de acessos para a Barra de São Miguel (AL-101 Sul e AL 220).....	74
Ilustração 16- Trecho de costa da praia das Conchas, em Barra de São Miguel.....	75
Ilustração 17- Manguezal no Rio Niquim.....	75
Ilustração 18- Vista aérea dos principais rios que limitam o município .....	76
Ilustração 19- Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) da Barra de São Miguel.....	77
Ilustração 20- Modelo de embarcação construído nos estaleiros de Barra de São Miguel.....	78
Ilustração 21- Igreja Matriz.....	78
Ilustração 22- Início da Rua de Dentro (1920) .....	79
Ilustração 23- Rua Atalaia urbanizada.....	80

Ilustração 24- Relação entre Maceió e Barra de São Miguel pela maritimidade moderna.....	81
Ilustração 25- Mancha das primeiras áreas de ocupação da Barra de São Miguel até a década de 1960.....	83
Ilustração 26- Mancha das primeiras áreas de ocupação da Barra de São Miguel até a década de 1970.....	85
Ilustração 27- Planta do Loteamento Arquipélago do Sol.....	88
Ilustração 28- Planta do Loteamento Altavistta.....	88
Ilustração 29- Planta do Condomínio Iloa Vida em Família.....	88
Ilustração 30- Mancha de ocupação do litoral da Barra de São Miguel: Loteamento Arquipélago do Sol, Loteamento Altavistta e Condomínio Iloa Vida em Família.....	89
Ilustração 31- Aglomerações residenciais e meios de hospedagem cadastrados no município (2016) .....	92
Ilustração 32- Exemplo de residência de veraneio à beira-mar (Loteamento Praia das Conchas) .....	93
Ilustração 33- Exemplo de residência de veraneio (Loteamento Barramar) .....	93
Ilustração 34- Coexistência entre habitações tradicionais e condomínio de veraneio.....	94
Ilustração 35- Condomínio Porto Venezia (exemplo de condomínio fechado) .....	94

## QUADROS

Quadro 1 – Proprietários de segunda residência por característica e tipo.....	43
Quadro 2 – Características das residências secundárias.....	46
Quadro 3 – Espacialidades na Região Metropolitana de Fortaleza.....	67
Quadro 4 – Espacialidade da relação Maceió -Barra de São Miguel.....	70
Quadro 5 – Domicílios de uso ocasional e taxa de urbanização em Barra de São Miguel.....	91

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Banco do Nordeste (BNB)

Central de Abastecimento de Alagoas (CEASA)

Conselho Estadual de Turismo (CETUR)

Departamento de Estradas e Rodagem (DER)

Domicílios de uso ocasional (DUO)

Empresa Alagoana de Turismo S/A (EMATUR)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Plano Diretor Participativo (PDP)

Produto Interno Bruto (PIB)

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE)

Região Metropolitana de Maceió (RMM)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU)

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 PERCURSOS HISTÓRICO - ESPACIAIS: DO MODELO CLÁSSICO À VILEGIATURA MARÍTIMA MODERNA NOS TRÓPICOS .....</b>	<b>25</b>
1.1 A relação do homem com o mar: de lugar aterrorizante a lugar de moradia e lazer.....	25
1.2 Do modelo clássico ao aparecimento da vilegiatura marítima moderna.....	27
1.3 Maritimidade moderna e vilegiatura marítima nos trópicos: o litoral brasileiro.....	31
1.3.1 Vilegiatura marítima no nordeste: da ação espontânea à massificação.....	35
1.3.2 Vilegiatura marítima e turismo litorâneo no contexto da relação “viagem-estadia”.....	39
1.3.3 A produção das formas imobiliárias da vilegiatura marítima: as residências secundárias.....	44
1.3.3.1 Tipologias de residências secundárias.....	49
1.3.4 Expansão do tecido urbano pelas segundas residências em direção ao litoral e a morfologia resultante.....	50
<b>2 URBANIZAÇÃO POR LAZER: A EXPANSÃO DO TECIDO URBANO DE MACEIÓ E A VILEGIATURA MARÍTIMA EM BARRA DE SÃO MIGUEL .....</b>	<b>53</b>
2.1 Maritimidade moderna em alagoas .....	53
2.2 A expansão litorânea de maceió e a valorização do espaço litorâneo em barra de são miguel.....	65
<b>3 CAPÍTULO 03: VILEGIATURA MARÍTIMA EM BARRA DE SÃO MIGUEL E SUAS CARACTERÍSTICAS .....</b>	<b>74</b>
3.1 Barra de São Miguel e O Seu Litoral.....	74
3.2 A Barra de São Miguel até a primeira metade do século XX.....	77
3.3 Urbanização Litorânea em Barra de São Miguel pelas atividades da vilegiatura marítima a partir da segunda metade do século XX.....	80
3.3.1 Aspectos quantitativos da urbanização litorânea em Barra de São Miguel e sua morfologia.....	91

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

### AS RAZÕES DA PESQUISA

O interesse pela temática da urbanização dos espaços litorâneos justifica-se tanto por aspectos relacionados à formação acadêmica do (a) pesquisador (a), quanto pela vivência em relação ao objeto empírico, a qual despertou curiosidades que permaneceram em busca de respostas. Desde a adolescência, a responsável pela pesquisa, que reside na capital de Alagoas – Maceió, esteve em contato com o município de Barra de São Miguel. As “idas às praias” eram programações corriqueiras da jovem junto à sua família.

A partir das leituras realizadas no curso de mestrado, a escritora deste pesquisa pode perceber que as relações entre o município de Barra de São Miguel e a capital Maceió eram mediadas principalmente pela valorização dos espaços litorâneos. A partir de documentos, livros, entrevistas, visitas à campos e relatórios, foi possível observar o equívoco em se pensar a Barra de São Miguel isoladamente. Esta perspectiva amplia e fundamenta os argumentos que constituem esta dissertação.

### FUNDAMENTOS DE UMA REFLEXÃO

A vilegiatura marítima surge com a valorização dos espaços litorâneos associada à propagação das práticas marítimas modernas (banhos de mar), impondo uma nova racionalidade na forma de ocupação do litoral (DANTAS et.al. 2008: 295). Porém, o litoral e a zona costeira nem sempre foram vistos enquanto lugares atrativos e propícios à urbanização para moradia ou lazer. Por muitos anos, a visão do mar foi permeada por uma grande sensação de medo e repulsa. Segundo os escritos de Corbin (1989: 11), a interpretação bíblica sobre o mar e a narração de catástrofes como enchentes e dilúvios fortaleceram a imagem da beira-mar enquanto lugar de caos e mistérios infinitos.

Em seus estudos, Dantas (2004:65; 2009:21) afirma que a dinâmica de ocupação e valorização das zonas de praia dos trópicos, anteriormente ignoradas pela classe média e elites, só ganha forças com a mudança de mentalidade do homem em relação ao mar. Este processo está diretamente relacionado à maritimidade, conceituada enquanto fenômeno relacionado às mudanças nas representações da sociedade em relação ao mar e ao marítimo desde o último quartel do século XX.

Dantas (2004:63) identifica a presença de dois tipos de maritimidade no litoral brasileiro: uma tradicional e outra moderna. A maritimidade tradicional ou interna está

relacionada às populações tradicionais e funções específicas, tais como a pesca, portos, comércio e marinha nacional. Já a difusão da maritimidade moderna ou externa origina-se das representações dos costumes ocidentais nos trópicos.

Esta maritimidade moderna voltada para o lazer e associada à valorização dos espaços litorâneos<sup>1</sup> foram fundamentais para o surgimento de um fenômeno socioespacial que intensificou a urbanização das zonas de praia e sua incorporação à tessitura urbana: a vilegiatura marítima (DANTAS, 2009: 47).

Pensar a vilegiatura marítima enquanto prática capaz de redefinir os espaços costeiros nos remete a discutir a sua essência (vilegiatura clássica) e de que forma este fenômeno se desenvolveu e foi sendo ressignificado no espaço-tempo de acordo com os fenômenos e condicionantes sociais, em especial no tocante à mudança de relação do homem com os ambientes litorâneos.

O momento inicial da prática da vilegiatura situa-se no contexto rural italiano com a construção das *villas* dos antigos romanos no século XIV, porém estando relacionada à permanência sazonal das elites da época para a prática do *otium* (MARTINS, 2011:07). De maneira geral, a prática reflete o desejo de grupos sociais em se deslocarem de seus locais de habitação para outro onde temporariamente tirarão proveito das amenidades locais, ou seja, a vilegiatura remete à uma estada temporária.

O gosto pela vilegiatura marítima firma-se na Europa dos séculos XVIII e XIX através da produção de espaços distintos de seu padrão de constituição original (*villas*), dando lugar às estações modernas de vilegiatura: os balneários. Segundo Urry (2003:34), as estações balneárias se expandem pelos países da Europa com destaque para Inglaterra e França do século XVIII enquanto pioneiros nos lugares destinados à prática da vilegiatura marítima (ARAGÃO, 2005:23).

Aragão (2005:20) destaca que os balneários ingleses foram os pioneiros e tinham como função primária a realização de banhos terapêuticos, até evoluírem e se tornarem lugares destinados ao lazer e recreação quando a burguesia passa a assimilar e reinventar os gostos aristocráticos. Nesse sentido, Pereira (2012:44) ressalta que a apropriação das estações oceânicas pela burguesia marcou uma mudança social nas práticas da vilegiatura cujo ideário passou a constituir a noção do lazer à beira-mar, incluindo variados estratos sociais.

---

<sup>1</sup> Enquanto produção social, a valorização dos espaços litorâneos está ligada aos aspectos simbólicos, culturais, tecnológicos e ambientais das relações do homem com o litoral (PEREIRA, 2012: 16).

A vilegiatura “vira-se para o mar” (PEREIRA, 2012: 42) e surgem as estações balneárias pela Europa, tais como: Brighton, na Inglaterra, primeira praia moderna a investir na organização dos locais de banho destinados ao prazer; e França, com os balneários de Biarritz, Dieppe e Bolougne.

Edificadas em função dos desejos e das necessidades, a construção de residências européias à beira-mar associadas à vilegiatura passou a manifestar o desejo das populações em usufruir dos ambientes litorâneos e respirar o ar marítimo. Segundo Pereira (2012: 36), os espaços produzidos para satisfazer às necessidades de lazer das sociedades já são indícios de modernização da prática da vilegiatura, o que evidencia a valorização<sup>2</sup> desses espaços enquanto produção social.

A partir do fim do século XIX no Brasil, em virtude da atração pelo modo de vida e costumes ocidentais, acontece a propagação das práticas marítimas modernas por alguns segmentos da sociedade (DANTAS, 2009: 22). Inicialmente realizados com finalidades terapêuticas, os banhos de mar são ressignificados enquanto práticas de lazer com a chegada dos imigrantes germânicos no sul do país.

A eclosão deste tipo de maritimidade relacionada aos costumes europeus instaura um tipo de organização territorial que interfere na maritimidade tradicional referente às práticas das populações locais, como a pesca e os portos, ocasionando conflitos entre moradores/visitantes. Esta oposição é colocada por Dantas (2004:66) quando se fala dos “excluídos e dos litorais tropicais como lugares de ordenamentos conflituosos”.

Com a aproximação dos sujeitos sociais praticantes da vilegiatura nos ambientes costeiros, Pereira (2012: 16) aponta para a emergência de dois processos socioespaciais fundamentais na organização do litoral a partir do século XX: a *urbanização* mediante a *valorização* dos espaços litorâneos. A atração provocada pelos ambientes litorâneos faz com que os cidadãos definam as zonas de praia enquanto locais de moradia eventual (vilegiatura marítima) ou definitiva.

A consolidação da vilegiatura marítima no Brasil a partir do século XX reforçou a necessidade de organização dos espaços litorâneos em função de uma racionalidade urbana, ou seja, o ato de vilegiaturar envolve fluxos de aglomerações citadinas em direção à não-cidade/metrópole e a reprodução de formas espaciais relacionadas ao modo de vida urbano (PEREIRA, 2012: 16).

---

<sup>2</sup> A valorização enquanto produção social não pode ser descrita com base apenas nas teorias econômicas ligadas à economia ambiental (valoração). Segundo Moraes (2007: 17), a valoração está relacionada à metodologia de cálculo de valor utilizada para os recursos naturais e ambientais.

Com a chegada dos vilegiaturistas e o desenvolvimento desta prática, os espaços litorâneos passaram a sofrer transformações em suas paisagens. Dantas (2010:65) salienta que “a zona marcada pela presença dos portos e dos vilarejos de pescadores é afetada atualmente pela construção de novas formas (dos estabelecimentos turísticos somando-se às residências secundárias) acompanhando toda a linha costeira”.

Como a própria constituição etimológica<sup>3</sup> da vilegiatura indica, a propriedade imobiliária marca a denominação da prática e evidencia a relação viagem-estadia, que tem a estadia como componente essencial da vilegiatura na forma das segundas residências (PEREIRA, 2012:69).

Se as vilas de ócio dos antigos romanos constituíam-se na forma imobiliária da vilegiatura clássica, a aproximação do homem com os ambientes litorâneos através dos séculos fez com que esta prática fosse ressignificada até a atualidade na expressão espacial conhecida como segundas residências no litoral.

A fim de entender como se deu a espacialização da vilegiatura marítima mediante a propagação das práticas marítimas modernas, e tendo como recorte espacial o litoral nordestino brasileiro, Dantas & Pereira (2010: 72) situam a dimensão adquirida pela atividade em três períodos temporais.

No primeiro período, até a metade do século XX, a vilegiatura está concentrada nas capitais nordestinas e é responsável pelo início da dinamização de suas zonas de praia com a construção das segundas residências. Dantas & Silveira (2010: 04) afirmam que a vilegiatura marítima desponta no Brasil em 1904 com a construção da via litorânea no Rio de Janeiro, embora os primeiros balneários tenham surgido no final do século XIX (ARAGÃO, 2005: 28).

No segundo período, marcado pela segunda metade do século XX e início do século XXI, a ideia do morar à beira-mar é difundida pelas elites dos substratos médios da sociedade (DANTAS & PEREIRA, 2010:74). O elo inicial estabelecido entre a vilegiatura marítima e a expansão do tecido urbano das capitais litorâneas amplia-se e a vilegiatura extrapola os limites das capitais (*locus* onde estas práticas foram gestadas), incorporando-se às áreas litorâneas dos municípios vizinhos habitados por populações tradicionais ligadas à pesca e aos portos.

Neste período, entre as décadas de 1960 e 1970, o extrapolamento da vilegiatura teve um caráter inicial espontâneo, necessitando de infraestrutura básica para a ação do vilegiaturista pois sua vida é regida pelo urbano e reproduzida nesses locais. Com relação à essa

---

<sup>3</sup> O termo vilegiatura origina-se da forma italiana *villeggiatura*, onde a *villa* se refere à expressão espacial da prática para o lazer e o ócio (AMBRÓZIO, 2005: 106).

infraestrutura, pode-se citar a construção de estradas, fornecimento de serviços de energia, água e telefonia etc., resultantes da demanda gerada nas metrópoles.

Aliado a isso, o desenvolvimento das tecnologias de transporte e meios de comunicação em massa promoveram o encurtamento das distâncias e a construção da imagem das zonas de praia enquanto “paraísos terrestres” a serem cooptados pela sociedade moderna em busca da fuga do cotidiano.

Nessa perspectiva, Dantas & Pereira (2010: 76) afirmam que os vilegiaturistas passam a buscar espaços fora da cidade enquanto necessidade de lazer em áreas originalmente ocupadas por populações tradicionais, como os municípios vizinhos às capitais. A demanda por domicílios de uso ocasional por parte dos residentes na capital gerou um quadro de incorporação do litoral à lógica da urbanização por lazer (PEREIRA, 2012: 19).

O terceiro período temporal situa-se na lógica do planejamento estatal e investimentos privados a partir da década de 1980 até os anos 2000, quando, de acordo com Pereira (2012: 19), a vilegiatura marítima se intensifica a ponto de: a) sua infraestrutura ser a base para o desenvolvimento da atividade turística; b) desenvolver-se a partir da melhoria de infraestrutura das políticas de desenvolvimento do turismo no Brasil.

Sob essa ótica, Dantas e Pereira (2010: 78) argumentam que o espaço litorâneo passa a ser oferecido “à novos usuários, depositários de uma nova prática marítima moderna, o turismo”. Com o desenvolvimento desta prática, o litoral passa a ser apropriado por distintos capitais para atividades produtivas, ou transformados em objetos de consumo do turismo internacional e atividades do veraneio (LIMONAD, 2011:131).

Costa (2012; 148) apresenta o espaço litorâneo valorizado pelo turismo enquanto portador de um valor de troca em detrimento do valor de uso:

[...] e o litoral figura, nesse cenário, como fração limitada do espaço privilegiada no processo de reprodução do espaço enquanto “nova raridade” [...] assim, aquelas novas dinâmicas induzidas pelo turismo materializam-se no espaço e os novos espaços concebidos pelos planejadores da atividade, na sua arte de elaborar simulacros de paraísos padronizados, engendram novas relações sociais.

No âmbito da produção e do consumo do espaço pelo turismo baseados no valor de troca, Silva e Ferreira (2010: 117) apontam para uma nova forma de atuação do mercado imobiliário nas metrópoles nordestinas e em seu litoral. O mercado imobiliário articula-se com o setor turístico dando origem ao fenômeno do “imobiliário-turístico” nas metrópoles nordestinas.

Para Dantas e Pereira (2010:74), o setor imobiliário intensifica sua atuação em áreas cada vez maiores do litoral com a oferta de empreendimentos especializados na oferta de segundas residências para os vilegiaturistas. A especulação imobiliária passa a mobilizar o mercado de terras do litoral através da venda de loteamentos e áreas cada vez maiores por parte dos empreendedores imobiliários. A perspectiva de entrelaçamento do setor imobiliário e turístico mostra-se fundamental na produção e valorização dos espaços litorâneos pelos vilegiaturistas, que passam a ser tornar mais exigentes com relação à infraestrutura implantada nos lugares.

Dantas & Pereira (2010: 79) afirmam que os desdobramentos do desenvolvimento da vilegiatura no Nordeste são pouco estudados e apresentam resultados quantitativos e qualitativos. Com relação aos aspectos quantitativos, estes dizem respeito aos dados que quantificam e localizam as segundas residências no litoral originados no Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (denominação “domicílio de uso ocasional”).

Já os aspectos qualitativos estão ligados à fatores como a valorização do litoral frente à consolidação das práticas marítimas modernas (banhos de mar), fazendo com que a ocupação litorânea na forma das segundas residências nas capitais (inicialmente) e nos municípios litorâneos vizinhos se configure enquanto forma espacial resultante desse processo.

Segundo Pereira (2010:01), a ascensão do turismo a tema técnico e científico fez com que muitos processos passassem a ser nomeados por derivação para fazer menção ao fenômeno da vilegiatura, como o turismo de segundas residências ou turismo residencial. A vilegiatura precede o aparecimento do turismo e ambos guardam aspectos em comum no que diz respeito às viagens e deslocamentos para fins de recreio, porém não são sinônimos<sup>4</sup> (AMBROZIO, 2005: 105).

A consolidação da vilegiatura marítima enquanto fenômeno contemporâneo evidencia o estabelecimento das segundas residências enquanto “fuga” da cidade em busca do lazer em ambientes oníricos, onde os espaços litorâneos nordestinos adquirem grande relevância (DANTAS *et al.*:2010: 87).

Nesse contexto, situa-se o objeto empírico Barra de São Miguel, município situado no litoral sul do Estado de Alagoas, a cerca de 33km da cidade de Maceió. O território hoje ocupado pela cidade foi um aldeamento dos Índios Caetés até a metade do século XVI. Com

---

<sup>4</sup> A própria etimologia do nome já sinaliza a diferença: a vilegiatura possui etimologia italiana e está relacionada á antigas villas de ócio romanas; já o turismo deriva do grego *tour*, e surge enquanto vocábulo no século XIX na Inglaterra (AMBROZIO, 2005:106).

uma localização privilegiada, entre o mar e a foz do Rio São Miguel<sup>5</sup>, o núcleo inicial de população da Barra de São Miguel foi uma vila de pescadores que se constituiu ao redor de um estaleiro edificado por Manuel Gonçalves Ferreira.

O lugarejo foi se desenvolvendo e terminou por se tornar distrito do município de São Miguel dos Campos em 1891. Em 1963, a Barra de São Miguel alcança sua autonomia política e administrativa, desmembrando-se do município de São Miguel dos Campos (SEBRAE, 2004:238).

Em Alagoas, a vilegiatura marítima é fruto das mudanças nas relações da sociedade, em especial a maceioense, com o mar/marítimo. Essa mudança pode ser percebida já na primeira publicação oficial sobre a história do turismo em Alagoas, uma brochura intitulada “Vade - Mecuum do Turista em Alagoas” do historiador alagoano Moreno Brandão, que data de 1937 e fala de suas belezas naturais e seu litoral com a sensação de encantamento:

O litoral do Estado apresenta quadros incomparavelmente empolgantes e que as dunas altas, as barreiras alvacentos, os coqueirais avermelhadas, as embocaduras dos rios trazem notas de grande amenidade. Contemplando devidamente o mapa de Alagoas, parece que um certo número de ‘fiords’ se abre entre S. Miguel e Coruripe (BRANDÃO, op. cit., pg. 18)

A valorização do litoral alagoano em conjunto com a formação de uma classe média demandadora por zonas de praia para o lazer dá condições, em especial a partir da segunda metade do século XX, ao aparecimento da vilegiatura enquanto prática que extrapola os limites da capital Maceió em direção à Barra de São Miguel com as residências de veraneio enquanto principal forma espacial relacionada à esta prática.

Para se chegar à Barra de São Miguel até o fim da década de 1970, existiam duas formas de acesso: a primeira por Marechal Deodoro, onde era preciso entrar por uma estrada de areia em meio à restinga na qual era comum a presença de atoleiros; ou ainda através da atual AL 220, percorrendo uma estrada de areia batida em meio à vegetação da Mata Atlântica, localizada entre os municípios de São Miguel dos Campos e Pilar (SEBRAE, 2004:238).

Mesmo com as condições precárias de acessibilidade, já havia um pequeno núcleo de veranistas na Barra de São Miguel que praticava tanto os banhos de mar quanto os banhos de rio para o lazer e a pesca artesanal. O movimento sazonal da população de Maceió através das residências de veraneio originou ligações com os espaços litorâneos da Barra de São Miguel,

---

<sup>5</sup> O termo “Barra” refere-se à formação geológica na desembocadura de canais, estuários, estreitos, rios e cursos d’água, devido ao acúmulo de areia, cascalho e/ou lama (BARRA, 2015b).

aspecto que diferenciou a vilegiatura marítima em relação à outras práticas como o turismo e a excursão.

O aumento no número das segundas residências é um importante indicador da prática da vilegiatura marítima (DANTAS *et al*, 2010:87) em Barra de São Miguel, e a chegada dos primeiros veranistas no município é apontada por Santos (2011:28):

A partir da década de 1960, toda região estuarina do Rio São Miguel, principalmente a Rua da Atalaia, começou a ser assediada por forasteiros que pretendiam ali se instalar com residências mirabolantes e marinas destinadas ao abrigo de pequenas embarcações de recreio.

Os primeiros veranistas em Barra de São Miguel procediam tanto da capital Maceió quanto dos municípios vizinhos, à exemplo dos Municípios de São Miguel dos Campos e Marechal Deodoro. O litoral de Barra de São Miguel foi sofrendo transformações nos usos e ocupação de seus espaços com a construção das primeiras residências de veraneio.

A partir da década de 1970, a paisagem litorânea do município passou a ser ocupada sob a “lógica” dos aglomerados de segundas residências, inicialmente com terrenos e loteamentos à beira - mar anunciados para venda aos moradores da capital Maceió e municípios como Arapiraca e Penedo com condições de renda para dispor de gastos com segundas residências a fim de desfrutar do lazer em suas praias.

Os veranistas da cidade, inicialmente localizados às margens do Rio Niquim com suas casas viradas para o rio<sup>6</sup>, passaram a ocupar os espaços à beira-mar onde predominantemente se concentravam sítios formados por coqueirais e também populações locais ligada às funções da pesca<sup>7</sup>, reproduzindo um modo de vida baseado no lazer do morador urbano:

Os pescadores [...] foram vendendo suas posses por quantias insignificantes e se mudando para localidades distantes da praia e impróprias ao seu ramo de vida. Com a construção das novas e modernas residências à beira-mar começaram as restrições aos acessos às praias; e as areias que margeavam toda extensão foram encobertas ou substituídas por pedras e muros de arrimo (SANTOS, 2011:29).

Já em 1979, um acontecimento marca o rápido crescimento da urbanização em Barra de São Miguel frente o avanço do fluxo de veranistas procedentes principalmente da capital: a construção das pontes sobre os canais das lagoas Mundaú e Manguaba junto ao trecho de

<sup>6</sup> Os banhos de rio também eram praticados para o lazer desde a década de 1960.

<sup>7</sup> Santos (2011:44) cita outras modalidades de trabalho da população de Barra de São Miguel na metade do século XX, como: tirador de cocos, machadeiros, carreiros, etc., porém a pesca era a atividade mais lucrativa e praticada.

pavimentação da AL 101-Sul que ligou a capital Maceió à Praia do Francês<sup>8</sup> e Marechal Deodoro (VERAS FILHO, 1991:116).

De acordo com Pereira (2012:184), alguns fatores são apontados como indutores de localização dos domicílios de uso ocasional devido à apropriação dos espaços litorâneos para o lazer: a) melhoria nas vias de acesso e infraestruturas urbanas; b) proximidade entre a cidade primaz e a metrópole; c) variação no preço da terra e de imóveis; d) instalação de complexos de lazer. Nesse sentido, a construção da rodovia AL 101 e as pontes construídas proporcionaram uma sensível melhoria nas condições de acesso da população citadina em direção ao litoral sul e foram fundamentais ao início da valorização efetiva dos espaços à beira-mar da Barra de São Miguel. Valorização está fundamentada na intensificação do fluxo veranista e na consequente urbanização de suas zonas de praia decorrentes da vilegiatura marítima.

A grande quantidade de loteamentos aprovados e implantados entre as décadas de 1980 e 1990 formou uma espécie de “cinturão” de lotes postos à venda, onde as empresas imobiliárias (construtores e corretoras de imóveis) passaram a vislumbrar a valorização do litoral de Barra de São Miguel enquanto uma oportunidade lucrativa de negócios. Já no fim da década de 1990 e início de 2000, as formas de organização das segundas residências ganham novos contornos, tais como os loteamentos e condomínios privatizados (BRASIL, 2008:03) por questões relacionadas à segurança e qualidade de vida.

O poder público, nas suas esferas municipal e estadual, teve atuação nesse processo ao passo que concedeu as licenças para as construções, assim como a implantação de infraestrutura na forma de estradas de acesso, e fornecimento de energia, água, entre outros. Porém, as normatizações em nível municipal só vão ocorrer com a elaboração do Plano Diretor Participativo da Barra de São Miguel em 2008, aproximadamente três décadas após o início do processo de urbanização.

Além de espaço da vilegiatura marítima, atualmente o litoral de Barra de São Miguel é portador de uma morfologia espacial típica do fenômeno da maritimidade moderna com a presença dos parcelamentos urbanos próximos ao mar, aglomerados de segundas residências e empreendimentos destinados ao turismo<sup>9</sup> (em menor grau).

Segundo Moraes (1999:38), as residências de veraneio “podem ser apontadas como o fator numericamente mais expressivo da urbanização ao longo de toda a costa”. A presença das

---

<sup>8</sup> Para a pavimentação do primeiro trecho da AL 101-Sul que ligou Maceió à Praia do Francês foi necessária a construção de duas pontes: a ponte Divaldo Suruagy (nome do governados da época) e a da Massagueira.

<sup>9</sup> A oferta turística é um conjunto de equipamentos e serviços existentes no destino que dão suporte à atividade turística, tais como: meios de hospedagem, agências de turismo receptivo, manifestações culturais e eventos, meios de alimentação, roteiros diferenciados, entre outros (SEBRAE, 2016).

segundas residências<sup>10</sup> (residências unifamiliares, condomínios fechados e loteamentos privatizados) enquanto expressão espacial da vilegiatura marítima representa o principal elemento na paisagem litorânea da Barra de São Miguel. Além disso, nos períodos de “alta estação”, o município recebe uma sobrecarga populacional de vilegiaturistas que chega a superar em 05 vezes o número da população urbana local.

Diante das transformações socioespaciais no espaço litorâneo de Barra de São Miguel inicialmente com as atividades da vilegiatura e com o advento do turismo litorâneo, seu litoral tornou-se o lugar onde predomina o uso ocasional dos estratos médios e altos predominantemente da capital Maceió.

Os aglomerados de residências de veraneio e os parcelamentos urbanos indicam uma mudança na forma de conceber o uso e acesso à esses espaços, inseridos enquanto mercadoria no circuito da troca. O processo de valorização da Barra de São Miguel no que diz respeito aos imóveis e à prática da vilegiatura termina por excluir os que não dispõem de renda suficiente para usufruir destes espaços, instaurando um processo típico da expansão do mercado imobiliário.

## **OBJETIVOS E METODOLOGIA DE PESQUISA**

A hipótese do trabalho é de que a urbanização e a valorização litorânea da Barra de São Miguel foram provocadas inicialmente pela expansão da vilegiatura marítima, que com o passar dos anos atraiu uma dinâmica imobiliária em sua zona costeira voltada à construção de segundas residências em suas variadas formas (unifamiliares, loteamentos e condomínios fechados), além de meios de hospedagem para a atividade turística.

O objetivo geral do trabalho é identificar as transformações espaciais no litoral de Barra de São Miguel, situado no litoral sul de Alagoas, enfocando a urbanização baseada nas atividades de lazer frente à valorização dos espaços litorâneos: a vilegiatura marítima (veraneio) enquanto principal vetor de ocupação, e as atividades ligadas ao turismo litorâneo.

Os objetivos específicos são: a) explicar a relação do homem com os ambientes litorâneos até o aparecimento da vilegiatura moderna enquanto fruto da valorização desses espaços frente a propagação das práticas marítimas modernas; b) estabelecer, a partir da literatura, uma relação entre os fenômenos da vilegiatura marítima e do turismo litorâneo a partir da dinâmica de urbanização dos espaços litorâneos ; c) contextualizar a difusão da

---

<sup>10</sup> Para Pessoa (2012: 100), a melhoria nas condições de acessibilidade à Barra de São Miguel proporcionada pela duplicação da AL 101 Sul provocou um aumento no número de primeiras moradias.

maritimidade moderna em Alagoas destacando Maceió enquanto difusora das novas relações das sociedades com o mar, expondo a Barra de São Miguel enquanto caso a ser estudado; d) explicitar as tipologias habitacionais decorrentes da vilegiatura praticada no litoral de Barra de São Miguel no conjunto da expansão metropolitana de Maceió, ou seja, enquanto forma de espraiamento de sua mancha urbana.

Com relação à abordagem do problema, a tipologia de pesquisa adquire um caráter qualitativo, com o intuito de “descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais [...]” (RICHARDSON, 1999:80). A abordagem qualitativa também “destaca características não observadas por meio de um estudo quantitativo [...] (BEUREN, RAUPP, 2012: 92).

Para atingir os objetivos estabelecidos, a pesquisa foi sistematizada em três etapas. A primeira etapa refere-se à reunião e leitura de material bibliográfico e documental, no intuito de construir um banco de dados acerca de temas como *vilegiatura marítima*, *residências secundárias* e *urbanização litorânea*.

Segundo Gil (2008:50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Dessa forma, buscou-se através de livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses identificar os principais autores pertinentes à temática estudada na Barra de São Miguel, bem como a metodologia utilizada por eles. A pesquisa foi fundamental na criação de um banco de dados sobre a urbanização dos espaços litorâneos relacionada à vilegiatura marítima e ao turismo.

A pesquisa documental constitui-se de materiais e documentos que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008: 51). Fez-se uso do material disponibilizado pela Prefeitura da Barra de São Miguel através das secretarias de Desenvolvimento Urbano, Finanças e Turismo, tais como: Plano Diretor Municipal, Código de Edificações e Urbanismo, Cadastro Mercantil / Imobiliário, e o Inventário Piloto de Ofertas e Oportunidades Turísticas da Região das Lagoas – AL.

Complementarmente à primeira etapa, verificou-se a necessidade da adoção de um instrumental qualitativo, como a realização de *entrevistas* com alguns “informantes-chave<sup>11</sup>” de 03 (três) grupos envolvidos direta ou indiretamente na organização da prática: a) indivíduos que fizeram parte de ações importantes na propagação da vilegiatura marítima em Barra de São

---

<sup>11</sup> De acordo com Gil (2008), os “informantes-chave” são indivíduos que podem ser especialistas no tema de estudo, líderes formais ou informais capazes de detalhar dados e processos de seu conhecimento, de forma que suas colocações são representativas no universo ao qual estão incluídos socialmente ou profissionalmente.

Miguel, como a melhoria no sistema rodoviário de acesso ao município e a construção dos primeiros loteamentos naquele litoral; b) veranistas procedentes de Maceió; c) técnicos municipais.

Na terceira etapa, a *pesquisa de campo* foi indispensável na compreensão da paisagem geográfica de estudo, identificando as principais configurações espaciais produzidas para o lazer em função das atividades do veraneio, principal forma de ocupação da zona costeira da Barra de São Miguel. Foram realizados registros fotográficos para a descrição da paisagem; identificação das infraestruturas básicas no município; e reconhecimento do conjunto imobiliário de suporte à vilegiatura e ao turismo.

# 1 PERCURSOS HISTÓRICO-ESPACIAIS: DO MODELO CLÁSSICO À VILEGIATURA MARÍTIMA MODERNA NOS TRÓPICOS

Neste, abordam-se as mudanças na relação do homem com as representações relacionadas ao mar como elemento que precede o fenômeno social da vilegiatura enquanto hábito de morar ocasionalmente no campo ou cidade. A partir dos novos valores adquiridos pelos espaços litorâneos, a vilegiatura é reconstituída desde o seu perfil inicial clássico (campo) até o aparecimento da vilegiatura marítima moderna nos trópicos, que tem nas residências secundárias a principal forma de ocupação relacionada à esta prática.

## 1.1 A relação do homem com o mar: de lugar aterrorizante a lugar de moradia e lazer

De acordo com o historiador Alain Corbin (1989), durante séculos, o pensamento do homem ocidental sobre o mar e a praia ignorou os prazeres e deleites proporcionados pelos banhos de mar, apoiando-se numa visão de repulsa frente o imaginário bíblico<sup>12</sup>:

“O gênese impõe a visão do Grande Abismo, lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre a qual, na aurora da criação, flutuava o espírito de Deus [...] a agitação permanente das águas do mar sugere a eventualidade de um novo dilúvio”.

A carga negativa de imagens impedia a aproximação das pessoas com relação a estes ambientes, retardando a descoberta do litoral enquanto lugar de lazer e habitação. Conforme Silva (2006:38), a imagem negativa com relação ao mar não se dava de maneira homogênea em todas as partes do mundo, pois algumas cidades já o utilizavam para funções relacionadas à navegação, transporte e comércio.

“Cidades como Gênova e Veneza, ainda na Idade Média (476-1453), se destacavam no comércio por terra e pelo mar Mediterrâneo, comprando dos árabes, em Constantinopla e Alexandria, produtos do Oriente distante (Japão e China)”.

Com o passar dos anos, as sociedades passaram a se aproximar cada vez mais dos espaços litorâneos modificando suas atitudes e relações para com esses espaços. Os poetas barrocos do século XVII começam a escrever poemas narrando as belezas e prazeres que a presença à beira-mar desperta (CORBIN, 1989: 30).

---

<sup>12</sup> “Um oceano primordial, abissal, caótico e incompreensível, uma ameaçadora lembrança do dilúvio e do castigo divino e, por isso, visto como sinal de catástrofe e punição” (MARTINS, 2011:8).

A partir fim do século XVII e início do século XVIII na Europa, com as descobertas em várias áreas científicas, Aragão (2005: 18) aponta para uma mudança na mentalidade – sobretudo simbólica – do homem em relação ao mar, quando as imagens repulsivas começam a ser dissipadas, ressignificando os elementos paisagísticos do litoral.

Graças aos progressos realizados nas áreas da oceanografia, na Inglaterra, além dos novos dados trazidos pela medicina e técnicas navais (construção de portos e navegação), foram sendo construídos nossos olhares e conseqüentemente disseminados novos desejos, gostos e sensibilidades do homem com relação ao misterioso mar (KARPINSKY, 2011: 32).

As obras de arte da época passam a retratar cenas de praia e contribuir na difusão de novos modelos de utilização da beira mar, tal como a tela pintada por Jan Van Goyen (Ilustração 01), em 1646.

**Ilustração 1** - A praia de Scheveningen, pintada por Goyen (1646)



Fonte: KARSPINSKY (2011).

Ainda, o movimento romântico do século XVIII também contribuiu para uma nova forma de apreciação da natureza e ampliação de práticas e usos consolidados nestes ambientes, dando ênfase à intensidade de sensações e aos mistérios poéticos (ARAGÃO, 2005:18). Os espaços à beira-mar ganham um sentido de emoção e contemplação, e passam a ser apropriados pela sociedade burguesa para o deleite (MARTINS, 2007:09).

Por volta de 1750, Silva (2012:35) destaca que o fluxo de pessoas em direção às praias é intensificado devido à concepção médica e higienista dos banhos de mar enquanto recurso terapêutico, contribuindo de maneira decisiva para disseminar os banhos de mar.

Os espaços litorâneos deixam de ser de uso livre como âmbito de trabalho, provisão de alimentos e lugar de embarque e desembarque de pescadores, e passaram a ser apreciados pela alta aristocracia e posteriormente pela burguesia, transformando-se em território a ser freqüentado tanto para os banhos como para caminhadas,

cavalgadas e temporadas – verdadeiros efeitos indicadores de moda e da “invenção da praia” (ARAGÃO, 2005:19).

As mudanças socioculturais e revoluções que marcaram o século XVIII foram fundamentais na difusão dos usos das águas e sua frequência, incorporadas inicialmente pelas aristocracias britânicas e francesas. Até a segunda metade do século XIX, a função principal das áreas litorâneas estava relacionada à produção e escoamento de mercadorias.

A consolidação dos novos hábitos, valores e costumes relacionados ao mar está diretamente relacionada ao fenômeno da maritimidade. Claval *apud* Dantas (2004:75) conceitua a maritimidade enquanto um conjunto de relações que constituem a convivência de determinada população com o mar, mediante preferências de imagens e de representações, quer sejam coletivas quer sejam particulares.

Nesse sentido, Dantas (2004: 63) aponta para a presença de uma maritimidade dicotômica nos ambientes litorâneos: uma maritimidade interna ou tradicional, ligada às funções de trabalho, embarque e desembarque de mercadorias e pescadores; e uma maritimidade moderna ou externa, resultado da apropriação desses espaços pela alta aristocracia e burguesia ocidentais para a realização de atividades de lazer, indicadores do efeito de moda e “invenção das praias”.

## **1.2 Do modelo clássico ao aparecimento da vilegiatura marítima moderna**

Antes de centralizar as discussões no litoral, é importante compreender a constituição histórica e espacial do fenômeno social da vilegiatura. Busca-se também apresentar como este modelo clássico foi ressignificado no tempo e no espaço na forma da vilegiatura marítima moderna, no contexto das transformações no ato de viajar e das mudanças nas relações do homem com os ambientes litorâneos.

As viagens sempre fizeram parte da história do homem desde que ele se sedentariza e formam-se as primeiras urbes. Ambrósio (2005:105) afirma que a viagem guarda um sentido específico de “movimento, de marcha ou de caráter móvel, do qual se apropriaram atividades como o comércio, a educação, as guerras... a vilegiatura”.

Para Pereira (2012:33), Junior (2010:17) e Brito (2010:08) a vilegiatura é uma prática socioespacial de grande espessura histórica origem relacionada ao hábito das elites aristocráticas em realizarem deslocamentos temporários (viagens) de seus locais de habitação em direção a outros locais, onde temporariamente tirarão proveito das amenidades locais.

Trata-se de um fenômeno social, na maior parte das vezes associado às viagens realizadas pelos cidadãos durante o verão (daí a popularização do termo veraneio) em direção

a determinadas localidades para o recreio, sem qualquer finalidade rentável do ponto de vista econômico (SILVA, 2012:40).

A própria etimologia da palavra *villegiatura* já indica sua relação com a forma imobiliária *villa*, que faz alusão à casa de lazer e ócio (*otium*<sup>13</sup>). Desde a sua constituição, a vilegiatura remete a uma relação entre viagem e estadia, na qual a *villa* configura-se enquanto componente fundamental:

As *villas* foram os espaços construídos (compostos por um imóvel residencial e seus arredores) e destinados pelos Patrícios romanos à prática do *otium* [...] o *otium* indica um lazer escolhido, reservado aos *optimates*, que se afastam por algum tempo da demanda das magistraturas, um fragmento de vida privada que o indivíduo organiza à sua maneira, evitando o duplo perigo da preguiça e do tédio (CORBIN, 1989:267).

De acordo com Aragão (2005:19), é possível encontrar hábitos e costumes na Roma Antiga que sugerem o uso de residências secundárias na forma de vilas para a prática do *otium* (ócio) enquanto um lazer escolhido pelas elites. De acordo com Corbin (1989: 268), algumas figuras históricas como Cícero, Pompeu e César possuíam *villas* nos arredores de Pozzuoli para passarem a temporada de descanso, a fim de “encontrar aí o frescor e tomar banhos sulfurosos”.

Do final da República até o segundo século do Império, o ócio e o litoral eram tão importantes que ao menos uma das vilas deveria ser localizada à beira-mar. Embora tenha se iniciado na Roma Antiga, Martins (2011:07) salienta que a prática da vilegiatura teve seus primórdios na Região do Lácio e da Campânia, onde a Baía de Nápoles se tornou o primeiro centro de vilegiatura balnear das elites da Antiguidade:

Quando Roma se transformou num império, Nápoles e sua área imediata, a região da Campânia, tornaram-se o local da vilegiatura favorito da elite romana: imperadores, senadores, oradores e poetas, todos buscavam os prazeres de Nápoles e seus arredores (ACZEL, 2002: 48).

Apesar da Baía de Nápoles ter desempenhado um importante papel enquanto cidade marítima e de relevância estratégica por conta do abrigo das grandes frotas romanas, a partir do século III d.C e com a queda do Império Romano, passou a sofrer um declínio gradual da vilegiatura<sup>14</sup> (SILVA, 2012:43). Segundo Camargo *apud* Silva (2012:43), com o

---

<sup>13</sup> O vocábulo latino *otium* significa cessação do trabalho, repouso ou quietação. Ligado à palavra grega skolé, significa tempo livre, lazer e descanso, estando relacionada à ocupação voluntária do homem com o ócio e livre do trabalho servil (AMBROZIO, 2005: 111).

<sup>14</sup> Martins (2007:08) aborda a existência da realização dos banhos de mar por parte das populações que não das elites da época, tais como aquelas que faziam do litoral seu ofício: pescadores e marinheiros.

enfraquecimento da vilegiatura, as edificações que antes funcionavam como residências secundárias para as elites romanas tornaram-se ruínas ou foram apropriadas para outros fins.

O modelo de vilegiatura clássica surge na Itália renascentista, mais precisamente na região da Toscana (CAMARGO *apud* SILVA, 2012:41):

“De fato, o gosto pela vilegiatura nasceu na Itália renascentista, em particular na Toscana, e mais precisamente como fenômeno associado à cidade de Florença. Isso não é absolutamente fortuito, pois foi na Itália do Renascimento que a vida urbana se desenvolveu, sem qualquer ligação e não decorrente de um processo histórico, contínuo e ininterrupto que nos teria vindo do Império Romano”.

Inicialmente praticada no campo, vilegiatura praticada pelos cidadãos romanos no século XIV baseava-se na aquisição de propriedades rurais (*villas*) onde eram praticadas, durante a estada, atividades que também remetiam a um modelo clássico como: leitura, conversação, contemplação filosófica, passeios, entre outros. Estes modelos estavam diretamente associados a um padrão elitista e de urbanidade no campo (PEREIRA, 2012: 34; MARTINS, 2011:08).

Já na Idade Média, Colás (2003: 21) afirma que os reis construíram suas residências secundárias nas montanhas, próximas aos rios e lagoas. Durante a estada, eram praticados esportes tradicionais como a caça e a pesca, permanecendo, em alguns casos, longos períodos longe da corte.

Até o século XVIII, as estadas temporais nas residências secundárias e as viagens de recreio estavam restritas a uma minoria, as elites aristocráticas. A partir do século XVIII, e sob os efeitos sociais da Revolução Industrial e Francesa, a vilegiatura difunde-se entre outros estratos sociais (burguesia), que devido aos ganhos econômicos e políticos, tentam imitar o modo de vida dos antigos privilegiados (COLÁS, 2003:23). A vilegiatura é ressignificada do ponto de vista sociocultural e torna-se um hábito, ritual e moda entre a burguesia emergente.

Com relação às formas imobiliárias associadas à prática, as residências secundárias são retomadas sob influência tanto dos italianos renascentistas quanto dos europeus do ocidente, em particular os ingleses (SILVA, 2012:44). De acordo com Pereira (2012, p. 35), “se os italianos foram os reinventores das *villas*, os britânicos foram os primeiros a inventar as estações modernas de vilegiatura”, com a presença marcante dos *gatekeepers*<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup>Eram os promotores, ou aqueles responsáveis por divulgar os novos espaços de lazer: as estações (PEREIRA, 2012:35).

Briz (2007: 256) aponta o surgimento de três exemplos paradigmáticos de utilização do mar criados pelos ingleses que deu origem à vilegiatura contemporânea: termal, balnear e climática, e os respectivos modelos para estas práticas.

A vilegiatura termal (utilização das águas das termas) baseava-se na realização dos banhos nas estações termais, respaldados pelo discurso médico (científico) acerca das propriedades curativas da água e na qualidade do ar, modelo retomado dos banhos romanos. Deste cenário, resulta a primeira importante cidade de vilegiatura transformada frente à moda das águas termais: *Bath*, na Inglaterra (PEREIRA, 2012:35).

Acerca de importância da experiência em *Bath*, Briz (2007: 257) salienta:

“Bath tornou-se a matriz de soluções urbanístico-arquitectónicas da maior importância para todas as outras experiências de vilegiatura, quer ao nível da habitação, quer no que diz respeito aos espaços públicos”.

Com o sucesso da estação *Bath*, Pereira (2012:36) afirma que esses tipos de estabelecimentos foram expandidos por outros países e continentes. Nesse contexto, a estação termal *Spa*, situada no território belga, é criada e adquire tamanha importância que chega a superar a estação matriz Bath, tornando-se sinônimo de lugar de promoção do bem-estar.

O padrão “*Bath*” e “*Spa*”, seguindo inicialmente o discurso médico-terapêutico, produziu o segundo modelo de organização dos espaços e locais de banho baseado nas estações balneárias europeias (utilização das águas do mar), que teve *Brighton* (Inglaterra) enquanto principal expoente e primeira praia moderna da realeza britânica (MARTINS, 2007:10; PEREIRA, 2012:42).

Conforme Briz (2007: 258), a presença constante da corte inglesa e a proximidade com a capital Londres foram fatores fundamentais para a primazia de *Brighton* sobre *Bath*, demonstrando a importância social da estadia em relação aos fatores terapêuticos.

Ao final do século XVIII e início do século XIX, as estações balneárias espalham-se pela Europa seguindo um padrão diferenciado em relação ao britânico. As funções terapêuticas vão sendo paulatinamente substituídas pelo prazer e pela noção do lazer à beira-mar em virtude da apropriação desses espaços por outras camadas da sociedade, como a burguesia. (PEREIRA, 2012: 37; MARTINS, 2011:12).

“Como toda a nova instalação, a estância balnear vai ter necessidade de modelos: de sociedade, com as suas práticas – aristocráticas, burguesas, artísticas, etc.; de arquitectura – tradicional, nacional, exótica, etc.; de urbanismo – pitoresco, empírico, racionalizado”.

Aragão (2005:21) aponta para o surgimento das estações balneárias de *Dieppe*, *Bolougne* e *Biarritz*, na França; *Sheveningen* na Holanda e *Ostende* na Bélgica, cujas praias estavam destinadas a um novo olhar por parte da sociedade relacionado ao uso recreativo.

A vilegiatura passa a ser praticada também em função das amenidades climáticas e configura-se enquanto prática que aproxima ainda mais as sociedades com o mar cujos pioneiros foram os ingleses ao promoverem Nice, na costa mediterrânea da França, como a “capital de inverno” da Europa. O desejo pela estadia nas estações invernosas resultou na elaboração de um espaço planejado com a presença de elementos urbanísticos como os calçadões (BRIZ, 2007: 259).

De uma maneira geral, Pereira (2012:43) afirma que o século XIX marca a expansão e “vulgarização” da vilegiatura entre os habitantes da Europa Ocidental. A ida aos banhos passa a ser uma prática organizada, efeito do hábito e moda originados na aristocracia e que se difunde à alta burguesia. Iniciada nos espaços campestres, a prática da vilegiatura, que tem como desdobramentos as transformações na vida urbana e a finalidade do ócio, passa a produzir novos espaços fora dos campos e das montanhas quando apropriados pelas elites burguesas.

Segundo Junior (2010:63), a prática da vilegiatura logo é disseminada para outros continentes, especialmente nos países que possuíam praias localizadas em regiões de clima quente, como é o caso dos EUA (Califórnia) e nos trópicos, a exemplo do Brasil (Rio de Janeiro, Bahia, Ceará).

### **1.3 Maritimidade moderna e vilegiatura marítima nos trópicos: o litoral brasileiro**

A maritimidade moderna está situada no contexto da emergência dos novos valores e costumes associados às transformações socioeconômicas, tecnológicas e simbólicas das representações relacionadas ao mar originadas no ocidente. A transformação do mar/marítimo em fenômeno pela sociedade e o gosto pela vilegiatura marítima firma-se na Europa e se espalha pelo mundo a partir do século XIX.

Em seus estudos acerca da produção dos espaços litorâneos, Pereira (2012) propõe uma fragmentação do real e posteriormente sua reorganização a fim de compreender a multiplicidade de interações e manifestações de conteúdos sócio espaciais ligados às práticas da vilegiatura, revelando seu conteúdo histórico denso.

Nesse sentido, o autor (2012: 41) sintetiza os dez principais marcos da transformação da vilegiatura clássica em um modelo contemporâneo, fundamentais para o entendimento de

um novo modelo de vilegiatura marítima baseado no sol (elevadas temperaturas) e que rapidamente alcança os litorais tropicais:

“1) passagem do *otium* à ostentação; 2) maior capilaridade social da prática (novos praticantes *in* potencial); 3) instituição do modelo estacional (planejamento dos espaços); 4) declinação da influência do discurso médico-terapêutico ao gozo mundano; 5) novas formas de atender à demanda por estada, descolando-se unicamente do modelo de propriedade exclusiva de uma *villa*; 6) redução do tempo de estada); 7) espalhamento da prática por novos continentes; 8) consolidação, sucesso e organização das viagens no formato turístico; 9) urbanização da sociedade (tanto pela dimensão demográfica quanto pelo tamanho e morfologia urbana); e 10) aceitação do mar, do marítimo e sol como amenidades”.

Nesse contexto, a produção do espaço litorâneo é um processo relacionado à aproximação do homem com o mar, além de manifestações e interações de conteúdos sociais segundo datas e localizações diferenciados. Considerando os trópicos, a reversão da imagem associada ao mar é interpretada por Dantas (2004) sob duas vertentes.

Na primeira, entende-se as novas representações do mar nos trópicos enquanto consequência de um fenômeno de origem externa. Ou seja, em virtude da atração pelo modo de vida ocidental, Dantas (2009:21) afirma que acontece a propagação das práticas marítimas modernas por alguns segmentos da sociedade que as implementam *in lócus* e as difundem entre os demais setores sociais. É neste panorama que se inclui o desejo e a valorização dos espaços litorâneos no Brasil no contexto das mudanças externas ocorridas nos países desenvolvidos (elites européias) que se fizeram sentir nos trópicos.

Na segunda vertente, a reversão da imagem relativa ao mar é abordada enquanto fenômeno com características próximas às do Ocidente. Os vínculos estabelecidos com a Europa através da abertura dos portos para a importação de mercadorias e escoamento da produção acabaram conduzindo também à incorporação de um modelo de sociedade.

Porém, Dantas (2004:68) salienta que os trópicos não incorporaram os costumes ocidentais como uma simples transferência de valores e hábitos.

“A adoção de novas práticas marítimas não representa a simples transferência dos costumes ocidentais para os trópicos, pois ela acaba suscitando um quadro diferente daquele que lhe serviu de matriz [...] Aproxima-se, portanto, da pista metodológica desenvolvida por Claval (1995), que concebe as culturas como realidades dinâmicas, em constante mutação conforme influência no meio no qual se insere.

Pereira (2012: 58) e Dantas (2004: 71) destacam que a produção dos espaços litorâneos no Brasil em função da vilegiatura no início do século XX adquiriu padrões aproximados aos

da cultura ocidental, como as práticas terapêuticas relacionadas aos banhos de mar<sup>16</sup> e ao tratamento da tuberculose.

De acordo com Camargo (2007) *apud* Silva (2012:65), os banhos de mar começaram no Brasil com a chegada da Corte, em 1808<sup>17</sup>. Antes disso, já era hábito entre os nativos a prática tanto dos banhos de mar quanto de rio, porém, “a relevância social disso é outra coisa”.

A abertura dos portos e a comunicação com os costumes sociais europeus proporcionaram a realização de algumas práticas de recreação e lazer, tais como as serenatas realizadas em Fortaleza durante as noites de lua cheia em torno da cidade, além de caminhadas nas praias realizadas pelas classes mais abastadas. Porém, estas práticas não foram capazes de alterar o perfil dos usuários das praias, tais como os pescadores e trabalhadores portuários (PEREIRA, 2012:58).

Dantas (2004: 72) ressalta que, apesar da prática descrita representar um tipo de maritimidade relacionada ao lazer, ainda não suscitava lógica marcante de urbanização de suas zonas de praia. Até o final do século XIX, as praias ainda eram ocupadas por algumas favelas à beira-mar e ocupações relacionadas à maritimidade tradicional da pesca, tais como os vilarejos de pescadores.

Dantas *et al* (2008:293) afirmam que nessa época a ideia do morar à beira-mar não era concebida pelas elites brasileiras, salvo quando se dirigiam às regiões portuárias para se deslocarem à Europa ou outras capitais brasileiras, ou para receber mercadorias de consumo. Até então, morar na praia era atributo das populações de baixa renda e aquelas tradicionais, ligadas à pesca e aos portos.

As práticas marítimas modernas têm início com os banhos de mar associados ao tratamento terapêutico para a cura da fadiga das elites e a cura de doenças pulmonares. Porém, estas práticas não adquiriram as mesmas dimensões dos banhos de mar no Ocidente devido à fraca eficácia do discurso médico local (DANTAS *et al*, 2008: 295).

A chegada dos imigrantes alemães no final do século XIX no Estado do Rio Grande do Sul teve um importante papel na disseminação da vilegiatura marítima enquanto vetor de ocupação das zonas de praia. Correa (2010: 167) faz referência ao primeiro hotel de vilegiatura marítima, o Hotel da Saúde, fundado em 1888 nesse Estado.

---

<sup>16</sup> “Os tratamentos à beira-mar, tanto pela emersão nas águas quanto pelas qualidades do ar puro, enquadram-se nesta perspectiva de modernização da sociedade urbana” (PEREIRA; 2012:88).

<sup>17</sup> O final do século XIX marca o crescimento das populações nas capitais. Era nos portos onde se dava a relação das cidades em formação com as praias.

O registro mais remoto da prática é anterior à fundação do Hotel e documenta o falecimento da mais antiga veranista<sup>18</sup> da praia de Cidreira, em Porto Alegre. O autor afirma que “tais informações corroboram as primeiras referências literárias à vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul e a presença dos alemães entre os pioneiros”.

De acordo com Pereira (2012: 47), os germânicos foram os precursores do que antes era terapia em recreação:

[...] no final do século XIX, os primos Leopoldo e Edmundo Bastian, Carlos Dauth, Ernesto Scheneiders e as famílias Bopp e Cristoffel solicitaram aos nativos a construção de choupanas de palha iguais às dos pescadores, para nelas passar a temporada de verão. Tais informações corroboram as primeiras referências literárias à vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul e a presença dos alemães entre os pioneiros.

Aliada ao início da modernização das capitais brasileiras desde o fim do século XIX, a vilegiatura marítima acabaria por desencadear uma nova relação do homem com o litoral e instaurar uma racionalidade na ocupação dos ambientes litorâneos na medida em que acontece a consolidação dos banhos de mar para fins de lazer e recreação:

Incontestavelmente, não se trata da vilegiatura dos italianos renascentistas ou dos aristocratas e/ou burgueses dos séculos XVIII e XIX. No entanto, a vilegiatura realizada nos trópicos (brasileiros) atualmente conduz elementos ‘genéticos’ dos processos históricos e dialéticos de sua formação.

Para Gomes (2013: 58), a origem da valorização dos espaços litorâneos no Brasil não é um fenômeno local. A incorporação das zonas de praia à tessitura urbana ocorreu de maneira gradativa e esteve diretamente ligada às transformações no modo de vida ocidental através dos desejos alimentados pelos espaços vazios onde se constituíam as praias.

Aliado a isso, Moraes (2007:33) argumenta que a articulação proporcionada pelos portos também produziu as primeiras redes de cidades dando início à expansão da ocupação litorânea sob um padrão descontínuo, uma espécie de arquipélago demográfico onde são identificadas zonas de adensamento e núcleos pontuais entremeados por vastas porções não ocupadas pelos colonizadores.

Com a mudança de mentalidade em relação ao mar, as capitais litorâneas passaram a se transformar de acordo com o gosto recreativo proporcionado pela valorização do mar e seus arredores. Nesse sentido, a valorização litorânea é descrita por Pereira (2006:16) como

---

<sup>18</sup> Cristiana Schneiders, viúva de Carlos Schneiders, comerciante em Porto Alegre.

resultado da *maritimidade moderna*, ou seja, a aproximação da sociedade com o mar e o marítimo através dos banhos de mar, veraneio e turismo. Segundo o autor:

“A valorização, como produção social, não se define apenas pela criação de valor caracterizada pelas teorias econômicas. Envolve, na verdade, diversos aspectos simbólicos, culturais, tecnológicos e ambientais. Os espaços à beira-mar passam a ser desejados quando mudanças paulatinas nas representações sociais desmistificam o, até então, desconhecido”.

Moraes (2007) também destaca a valorização do litoral enquanto fenômeno ligado aos usos e à forma de apropriação material dos espaços litorâneos, sendo resultado do trabalho e transformação dos recursos naturais em objetos criados.

Nessa perspectiva, algumas mudanças espaciais significativas em face do gosto pela vilegiatura são apontadas por Pereira (2012:57) no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro do início do século XX. Através de ações públicas e privadas para a (re) produção da praia urbana da região Sudeste, foram realizados investimentos de modernização litorânea para simbolizar a promoção de um novo estilo de vida baseado nas atividades de lazer, como a construção de um túnel para ligar os bairros de Botafogo e Copacabana.

### 1.3.1 Vilegiatura marítima no Nordeste: da ação espontânea à massificação

Na região Nordeste, os numerosos estudos de Dantas (2004; 2008; 2009; 2010) acerca da maritimidade moderna foram fundamentais no entendimento de como a valorização dos espaços litorâneos associados às práticas marítimas modernas condicionaram uma nova lógica de organização e urbanização das cidades a partir do século XX.

De acordo com Moraes (2007:63), “a urbanização do litoral é um processo contemporâneo, ainda em curso na atualidade”. Dantas & Pereira (2010: 71) fazem uma reflexão sobre a vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras e situam a dimensão adquirida pela atividade em antes e após a primeira metade do século XX.

Até a primeira metade do século XX, a vilegiatura concentra-se nas capitais nordestinas, e representa a instauração de uma nova racionalidade na ocupação do espaço litorâneo associada à demanda de uma sociedade por espaços de lazer. Segundo os autores (2010), esta racionalidade entra em conflito com a maritimidade tradicional (pescadores) e com as demandas por habitação dos migrantes vindos do sertão.

Segundo Dantas *et al* (2008:296), este quadro conflitual desencoraja a apropriação das zonas de praia pelas classes modestas e pescadores, colocando em cheque duas lógicas de

apropriação desses espaços: uma ligada à produção do espaço (transformação da natureza em resposta às necessidades dos indivíduos); e outra ligada ao espaço do consumo (transformação da natureza em mercadoria oferecida aos amantes das praias).

Dessa maneira, Dantas & Pereira (2010: 72) apresentam esse momento enquanto o início da urbanização das zonas de praia pelas demandas por espaços de lazer. Além disso, afirmam que a vilegiatura é uma prática incapaz de conviver harmonicamente com práticas marítimas de outras naturezas, pois onde ela se instala as populações locais tendem a ser expulsas e relegadas a espaços menos valorizados, longe das praias e de seus locais de trabalho.

A partir da segunda metade do século XX, o modelo de vilegiatura marítima gestado inicialmente nas capitais se expande e extrapola seus limites, incorporando-se às áreas litorâneas dos municípios vizinhos com a construção das segundas residências.

A expansão do povoamento na zona litorânea pelas residências secundárias é descrita por Moraes (2007:63) entre os anos de 1960 e 1970:

[...] até esse momento é possível encontrar áreas isoladas bastante próximas (a menos de 100 quilômetros) das grandes aglomerações litorânea. São tais áreas os alvos primeiros da expansão urbana do período, notadamente através de zonas de construção de segundas residências. (Op.Cit., pg. 63)

Entre as décadas de 1960 e 1970, a vilegiatura marítima é caracterizada pela espontaneidade no processo de ocupação das zonas de praia. Por se tratar de uma prática de lazer constituída pelo desejo dos cidadãos, essa forma de urbanização só é possível com a instalação de infraestrutura básica para melhor atender aos anseios dos vilegiaturistas (DANTAS *et al*, 2008:298).

A criação de organismos estatais como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste (BNB) e Universidades Públicas no final dos anos 1960 tiveram um papel importante na diversificação da economia e estabelecimento de uma classe média no Nordeste demandadora por segundas residências no litoral (DANTAS & PEREIRA, 2010:76).

Nessa perspectiva, Dantas (2009:40) salienta que a valorização das zonas de praia amplia-se na década de 1970 e o morar na praia torna-se objeto de desejo semelhante ao antigo hábito de veranejar. Os antigos espaços de vilegiatura das capitais passaram a ser cada vez mais apropriados para a moradia permanente. Dessa forma, a única opção por parte dos

vilegiaturistas foi a de buscar espaços fora da cidade, elegendo inicialmente os municípios vizinhos como principais receptáculos destas práticas.

Já no final dos anos 1980, o espaço anteriormente consumido e apropriado pelas elites e classe média passa a ser oferecido aos usuários depositários de uma nova prática marítima moderna: o turismo litorâneo<sup>19</sup> (DANTAS *et al*, 2008:300). Nessa nova realidade, Dantas & Pereira (2010: 74) apontam para a dinâmica da vilegiatura marítima que, associada ao mercado imobiliário, deixa de ser um fenômeno citadino e se incorpora às áreas litorâneas dos municípios vizinhos.

O turismo é apontado por Dantas (2009: 48) enquanto uma das atividades motoras do litoral a partir do segundo quartel do século XX:

Com o evento do turismo litorâneo, o processo de incorporação das zonas de praia pelas práticas marítimas modernas acentua-se, somando e reforçando racionalidade anteriormente empreendida pela vilegiatura e desejo da elite em morar na beira-mar.

Dantas (2009:48) aponta para a mudança na forma de apropriação dos espaços litorâneos pela vilegiatura marítima com o advento do turismo litorâneo no Nordeste, cuja organização espacial passa a se relacionar à valorização e incorporação dos espaços litorâneos na lógica do setor imobiliário.

No intuito de relacionar as demandas das práticas marítimas relacionadas ao lazer da vilegiatura marítima e mais recentemente do turismo litorâneo, Pereira (2012:59) afirma:

O litoral nordestino se abre em função do lazer, por uma demanda da sociedade local, e, posteriormente, ajunta-se a demanda de origem externa (nacional e internacional). Para a demanda inicial, destacam-se os banhos de mar e a vilegiatura marítima; no que tange à segunda demanda, o turismo litorâneo é o maior álibi. (Op.Cit., pg. 59)

Na perspectiva da produção de espaços direcionados ao lazer, Junior (2010: 63) argumenta que a lógica de ocupação preexistente no litoral pelas atividades da vilegiatura marítima ganha uma nova conformação quando associada ao turismo litorâneo, mediante políticas de desenvolvimento, investimento públicos e privados, fluxos turísticos e de mercado imobiliário.

A fim de incluir o Nordeste enquanto destinação turística, os anos de 1980 são um marco importante na incorporação das zonas de praia dos municípios na lógica de valorização litorânea. Dantas (2009:48) aponta para o surgimento de políticas de desenvolvimento cujos

---

<sup>19</sup> Contudo, não é objetivo desta seção alongar a análise do surgimento do fenômeno do que hoje se denomina turismo. Para este trabalho, é importante conhecer os seus contornos iniciais e as suas relações com as práticas da vilegiatura.

desdobramentos suscitaram em investimentos infraestruturais e institucionais, tais como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE).

Pereira (2012:130) afirma que, mesmo com a existência de políticas públicas regionais na década de 1980, estas ainda não vislumbravam a atividade turística de forma estratégica e desenvolvimentista, não avaliando *a priori* os impactos advindos da oferta imobiliária pela vilegiatura.

Indiscutivelmente, o Nordeste brasileiro tem sua “vocação” turística planejada na última década do século XX. Depois de ações disjuntas promovidas por alguns estados, pensou-se o litoral como recorte espacial mais propício a inversão da região no elenco de espaços elegidos pelos turistas internacionais como também pelos *tour operators*. (Op.cit., p.131).

Deixando a leitura analítica das políticas de turismo à parte, o que interessa são os desdobramentos oriundos dos benefícios infraestruturais pelo setor imobiliário para atender à demanda de residências secundárias dos vilegiaturistas. O mercado imobiliário expande-se e incorpora áreas cada vez maiores paralelas à faixa de praia, ao passo que os consumidores se tornam cada vez mais exigentes com relação à infraestrutura nos lugares (DANTAS *et al*, 2008:301).

Segundo Dantas & Pereira (2010:78), os desdobramentos da dinâmica do mercado imobiliário sobre o litoral apresentam resultados qualitativos (de caráter local e resultante da demanda externa em nível nacional e internacional) e quantitativos (em termos numéricos e espaciais), que se interrelacionam.

A origem do vilegiaturista é um importante aspecto qualitativo que se reflete na dimensão espacial adquirida pela atividade. De acordo com Dantas *et al* (2008:311), os vilegiaturistas são enquadrados em dois grupos: vilegiaturistas autóctones (do lugar) e alóctones (nacionais e estrangeiros).

Para os vilegiaturistas autóctones (do lugar), oriundos de uma demanda metropolitana, as capitais não se constituem como espaço prioritário de desejo. Eles tendem a se voltar para os municípios litorâneos vizinhos em um primeiro momento, e, com o incremento da infraestrutura urbana, para os demais municípios litorâneos.

Segundo Pereira (2012: 28), a vilegiatura alóctone ganha relevo no contexto das ações desenvolvidas e projetadas pelo PRODETUR/ NE I (1992/2000) e PRODETUR/NE II (2000-2009) e da internacionalização da demanda por espaços litorâneos<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> O autor (2012) afirma que o planejamento para os espaços de lazer efetiva-se com o PRODETUR/NE, redefinindo indiretamente a vilegiatura marítima em virtude da demanda de vilegiaturistas alóctones.

O autor (2012) salienta que, em virtude do planejamento para os espaços de lazer oriundo dos Programas de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, a própria vilegiatura marítima é redefinida indiretamente com a inserção do modelo alóctone. Dantas & Ferreira (2010:10) apontam esses desdobramentos:

[...] as metrópoles litorâneas nordestinas transformaram-se em pontos de recepção e de distribuição do fluxo turístico, colocando os espaços litorâneos de todos os municípios sob a dependência direta das capitais e sem a dependência direta do pólo metropolitano, relativizando a importância das sedes municipais que compõe a Região institucionalizada. (Op.cit., p.10)

Para os vilegiaturistas alóctones, tanto as capitais quanto as demais localidades litorâneas são espaços efetivos para a obtenção de segundas residências. O objetivo principal é o de dispor de uma ambiência marítima com o conforto característico de uma sociedade urbana (DANTAS *et al*, 2008:312).

Dantas (2009) e Pereira (2012: 56) consideram a maritimidade moderna um conjunto de representações captadas e redimensionadas pela sociedade. Inclui-se aí não só os novos usuários depositários das práticas marítimas modernas, como também as políticas públicas e o mercado imobiliário, pois desde sua origem a vilegiatura está ligada às formas imobiliárias.

### 1.3.2 Vilegiatura marítima e turismo litorâneo no contexto da relação “viagem-estadia”

As viagens sempre estiveram presentes na história humana e guardam um sentido específico de deslocamento, do qual se apropriaram atividades como o comércio, a educação, as guerras e as práticas da vilegiatura. As viagens comerciais, praticadas pelos fenícios, foram responsáveis pela fundação das estações marítimas de Beirute, Aca e Jaffa; as viagens educativas eram realizadas pela nobreza romana para a Grécia em busca do conhecimento; e as viagens dos grandes exércitos sempre em busca da conquista e dominação de territórios, como o Grande Exército Napoleônico (AMBROZIO, 2005: 105).

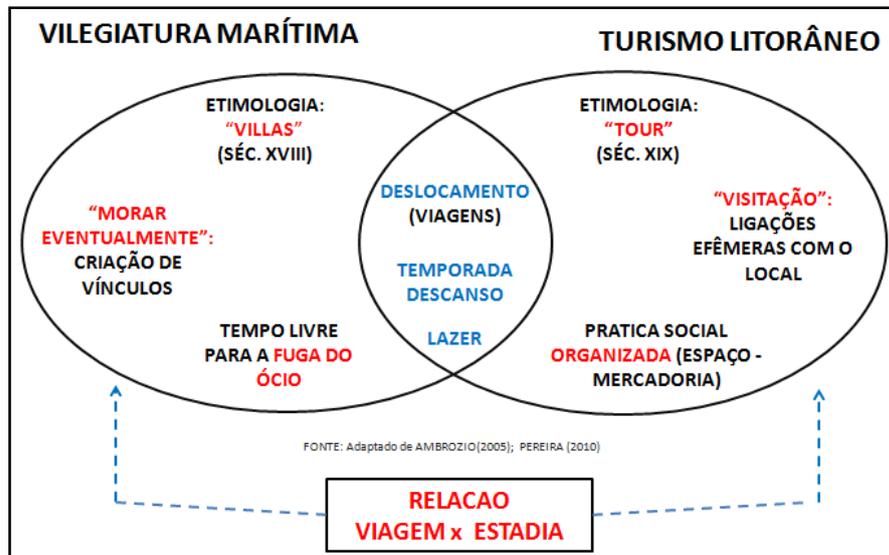
Segundo Ferrara (1996: 19), as viagens sofreram grandes transformações com o passar do tempo e foram marcados pela necessidade do indivíduo de “descoberta e consequente domínio do espaço físico, político, social ou psicológico”. Estas experiências sociais tiveram no olhar um componente fundamental para a experiência do indivíduo.

As viagens guardam um sentido específico de deslocamento e caráter móvel do qual se apropriaram atividades como as práticas socioespaciais da vilegiatura marítima e do turismo no

litoral. Essas práticas sociais estão ligadas às experiências do indivíduo e às dinâmicas sociais que se fundem no tempo – espaço, não permitindo definições rígidas ou excludentes.

Embora guardem em comum o sentido dos deslocamentos para a satisfação das necessidades de tempo livre e lazer, a vilegiatura e o turismo possuem uma relação dialética que necessita ser mais bem explicitada. Nesse sentido, optou-se pela elaboração de um quadro que ilustra as principais semelhanças e diferenças entre as atividades da vilegiatura marítima e do turismo litorâneo no contexto da relação viagem-estadia (Ilustração 02).

**Ilustração 2** - Principais semelhanças e diferenças entre a vilegiatura marítima e o turismo litorâneo



Fonte: Elaborado pelo autor com base em AMBROZIO (2005) e PEREIRA (2010).

Estas práticas estão em íntima ligação não adiantando, assim, discutir a predominância de uma sobre a outra, ou mesmo, quem veio primeiro. No entanto, percebe-se, pelos escritos sintéticos de Corbin e Boyer, que na Modernidade criam-se condições tanto sociais (ressignificação) quanto técnicas para possibilitar a difusão e a variação da quantidade de viagens. (PEREIRA, 2010:02)

Diferentemente do “caráter burguês do turismo”, a vilegiatura possui “origem aristocrática” e está ligada à permanência sazonal nas *villas* de ócio e recreio dos antigos romanos (elite) em busca do conhecimento e do desenvolvimento do indivíduo (MARTINS, 2011:07).

Dentre as práticas mais comuns durante a estadia nas *villas*, merecem destaque: os passeios, a contemplação, o exercício da inteligência através da conversação e produção filosófica (PEREIRA, 2012:33; AMBROZIO, 2005:107). De acordo com Ferrara (1996:20), essas práticas já anunciam uma atmosfera pré-metropolitana no tempo livre para a fuga da rotina.

Com a mudança de pensamento e sensibilidade do homem em relação ao mar/marítimo juntamente aos avanços tecnológicos/científicos ao longo do século XVIII, a vilegiatura marítima (gestada inicialmente no campo pela aristocracia italiana do século XIV) se populariza entre os demais estratos sociais (burguesia) e se difunde pelos espaços litorâneos como forma de aproveitamento do tempo livre.

Nesse sentido, Ferrara (1996:21) aponta uma diferença importante entre as atividades da vilegiatura e do turismo enquanto prática cultural institucionalizada. A vilegiatura corresponde a uma atividade privada vinculada ao emprego do tempo livre para a fuga e prática do ócio. O tempo livre é resgatado enquanto necessidade fundamental para os indivíduos recuperarem as energias de acordo com as práticas culturais de signos e valores distintos, porém desprovida do caráter comercial. A vilegiatura constitui-se em um deslocamento relacionado a uma atividade privada, e, se possível, anônima.

Já no século XIX, o turismo se firma enquanto prática social organizada acoplada à produção de mercadoria, convertendo a viagem a um fim em si e promovendo a expansão quantitativa e espacial dos lugares inicialmente destinados à vilegiatura (PEREIRA, 2010:02).

Ferrara (1996:22) argumenta que o turismo se configura enquanto atividade organizada e pública, cujo caráter burocrático/comercial o distingue da vilegiatura em relação à apropriação dos espaços públicos e privados.

Com a ascensão do turismo à tema científico<sup>21</sup> e a massificação das viagens no período pós II Guerra, as análises acerca do fenômeno do turismo pareceram descartar a história densa da vilegiatura, passando a agrupar todos os deslocamentos não forçados para o litoral em torno da atividade turística como se este fenômeno sobrepusesse as atividades da vilegiatura. É o caso de alguns equívocos cometidos por pesquisadores ao se referirem à vilegiatura como se esta se limitasse à sua forma imobiliária, utilizando os termos “turismo de segunda residência” ou “turismo residencial” (PEREIRA, 2010:03).

Ambrózio (2005:108) destaca que “a produção dos espaços turísticos vive distante do antigo sentido da vilegiatura e de suas *villas* ou subúrbios de ócio”. Com as transformações socioeconômicas da Revolução Industrial e Revoluções Burguesas, como o desenvolvimento dos meios de transportes e comunicações através das linhas férreas, percebe-se uma mudança na relação entre o tempo destinado ao lazer<sup>22</sup> e o tempo de trabalho.

---

<sup>21</sup> Para Ambrozio (2008:18), o vocábulo turismo nasce no século XIX na Inglaterra. Theobald (1998: 31) afirma que “etimologicamente, a palavra *tour* deriva do latim *tornare* e do grego *tornos*, significando uma volta ou um círculo; o movimento ao redor de um ponto central ou eixo”.

<sup>22</sup> Nas sociedades da Antiguidade Clássica, a relação entre o tempo de lazer e trabalho não existia. Trabalho e negócio eram tidos como desprezíveis e o ócio era símbolo de distinção social (PIMENTEL, 2011:131).

Ferrara (1996: 21) torna mais nítida a diferenciação entre a vilegiatura e o turismo quando afirma:

“A *villeggiatura* faz do ‘tempo livre’ um objeto que se torna concreto, uma vez que se torna visível na paisagem campestre, na natureza, nas águas medicinais, nas estações de cura. O turismo faz do ‘espaço’ um objeto, quando o enfrenta na visibilidade comercial do pacote, dos roteiros, da indumentária, dos acessórios e da bagagem [...]”.

As sociedades industriais e burguesas instituem o trabalho como valor universal, redistribuindo as atividades ociosas ao tempo do “não trabalho<sup>23</sup>”. Diferentemente da vilegiatura enquanto atividade privada do uso do tempo livre, o turismo perde o caráter espontâneo e seus deslocamentos passam a ter uma finalidade comercial e econômica com a criação dos primeiros organismos oficiais para cuidar do setor (PIMENTEL, 2009:131)

Enquanto a vilegiatura está ligada à uma condição sazonal e descontínua, cujo gosto é alcançado pela estadia, tempo lento e atividades adequadas à fuga do hábito e na busca do exótico, o turismo se fundamenta no deslocamento espacial para fins comerciais como decorrência da aplicação do dinheiro poupado ao tempo do “não-trabalho” (FERRARA, 1996, p.21).

Segundo Brito (2010:08), o turismo sempre esteve ligado à “massificação e sazonalidade das viagens do tempo livre”, pois é uma prática que se origina dentro do contexto industrial, de produção em massa.

Dessa forma, o século XX marca a ressignificação das viagens sob a influência do turismo e a literatura científica deixa de utilizar o termo vilegiatura, passando a associá-lo a duas vertentes: uma ligada às segundas residências ou casas de veraneio e outra que define a vilegiatura como uma dimensão do turismo (PEREIRA, 2010, p.3).

Uma das definições mais recentes de turismo é posta por De La Torre (1992 *apud* BARRETTO, 2003:13):

“O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica, e cultural”.

Esta definição aponta elementos importantes, tais como: a) o caráter voluntário do deslocamento; b) a permanência por um tempo determinado no local visitado, e c) o prazer relacionado ao ócio. Estes elementos são essenciais para entender que nem toda viagem está

---

<sup>23</sup>Passa a haver uma nova relação entre o ócio e o negócio.

diretamente relacionada à realização de turismo. O turismo é uma atividade muito mais ampla e complexa, e que tem como parte integrante as viagens. Elas podem ser tanto de lazer, como de negócios ou relacionadas a outros compromissos sociais que não o turismo (BARRETTO, 2003:13).

As segundas residências são indicadores da propagação da vilegiatura, porém, o deslocamento até as segundas residências não quer dizer necessariamente uma viagem de ordem turística (PESSOA, 2012:24). Além disso, a “definição conceitual e teórica do conceito de vilegiatura não está contemplada na literatura das ciências que estudam as práticas de lazer, principalmente o turismo” (PEREIRA, 2010:15).

De acordo com Fonseca e Lima (2012) *apud* Pessoa (2012:29), existem alguns critérios que ajudam a definir se uma residência secundária pode ser ou não um imóvel turístico, a depender da finalidade do uso e do perfil dos usuários. Nem sempre um usuário de segunda residência pode ser categorizado como turista, porém, se o estabelecimento de segunda residência for ocupado por um turista, este pode ser incluso na categoria de domicílios secundários para fins turísticos.

Fonseca e Lima (2012) *apud* Pessoa (2012:29) elabora um quadro que explica a distinção entre usuário e turista segundo critérios de vínculo, sociabilidade e tempo de consumo da paisagem:

**Quadro 1 - Proprietários de segunda residência por característica e tipo**

<b>Características do Proprietário</b>	<b>Tipo do Proprietário</b>
Criação de vínculos com o território visitado	Usuário da segunda residência
Não criação de vínculos com o território visitado	Turista de segunda residência
Prática da sociabilidade com vizinhança	Usuário da segunda residência
Prática insociabilidade com vizinhança	Turista de segunda residência
Tempo prolongado para o consumo da paisagem	Usuário da segunda residência
Curto tempo para o consumo da paisagem	Turista de segunda residência

Fonte: PESSOA (2012)

Percebe-se que a característica de cada proprietário (seja ele um usuário de segunda residência ou um turista) está relacionada ao seu tipo, sendo a *constância* na ocupação das segundas residências e a criação de *vínculos* com o local visitado e *sociabilidade* com a vizinhança fatores determinantes para diferir um usuário de segunda residência de um turista.

Uma vez que os usuários de segunda residência frequentam seus destinos com mais assiduidade, passam a ter mais tempo e condições de desfrutar da mesma paisagem e

desenvolver um olhar mais aprofundado sobre os locais visitados. No entanto, o turista não cria vínculos mais profundos e não costuma voltar com tanta frequência aos lugares, pois sua intenção é o consumo imediato da paisagem.

Essa diferenciação é complexa e sugere que, a depender das relações socioespaciais travadas entre os usuários com o local visitado, a forma de urbanização adquire contornos variados e pode acontecer em maior ou menor grau nos espaços estudados.

### 1.3.3 A produção das formas imobiliárias da vilegiatura marítima: as residências secundárias

Da maneira como é praticada na atualidade, a vilegiatura marítima constitui-se segundo Dantas *et al* (2010; 112) enquanto “vetor considerável de espalhamento do urbano” no cerne do desejo pelo mar, reproduzindo nos espaços litorâneos formas imobiliárias relacionadas às atividades de lazer, cuja principal expressão territorial se dá pelas residências secundárias.

Segundo Macedo (1993:56), este padrão de ocupação urbana visa a apropriação de um valor paisagístico inerente à região sobre o qual se implanta, no caso as zonas de praia. O valor paisagístico do mar e a valorização das praias enquanto espaços para o lazer são fundamentais na implantação de edificações associadas à moradia temporária, cujos modelos habitacionais variam entre loteamentos, residências unifamiliares e condomínios fechados.

A própria constituição etimológica da palavra vilegiatura traz a vila (residência secundária na atualidade) enquanto um componente essencial da prática. De acordo com Moraes (2007:38), as segundas residências no Brasil constituem-se num importante “vetor de ocupação das zonas costeiras”, cujos impactos estão diretamente relacionados à ordenação do uso do solo.

É possível observar uma profusão de terminologias referente às formas espaciais das segundas residências, onde Silva (2014:09) diz que:

Pode-se, portanto, aplicarem-se os termos residência secundária ou segunda residência as mais diversas modalidades de uso de imóveis particulares destinados ao lazer e/ou turismo, presentes no meio rural ou urbano, no litoral ou continente, construídos isoladamente ou agrupados em empreendimentos fechados, seja na forma vertical ou horizontal: casa de praia; casa de campo; casa de veraneio; chalé; bangalô; chácaras, quinta; rancho, sítio, cabana, entre outras denominações. (Op.Cit., pg. 09)

Independente da nomenclatura utilizada, os termos guardam um sentido em comum: a estadia temporária relacionada ao ócio e lazer nos espaços litorâneos. Acerca desta forma de estadia, Pereira (2012: 17) explica que o termo veraneio foi popularizado devido à vilegiatura marítima ser praticada mais intensamente na estação climática conhecida como verão.

O autor (2012) relativiza o caso do Nordeste do Brasil, que por suas altas médias de insolação durante todo o ano, permite a prática do veraneio em todas as estações climáticas, por isso o termo ser utilizado também para fazer menção ao fenômeno da estadia nas acomodações à beira-mar (residências secundárias ou casas de veraneio).

De acordo com Silva & Ferreira (2010:119), as casas de veraneio estão associadas a um tipo de produção imobiliária tradicional, fruto da mudança de percepção das elites nordestinas a respeito das praias:

Assim, o “veraneio” surge como uma expressão que remete a aspectos culturais, da fruição e do prazer das famílias mais ricas dos centros urbanos, parecendo ser mais preciso falar em “segundas residências. (Op.Cit., pg. 118)

Apesar de sua densa história e expansão em escala mundial, Assis (2003:110) afirma que a segunda residência ainda é um fenômeno que “padece de uma base sólida de reflexões teóricas e estudos empíricos das suas mais diversas repercussões socioespaciais nos diferentes lugares do mundo”.

Segundo o autor (2006: 265), desde 1970 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem registrando nas sinopses preliminares dos censos demográficos o crescimento das residências secundárias no país e aperfeiçoando as suas definições. Na década de 1970, as residências secundárias estavam incluídas entre os domicílios fechados.

Já na década de 1980, segundo Assis (2003:10), as residências secundárias passam a receber uma classificação específica, sendo denominadas de “domicílios de uso ocasional<sup>24</sup>” e separadas da classificação anterior (1970) que se restringia aos domicílios fechados. Em 1991, a definição é aprimorada e as residências secundárias passam a não se restringir à condição de não presença do morador temporário (ou seja, o morador poderia estar presente ou não).

A partir dos Censos de 1980 e de 1991, Tulik (1995:29) afirma que “os estudos sobre esta forma de alojamento turístico não estão apoiados em domicílios fechados [...] mas naqueles de uso ocasional, aqui entendidos como sendo residências secundárias”. Na sinopse preliminar do Censo 2000, o IBGE considerou como de uso ocasional “[...] o domicílio particular

---

<sup>24</sup> De acordo com a sinopse do Censo de 1980, “considerou-se como de *Uso Ocasional* o domicílio que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), normalmente usado para descanso de fim-de-semana ou férias e cujos moradores *não* estavam presentes na data do Censo” (ASSIS, 2003:111).

permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia, ou seja, usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (BRASIL, 2000, p. 15).

Embora os dados estatísticos propostos pelo IBGE possibilitem uma análise descritiva e quantitativa acerca da distribuição das residências secundárias no litoral, Silva & Ferreira (2010:119) ressaltam:

Enquanto as segundas residências dependerem exclusivamente da categoria “domicílio de uso ocasional” do IBGE, não será possível aferir com precisão quanto desse parque residencial é expressão da dinâmica local: das chácaras, dos pequenos sítios, da casa de veraneio, do domicílio de fim de semana, etc. [...] embora importante como sinalização, os números de segunda-residência precisam ser qualificados em subcategorias que permitam o real dimensionamento daquilo que é produzido para o turista. (Op.Cit., pg. 119)

A dificuldade de apreensão da dinâmica socioespacial das residências secundárias também é abordada por Pereira (2012: 70), que aponta para o fato de que as definições técnicas utilizadas pelo IBGE possuem um caráter técnico-empírico e elencam critérios para contabilizar a variedade de imóveis que apresentam características comuns em relação à propriedade particular e uso sazonal. O autor (2012) afirma que esses dados não permitem identificar os usos relativos a este tipo de imóvel tendo em vista que a existência das residências secundárias abre a possibilidade de uma variedade de usos, dentre eles a vilegiatura.

Como exemplo, Ferreira & Silva (2010:119) apontam o caso de Algarve (Portugal), que embora seja um espaço turístico, sua principal demanda está relacionada ao produto imobiliário das segundas residências<sup>25</sup>. Ou seja, a atividade tradicional do turismo não é a principal responsável pela urbanização e recepção dos visitantes naquele local.

Fonseca & Lima (2012: 325), embasados nos conceitos encontrados na literatura sobre o tema (Quadro 02), elencam as principais características das residências secundárias quanto aos 08 critérios de: finalidade, tempo livre, sazonalidade, disponibilidade financeira, propriedade, usuário, localização e relação origem-destino.

#### Quadro 2 - Características das residências secundárias

Característica	Explicação
<b>Finalidade</b>	A principal característica diz respeito à sua finalidade: o lazer. Quase todos os autores admitem a característica recreativa das residências secundárias (TULIK, 2001; COLÁS, 2003).

<sup>25</sup> “[...] onde a hotelaria tradicional respondia por apenas 11,1% dos alojamentos turísticos, enquanto a residência secundária atendia 74,7% em 1990” (SILVA & FERREIRA, 2010:119).

<b>Tempo livre</b>	Segundo Assis (2003), outra característica da residência secundária é o tempo livre, sendo esta condição essencial para se usufruir do alojamento. Tulik (2001, p.12) complementa colocando que a maior ou menor disponibilidade de tempo livre exerce papel significativo na seleção dos locais para a aquisição desse tipo de domicílio e que a escolha do lugar é definida pela relação tempo-custo-distância.
<b>Sazonalidade</b>	Outra característica que possui concordância entre os autores da área é a temporalidade, uma vez que ninguém reside, permanentemente, em residência secundária (TULIK, 2001; ASSIS, 2003; COLÁS, 2003).
<b>Disponibilidade Financeira</b>	Uma das condições necessárias para a aquisição desse tipo de imóvel é disponibilidade de uma renda que garanta, além da aquisição, também a manutenção de uma segunda residência (TULIK, 2001).
<b>Propriedade</b>	Como o IBGE coloca os domicílios de uso ocasional entre os domicílios particulares, ele confere à segunda residência um sentido de propriedade, embora tal imóvel possa ser alugado, arrendado ou emprestado. Entretanto, Tulik (2001) acredita que este fato não deveria estar ligado ao conceito operacional da segunda residência.
<b>Usuário</b>	Uma característica desse tipo de residência diz respeito ao caráter familiar do seu usuário, que, em geral, consiste em casais com filhos. Observa-se ainda que é elevado o número de aposentados que se utiliza desse tipo de domicílio (COLÁS, 2003).
<b>Localização</b>	Outra questão que se apresenta é a localização das residências secundárias, podendo estar localizadas na zona urbana ou rural. Segundo Tulik (2001), o contexto cultural explica onde mais provavelmente as segundas residências encontram-se localizadas.
<b>Relação Origem - Destino</b>	A residência secundária representa um vínculo permanente entre origem e destino, uma vez que existe certa regularidade entre saída, chegada e retorno. A frequência possibilita a criação de vínculo entre usuário e o lugar onde se localiza a segunda residência.

Fonte: Fonseca e Lima (2012) adaptado pelo autor.

Segundo Pereira (2012: 130), a abertura de novas regiões aos fluxos turísticos na segunda metade do século XX não obstruiu o desejo pela vilegiatura marítima e seus desdobramentos imobiliários (segundas residências). Na maioria dos casos, a vilegiatura marítima se configura como extensão das relações estabelecidas na “casa habitual” através das segundas residências (reprodução do modo de vida urbano).

Junto a Pereira (2012), outros autores trazem contribuições importantes na indicação das residências secundárias enquanto principal forma espacial de urbanização nos espaços litorâneos na perspectiva do fortalecimento da vilegiatura marítima e da busca dos cidadãos pela tranquilidade e lazer nos ambientes litorâneos (GOMES, 2013: 104).

Para Assis (2006:263) e Silva (2014:09), a residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem fora do entorno habitual de moradia de seus usuários, que tem como principal finalidade o lazer, a recreação e o descanso nos finais de semana, feriados ou temporadas de férias. Através da compreensão das atividades de lazer a partir da vilegiatura marítima e das residências secundárias anteriores às políticas regionais de planejamento turístico, Panizza & Pereira (2009:54) entende-as, respectivamente, “como prática de lazer constituída pelo desejo dos cidadãos e forma espacial relacionada à prática mencionada”.

A prática da vilegiatura marítima envolve diversas possibilidades da prática do lazer articuladas ao sentido do habitar, ou seja, a utilização das residências secundárias faz com que os vilegiaturistas alarguem seus espaços de vida. Nesse sentido, Gomes (2013:104) afirma que existe uma relação entre a disseminação das práticas marítimas modernas da vilegiatura e a urbanização das aglomerações urbanas.

Assis (2003: 113) entende que a produção das segundas residências está relacionada a outros dois processos: a industrialização e a metropolização das cidades, que não deixam de estar interligadas ao processo de urbanização. Fatores como “a redução da jornada de trabalho, a degradação do meio urbano e o advento do automóvel particular” foram fundamentais para a utilização das residências secundárias como forma de aproveitamento do tempo livre para atividades de lazer nos finais de semana.

Conforme o autor (2003:114), a necessidade de aliviar o stress cotidiano e renovar as energias fez com que o homem urbano saísse das áreas centrais superpovoadas em direção às periferias metropolitanas em busca do “reencontro” com a natureza.

Desta forma, o entendimento da produção do espaço urbano para satisfazer as necessidades de lazer é fundamental para o processo de valorização e ocupação dos espaços litorâneos no contexto do tempo livre das sociedades urbanas no período pós II Guerra Mundial. Segundo Paiva (1995:12), o novo conteúdo ideológico pautado no “não-trabalho” e no aproveitamento do tempo livre através da realização de viagens sugere o lazer enquanto necessidade básica e condição de vida humana.

As reflexões acerca da produção do espaço urbano e da hipótese de “urbanização completa da sociedade” de Lefebvre (1970) abrem uma perspectiva para a análise da vilegiatura marítima e a produção de espaços destinados ao lazer enquanto produto social proveniente do modo de vida urbano e das novas técnicas e relações sociais. A necessidade de fuga da rotina por parte das sociedades industriais em seu tempo livre faz da vilegiatura uma prática de lazer com repercussões socioespaciais embrionadas no tecido urbano das cidades, que se prolifera a partir da segunda metade do século XX para a “não cidade”, como a natureza e o litoral.

De uma maneira geral, as principais transformações associadas à urbanização pela instalação das residências secundárias são demonstradas por Moraes (2007: 39):

[...] tal atividade desorganiza em muito a sociabilidade dos locais onde se instala, ao inaugurar um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva. A satisfação do consumo de segundas residências mobiliza proprietários de terras, incorporadores, corretores, e a indústria de construção civil (com todo seu aporte de pessoal) nas áreas litorâneas, o que vai constituir, em si, num acréscimo de fluxo povoador. (Op.Cit., pg. 39)

A expressão espacial das segundas residências passa a compor a paisagem das capitais e municípios litorâneos, em um padrão onde as casas de veraneio são detentoras dos melhores sítios e as populações locais de baixa renda que moravam junto à praia são realocados em áreas periféricas<sup>26</sup>.

Juntamente aos aglomerados de segundas residências, Dantas & Pereira (2008: 96) destacam a materialização do urbano nos espaços litorâneos através da geração de formas espaciais como parcelamentos e vias de acesso melhor estruturadas para dar suporte à sociedade do lazer, caracterizando uma morfologia urbana típica do fenômeno da maritimidade moderna.

### 1.3.3.1 Tipologias de residências secundárias

A fim de auxiliar no entendimento das tipologias destinadas às segundas residências, Urbain (1996 *apud* PEREIRA, 2006:61) expôs uma classificação que diferencia 03 três tipos de veraneio: a) popular; b) refúgio, e c) coabitação. De acordo com o autor (*op.cit.*), o veraneio *popular* é caracterizado pela intensa ocupação de residências de veraneio no litoral onde as populações tradicionais tendem a ficar “relegadas” à áreas menos valorizadas. O veraneio de *refúgio*, como o nome já diz, caracteriza-se pelo distanciamento e isolamento do veranista com o seu entorno. Já o veraneio de *coabitação* caracteriza-se pela manutenção de contato com a população onde a segunda residência está instalada, não dispensando também os serviços e bens da sociedade de consumo.

A partir dos tipos de veraneio marítimo existentes, é necessário conhecer as tipologias oriundas da expansão do tecido urbano pela prática da vilegiatura marítima. Segundo os estudos de Pereira (2006:62), destacam-se quatro grupos de ocupação: a) *aglomerados homogêneos*; b) *aglomerados heterogêneos*; c) *condomínios e loteamentos verticais ou horizontais*; e d) *casas isoladas*.

O primeiro grupo de ocupação, os *aglomerados homogêneos*, têm esse nome por ser ocupado exclusivamente por veranistas. São constituídos a partir da compra de lotes para parcelamentos destinados ao veraneio, resultando em residências com padrões e arquiteturas diferentes.

---

<sup>26</sup> Segundo Junior (2010: 80), a realocação dos habitantes tradicionais à periferia gera algumas formas de ocupação: os loteamentos populares e autoconstrução, os conjuntos habitacionais do Estado e as favelas, com significados distintos.

Os *aglomerados heterogêneos* são resultado da rápida “explosão” do veraneio popular em áreas tradicionais da cidade, onde é possível verificar uma ocupação mista entre residências de veraneio e habitações de moradores locais.

Os *condomínios e loteamentos verticais ou horizontais* normalmente são constituídos por veranistas que buscam uma separação em relação ao entorno. Neles, os veranistas se organizam de forma para ter lazer, privacidade e segurança. Em alguns casos é possível haver muros que indicam claramente esse isolamento.

Já as *casas isoladas* são representativas do veraneio de refúgio. Normalmente, os proprietários são de alto poder aquisitivo, visto no interior destas casas haver todo o suporte para o lazer privado, como piscina, TV à cabo, sistemas de segurança, entre outros.

#### 1.3.4 Expansão do tecido urbano pelas segundas residências em direção ao litoral e a espacialização da vilegiatura

De acordo com Pereira (2006:51), a vilegiatura marítima<sup>27</sup> enquanto fenômeno socioespacial guarda em si algumas características que a distingue de práticas como o turismo, tais como: a) *estabelecimento de relações entre os lugares*; b) *possibilidade de investimentos financeiros* através da locação das segundas residências; c) *possibilidade de mudança de residência* pela proximidade das localidades com os centros emissores; d) *constituição de influências e relações políticas*, visto que a influência de alguns proprietários podem ocorrer em função da força política frente os contatos e a posição que ocupam na sociedade.

Com isso, a estrutura morfológica das cidades litorâneas marcadas pela prática da vilegiatura marítima segue uma configuração caracterizada pelos desdobramentos de relações sociais urbanas, sendo o componente espacial um recurso para compreender essa diversidade de movimentos (CUNHA & PEREIRA, 2016: 418).

A forma de estruturação espacial das praias no século XX associa-se ao surgimento dos primeiros loteamentos urbanos à beira-mar em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, consolidando-se, deste então, como um padrão para as cidades litorâneas brasileiras através da implantação de elementos como: a) sistema viário de acesso, seja uma rodovia ou uma via urbana; b) sistema viário que pode estar ou não ligado à praia; c) loteamentos e condomínios horizontais ou verticais (MACEDO, 1993: 65).

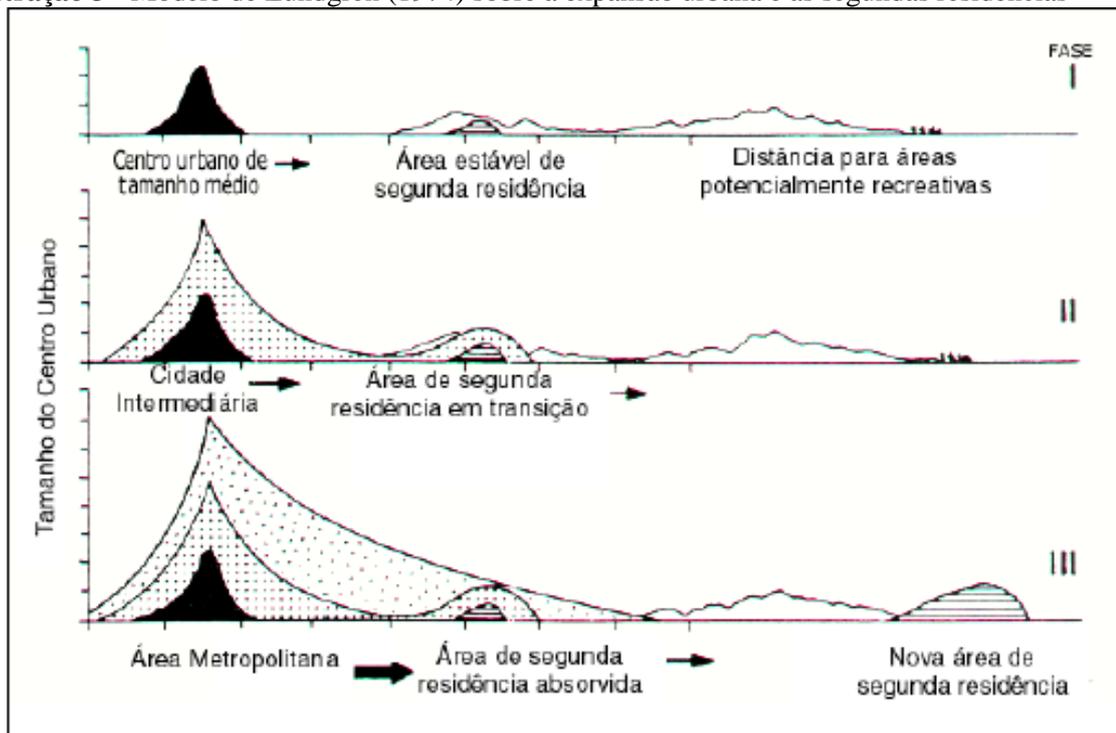
---

<sup>27</sup> Cf. 1.3.2 *Vilegiatura marítima e turismo litorâneo no contexto da relação “viagem-estadia”*

A expansão do tecido urbano pelas residências secundárias em regiões metropolitanas foi inicialmente sistematizada por Lundgren, que estudou o caso canadense em 1974. Segundo Colás (2003: 38), este modelo foi proposto em 03 (três) fases e mostra a relação entre um centro urbano emissor com as áreas de residências secundárias.

O modelo, citado por Assis (2003: 117), mostra que existe uma relação direta entre o tamanho da aglomeração urbana e a área de expansão das segundas residências:

**Ilustração 3 - Modelo de Lundgren (1974) sobre a expansão urbana e as segundas residências**



Fonte: Adaptação realizada por Assis (2003) a partir de Pearce (1991)

Na interpretação de Assis (2003:117-118), as fases são descritas da seguinte maneira: a primeira é marcada pela demanda de um centro urbano de porte médio em relação às residências secundárias, constituindo a expansão das casas de férias. A segunda fase é caracterizada pelo aumento da densidade urbana e conseqüentemente da demanda por áreas de residências secundárias, que adquirem um “caráter mais urbano” em relação às casas de férias. A terceira e última fase é abordada em um contexto metropolitano:

[...] a região original de segunda residência é absorvida pela expansão metropolitana, formando, agora, uma parte da própria cidade, ao passo que as segundas residências anteriores acabam se transformando em residências permanentes. Enquanto isso, uma nova e distinta área de segunda residência tem se desenvolvido sobre a base da demanda de fins de semana ou das acomodações de férias, a qual não tem diminuído, porém, cresce mais moderadamente. (IBIDEM).

Em seus estudos, Pereira (2006) afirma que tanto as características do modelo quanto a interpretação de suas fases devem ser relativizadas<sup>28</sup> à depender do caso em que se aplica. Um exemplo dessa relativização está na análise da perspectiva evolucionista do modelo, pois nem sempre a mancha de ocupação metropolitana é contínua. Segundo Sposito (2001:83), que trabalha a temática da urbanização da sociedade, a expansão da cidade é marcada por uma morfologia urbana descontínua, expressa pelas transformações no processo de urbanização.

Nos espaços litorâneos, a estrutura morfológica de maior valor paisagístico é o mar, cujos atributos qualificam a praia e identificam sua preferência em determinado grupo social. As praias, apropriadas socialmente para o desenvolvimento de atividades de lazer urbano, são estruturadas de acordo com cada situação, podendo variar entre modelos simples e rústicos até modelos altamente elaborados, como aqueles encontrados no calçadão de grandes cidades (MACEDO, 1993:66).

Nesse sentido, a vilegiatura marítima pode ser considerada um vetor capaz de transformar e redefinir a configuração do litoral pela espacialização de demandas cidadinas para a reprodução do modo de vida urbano, tais como investimentos imobiliários, equipamentos e infraestrutura urbana, além de estabelecimentos de apoio à atividades de comércio e serviços, tais como restaurantes e bares.

A partir de um determinado núcleo, pode-se equipar uma localidade litorânea no intuito de receber um maior número de usuários e oferecer-lhes os melhores serviços. A presença de parcelamentos urbanos próximos ao mar e a produção de tipologias de primeiras e segundas residências, associadas à melhorias no acesso e infraestruturas de suporte ao lazer, comércio e serviços são as principais expressões espaciais da vilegiatura marítima nas localidades litorâneas, que se expressam em diferentes graus de acordo com cada contexto.

---

<sup>28</sup> O autor (IBIDEM) afirma que entre os aspectos a serem discutidos no caso de estudo estariam: a escala da aglomeração urbana (o que viria a ser um centro médio no caso de Fortaleza) e um aspecto conceitual em relação ao “caráter mais urbano” mencionado por Assis (2003).

## 2 URBANIZAÇÃO POR LAZER: A EXPANSÃO DO TECIDO URBANO DE MACEIÓ E A VILEGIATURA MARÍTIMA EM BARRA DE SÃO MIGUEL

### 2.1 Maritimidade moderna em Alagoas

Conhecido nacionalmente pela exuberância paisagística e belezas de suas praias, o Estado de Alagoas possui um litoral com aproximadamente 230 km de extensão interligado por rodovias de acesso (BARROS, 2005:75). Portador de um conjunto de cidades que contam um pouco de sua história<sup>29</sup>, o Estado apresenta um rico artesanato, culturas folclóricas e culinárias típicas. Mas sua principal oferta turística está baseada nas atividades ligadas ao veraneio e ao turismo de sol e praia.

Com a difusão da maritimidade moderna, evidencia-se uma geração de fluxos dirigidos aos espaços litorâneos. Este fenômeno de origem externa, no final do século XX, chega nos trópicos e nos países em desenvolvimento, em especial os possuidores de zona costeira, criando uma demanda turística (JUNIOR, 2010: 57).

Veras Filho (1991: 29), que estuda a história do turismo em Alagoas, sinaliza a existência de uma maritimidade tradicional ligada aos portos e à exportação/importação:

“Maceió, por sua natureza de cidade portuária, desde seus primórdios tinha sua vocação para o turismo, por sua condição de exportadora de açúcar, fumo e algodão, e importadora, principalmente, de farinha de trigo e café, recebendo, portanto, vapores nacionais e estrangeiros”.

Em Maceió, as práticas marítimas modernas de lazer, banhos de mar e vilegiatura serão absorvidas pela abertura da cidade ao mar por intermédio dos portos. No início do século XX, tem-se registro da existência de “três portos na lagoa denominados de acordo com o bairro onde se localizavam: o da Levada, o do Trapiche e o de Bebedouro”. Estes portos lacustres foram fundamentais para a comunicação com cidades e pequenas localidades, como Marechal Deodoro e Pilar, além do comércio de gêneros de primeira necessidade (DUARTE & CAVALCANTI, 2012: 03).

Através da zona portuária, o desenvolvimento das relações comerciais com o mercado europeu serviu também de “porta de entrada” à incorporação de práticas e costumes que marcaram uma mudança significativa das relações da sociedade local com o ambiente litorâneo.

---

<sup>29</sup> Em Alagoas, merecem destaque as três cidades chamadas por Veras Filho (1991:29) de “portais da colonização de Alagoas”: Marechal Deodoro – tombada pelo Patrimônio Histórico Brasileiro - , Penedo, Piranhas e Porto Calvo com seus monumentos históricos e igrejas seculares.

Nas primeiras décadas do século XX, a capital Maceió possuía dois grandes cassinos e os bondes circulavam pela cidade, tendo no centro seu porte de “nobreza” com lojas que comercializavam diversos artigos estrangeiros. Exceto pela Rua do Comércio, de característica comercial, as demais ruas situadas no centro da cidade possuíam características residenciais.

Agora vamos imaginar Maceió antes da Segunda Grande Guerra Mundial. Rua do Comércio, com sua tortuosidade, seus bondes elétricos, suas lojas, seus cafés, seus bares. Maceió vivia seu apogeu literário, e era normal, nas tardes ensolaradas, encontrar vagando [...] o escritor Graciliano Ramos, o gramático Aurélio Buarque de Holanda [...] ao meio desses intelectuais, poderíamos encontrar, também o historiador Moreno Brandão, pão-de-açuquense e renomado conhecedor da história do nosso Estado. (Op.Cit., pg. 35-36)

**Ilustração 4** - Rua do Comércio no início do século XX.



Fonte : CAVALCANTE (2011)

**Ilustração 5** - “Café Colombo”, estabelecimento comercial do início do século XX.



Fonte: CAVALCANTE (2011)

E foi justamente o historiador Moreno Brandão, no ano de 1937, o responsável pela publicação de uma brochura intitulada “Vade-Mecum do Turista em Alagoas”, através do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Nesta obra, o autor debruça-se sobre o tema em Alagoas e aborda suas especificidades geográficas, históricas e sociais.

Acerca de Maceió, Moreno Brandão (1937:05) afirma:

[...] situada perto do mar, nas proximidades da Ponta Verde. Esta cidade tem ruas largas, praças espaçosas, casas muito bem construídas e de elegante aspecto. Mantem florescente commercio com o estrangeiro e com as principais praças de maior importância do Brasil, pelo porto de Jaraguá.

O documento já mencionava a potencialidade para o recebimento de visitantes em Alagoas e, do litoral à caatinga, o folheto relacionava lugares “pitorescos” nos municípios de Maceió, Penedo, Maragogi, Jequiá, Pão de Açúcar, Piranhas, Porto Calvo, São Miguel dos Campos, dentre outros:

O litoral do Estado apresenta quadros incomparavelmente empolgantes e que as dunas alvacentas, os coqueirais abertos, as barreiras avermelhadas, as embocaduras dos rios trazem notas de grande amenidade [...] mesmo a caatinga, o mato branco, embora nas épocas das estiagens produzia um sentimento amargo de consternação, nas épocas propícias exhibe faustos capazes de arrebataram (BRANDÃO, 1937:18-19).

Veras Filho (1991:41) ressalta que a publicação do “Vade-Mecum do Turista em Alagoas” fez apenas uma tênue alusão<sup>30</sup> às nossas praias sem fazer qualquer menção ao litoral de Maceió, como as praias da Avenida e Pajuçara que foram alvo de admiração do Imperador D. Pedro II no século XIX. Também não apurou fatos que pudessem evidenciar nossas belezas naturais ou o patrimônio histórico e cultural em busca do incremento do turismo em Alagoas.

Ao longo do século XX, a cidade de Maceió passou por várias transformações e a consolidação das práticas marítimas modernas passa a delinear um novo movimento de urbanização em suas zonas de praia. Este movimento passa a influenciar na organização espacial da cidade, cujas lógica de planejamento e ações estratégicas dão uma nova racionalidade na ocupação de seu litoral.

Dessa forma, os núcleos urbanos e litorâneos tornam-se “receptores” de práticas turísticas para atender à uma racionalidade que se impõe frente às iniciativas das políticas públicas do Estado na tentativa de um crescimento econômico, cultural e simbólico para a cidade. Em 1957, o então prefeito de Maceió Dr. Abelardo Pontes Lima baixou uma lei

---

<sup>30</sup> “Apenas uma leve descrição de um passeio aéreo entre Barra de São Miguel e Coruripe”. (Op.cit., pg. 41).

municipal<sup>31</sup> que estabeleceu uma Taxa de Turismo e Hospedagem. Esta taxa destinava-se não só ao desenvolvimento do turismo na capital como também ao incentivo do intercâmbio político e econômico do município (VERAS FILHO, op. cit. pg. 43).

A partir da década de 1960, alguns órgãos foram criados e foram realizadas iniciativas por parte do Governo Estadual, iniciativa privada e formulação de políticas com o intuito de promover e incentivar a atividade turística em Maceió. Em 1968 foi criado o Conselho Estadual de Turismo – CETUR, vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado. Porém, com poucos recursos financeiros, o CETUR fez o que pôde dentro de suas limitações e encerrou suas atividades turísticas em 1970 (ALAGOAS, 2015a).

Já a década de 70 marcou o início da expansão turística no Estado com a criação e melhoria dos equipamentos turísticos e de sua infraestrutura, além de incentivos institucionais para a implantação de unidades hoteleiras de significativa importância (SARMENTO & MONTEIRO, 2013:01).

A inauguração do Estádio Rei Pelé no ano de 1970, também chamado de “Trapichão”, deu início à “era do turismo” em Alagoas enquanto equipamento capaz atrair uma grande quantidade de visitantes e clubes de futebol, inclusive do exterior (ALAGOAS, 2015a).

Esta obra incluiu-se em uma das motivações para a criação da Empresa Alagoana de Turismo S.A – EMATUR, em 1971, que teve como intuito dar ênfase à atividade turística embora não tenha levado o turismo enquanto setor prioritário no processo de desenvolvimento do Estado (BARROS, 2005:76).

Segundo Veras Filho (1991:69), o Trapichão fez muito mais que a CETUR e a EMATUR juntas, pois, além de fomentar a vinda de clubes de futebol, promoveu cada vez mais a veiculação da capital Maceió enquanto um destino paradisíaco cobiçado pelos estados do sul do país.

**Ilustração 6** - Estádio Rei Pelé na década de 1970



Fonte: CAVALCANTE (2011)

<sup>31</sup> Lei Municipal nº 575, que versava sobre o Código Municipal de Maceió (VERAS FILHO, 1991:41).

Maceió vai mudando seus contornos na organização espacial associada à urbanização. A cidade, que utilizava sua orla marítima para atividades relacionadas ao porto e à pesca, fora posteriormente direcionada às práticas marítimas modernas ligadas ao lazer, aos banhos de sol e de mar, às habitações, ao veraneio, ao turismo litorâneo, entre outras.

O ano de 1970 também marcou a realização do I Festival de Verão de Marechal Deodoro. O festival, promovido por iniciativa da então Diretora de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas e professora Solange Lages<sup>32</sup>, contou com uma semana de festividades culturais<sup>33</sup>, ficando posteriormente reduzida à três dias por questões relacionadas à escassez de recursos financeiros do Governo Estadual para financiar tal empreitada (ALAGOAS, 2015a).

Em 1971, no governo de Afrânio Lages, o Banco do Nordeste lançou uma campanha de turismo em São Paulo intitulada “Visite o Nordeste”, onde Maceió passou a ser veiculada nas principais revistas nacionais de turismo, tais como a “Turismo em Foco”, enquanto “O Novo Caribe”. Dessa forma, Maceió destacou-se no cenário nacional enquanto excelente opção para o turista brasileiro que não dispunha de condições para ir ao exterior. (SARMENTO & MONTEIRO, 2013:02).

Ainda neste ano, foi finalizado o asfaltamento da BR 101 com aproximadamente 266 quilômetros de extensão e também foram realizadas algumas iniciativas por parte do governo em construir alojamentos para o ramo da hotelaria, como a conclusão do Hotel de Alagoas (Luxor). Alguns projetos ficaram no papel, como a construção de 50 casas de verão e um pequeno hotel no município de Paripueira, no litoral norte do Estado (VERAS FILHO: 75).

O governo já manifestava nos jornais da época sugestões de povoamento para a realização do turismo nos pequenos municípios adjacentes à capital:

Fazer colônias ou aldeamentos turísticos, com casas semelhantes às dos pescadores, em algum lugar aprazível como Jatiúca, Barra de São Miguel, Riacho Doce, Bica-da-Pedra, entre outros [...] essas casinhas teriam conforto indispensável, como água potável, energia elétrica, coleta de lixo [...] haveria mercadinhos, lanchonetes, um restaurante e um posto de venda com tudo que interessasse aos turistas (VERAS FILHO, 1991:76)

O primeiro registro oficial acerca da permanência de turistas em Maceió data de julho de 1971, onde a CETUR registrou o atendimento de aproximadamente 166 (cento e sessenta e

---

<sup>32</sup> Esposa do notável pintor alagoano Pierre Chalita (VERAS FILHO, 1991:70).

<sup>33</sup> Exposições de “arte popular”, “coletiva de pintores alagoanos”, “mostras fotográficas”, entre outros. Além disso, contava com shows que ficavam ao encargo da manifestação cultural do nosso folclore, tais como Reísado, Pastoril, Chegança e Guerreiro (VERAS FILHO, 1991:71).

seis) visitantes procedentes dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, e países como Portugal. Já em 1972, a EMATUR registrou cerca de 5.000 (cinco mil) turistas em Maceió, número bem mais acentuado que o ano anterior (ALAGOAS, 2015a).

Este ano marcou alguns acontecimentos importantes para o aumento da demanda turística no Estado, tais como: a realização do II Festival de verão de Marechal Deodoro; a conclusão da primeira parte do clube sobre as águas do mar de Ponta-Verde, o Bar e Restaurante Alagoinhas; e a I Gincana Penedense de Pesca-de-Arremesso (VERAS FILHO, op. cit. pg.88).

#### **Ilustração 7 - Alagoinhas na década de 1980**



Fonte: CAVALCANTE (2011)

Após a realização do III Festival de Verão de Marechal Deodoro em 1973 (Governo João Sampaio), Alagoas destacou-se ainda mais em jornais e revistas de circulação nacional abrindo grandes perspectivas em relação ao fomento de seu potencial turístico em todo o Brasil.

Naquele mesmo ano, registrou-se uma das obras mais importantes do governo de João Sampaio: o início da urbanização da praia de Pajuçara, obra concluída em 1974<sup>34</sup> e cujos resultados foram fundamentais à promoção do “cartão-de-visitas” da cidade (ALAGOAS, 2015a).

Em 1975, além das manifestações culturais do I Festival de Cinema de Penedo e do V Festival de Verão de Marechal Deodoro, houve a elaboração do Plano-Piloto da EMATUR. Nele, foram contemplados alguns itens relacionados aos elementos naturais, históricos e

<sup>34</sup> Segundo Veras Filho (1991:103), a urbanização da praia de Pajuçara encontra-se atualmente irreconhecível, devido à ausência de manutenções por parte do Governo municipal.

culturais de Alagoas a fim de ampliar e melhorar as condições de infraestrutura para a vinda de turistas. Dentre estes, podemos citar:

- a) elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico de Alagoas;
- b) criação de legislação específica para desenvolver o potencial turístico do Estado;
- c) criação de áreas de interesse turístico e incentivos fiscais em diversas regiões do Estado para a construção de hotéis e meios de hospedagem;
- d) elaboração do Roteiro Integrado do Nordeste, tendo como Maceió um ponto de referência para o aumento da demanda turística;
- e) construção do Centro de Turismo em Maceió;
- f) celebração de convênios de assistência técnica e financeira com entidades privadas que explorem atividades turísticas em Alagoas;
- g) participação do Estado em empreendimentos turísticos economicamente válidos para o desenvolvimento do setor. (VERAS FILHO, 1991:105).

O ano de 1977 foi importante tanto para o setor cultural quanto hoteleiro em Maceió. O III Festival de Cinema de Penedo foi um sucesso e reuniu artistas de renome nacional. Com a inauguração do Hotel Beira-Mar, do Grupo Lundgren, a rede hoteleira do Estado passou a contar com a presença de aproximadamente 1.838 (um mil oitocentos e trinta e oito) leitos distribuídos entre os Hotéis Luxor, Beira-Mar, Lagoa-Hotel, Parque, Beiriz, Califórnia, Atlântico, Parque, Lagoa, Flórida, Palmeira, entre outros, fora os hotéis menores e hospedarias (ALAGOAS, 2015a).

Com a desistência da Varig, o Grupo Lundgren criou a Empresa Lundgren Hotéis do Nordeste, cujo marco para Alagoas despontar enquanto destinação de elevado potencial turístico em âmbito nacional foi a instalação do Hotel Alteza Jatiúca, atual Hotel Jatiúca, no ano de 1979. Segundo Barros (2005: 76), o *resort* urbano “foi capaz de atrair um público mais exigente em busca do exótico”.

Segundo Veras Filho (1991: 118), a localização do Hotel Jatiúca entre as praias de Cruz-das-Almas e a Lagoa-da-Anta chegou a receber críticas por abranger uma paisagem que se encontrava abandonada nessas imediações. Porém, o empreendimento foi fundamental na manutenção de uma grande e conservada área verde observada até os dias de hoje.

O ano de 1979 também marcou um importante acontecimento que deu início à expansão do tecido urbano de Maceió: a inauguração do primeiro trecho das pontes sobre as lagoas Mundaú e Manguaba, pelas quais, junto à pavimentação do primeiro trecho da AL 101-Sul e vias de acesso, era possível chegar em poucos minutos à Praia do Francês e Marechal Deodoro,

e com um pouco mais de tempo, ao município de Barra de São Miguel (VERAS FILHO, 1991:116).

Já na década de 1980, Barros (2005:07) salienta que o crescimento significativo do fluxo turístico do Estado pôde ser evidenciado pelas várias edições do Festival de Verão de Marechal Deodoro, Festival de Cinema de Penedo (em sua quinta edição) e Festival do Mar (1983)<sup>35</sup>.

Segundo Veras Filho (1991:125), os anos de 1981 e 1982 foram caracterizados por numerosos recursos propagandísticos disparados pelo Hotel Jatiúca em diversas revistas do País e jornais de circulação nos Estados do sul e sudoeste do Brasil:

As propagandas foram intensas, muito bem elaboradas [...] com títulos atrativos como “Maceió: Sol nas Quatro Estações (Exame-Vip)”, “Taiti Nordeste” (Isto é), “Maceió, das Alagoas” (Jornal “Zero Hora” de Porto-Alegre), “Ai, ai, que saudade, ai que dó, viver longe de Maceió” (Jornal “Folha da Tarde”, Porto-Alegre), entre outras.

Além dessas, havia as propagandas realizadas através do “boca-a-boca” pelos turistas que visitavam o Estado e os investimentos em infraestrutura para estimular o turismo entre as décadas de 1980-1990 fizeram com que Alagoas passasse a ser um dos primeiros destinos turísticos do NE brasileiro (MARTINS, 2009).

Além do Hotel Jatiúca, outro marco para o turismo enquanto alternativa econômica para o Estado se deu no governo Fernando Collor de Mello, em 1982, com a restauração da Praia da Avenida, dotada de ciclovias e amplos estacionamentos. Logo em seguida, as obras de urbanização das praias de Ponta Verde e Jatiúca (desde o Alagoas Iate Clube até à Lagoa-da-Anta) também foram inauguradas. Veras Filho (1991:127) lembra que esta urbanização se deu à custa da derrubada de muitos coqueiros em plena era de preservação ecológica e defesa do meio ambiente.

Maceió vivenciava uma intensa ocupação por turistas de vários Estados brasileiros, especialmente em direção às suas praias. Hotéis, pousadas e todos os meios de hospedagem encontravam-se constantemente lotados, e os estabelecimentos comerciais de suporte à atividade turística faturavam intensamente.

No ano de 1983, Veras Filho (1991:130) salienta que a partir da expansão do turismo, Maceió ganha destaque em nível internacional e passa a ser incluído na rota de cruzeiros marítimos internacionais. Com a mudança de governo ocorrida neste ano, coube Dr. Caio Porto

---

<sup>35</sup> Segundo veras Filho (1991: 130), o I Festival do Mar foi uma iniciativa da EMATUR juntamente ao Governo do Estado e iniciativas privadas para o aumento do fluxo turístico no mês de dezembro. O Festival repetiu-se nos dois anos posteriores e contribuiu para o incremento do turismo no Estado.

Filho a presidência da EMATUR. Sua administração teve um grande impacto na melhoria de recursos humanos e financeiros a fim de tirar proveito do desenvolvimento turístico do Estado.

Dentre as iniciativas da EMATUR em parceria com o Governo do Estado e iniciativas privadas para o incremento do turismo em Alagoas, merece destaque o I Festival do Mar, que teve como palco a praia de Pajuçara (VERAS FILHO, 1991:135). O festival, com duração de 11 (onze) dias, contou com uma programação cultural com ênfase na difusão da música, folclore, teatro, artesanato, artes plásticas, dentre outros.

Acontecimentos socioculturais como as várias edições de eventos como o Festival de Verão de Marechal Deodoro e o Festival de Cinema de Penedo, além de investimentos estatais no sistema rodoviário em Alagoas, foram essenciais para uma perspectiva de crescimento de Maceió em direção ao litoral Sul do Estado.

Com o crescimento elevado do turismo, em 1984 o município de Barra de São Miguel recebe o primeiro Terminal Turístico de Alagoas, com 3.550 m<sup>2</sup>, localizado à margens do Rio Niquim. O equipamento foi construído pela EMATUR na gestão de Caio Porto Filho. Atualmente, no local onde era o Terminal Turístico, funciona a Villa Niquim, com lojas, restaurantes e a realização de grandes eventos na alta temporada (ALAGOAS, 2015a).

O ano de 1985 vivenciou o menor incremento do turismo da história da EMATUR. Atribuiu-se como uma das causas deste problema a ausência de um Centro de Convenções para receber empresários e profissionais liberais quando da realização de congressos, convenções e exposições. A intenção era realizar um bom *marketing turístico* para que estes indivíduos fossem estimulados à voltar novamente, inclusive na companhia de seus familiares e amigos (VERAS FILHO, 1991:141).

O Centro de convenções foi inaugurado em 1987 na gestão de Rubens Villar como presidente da EMATUR. Este ano, chamado de “Ano Internacional do Turismo”, caracterizou-se pela discussão de um Plano Diretor para Maceió cujo projeto teria que levar em consideração a preservação do meio ambiente, as linhas arquitetônicas e a geografia física do Estado.

Este ano marcou a realização do projeto de urbanização da orla da Praia do Francês, com a instalação de 26 barracas iguais às da orla marítima de Maceió. A inauguração se deu em 1988 e passou por muitas controvérsias com o setor imobiliário em relação à legalidade da obra visto que o projeto final não fora feito de acordo com o original. A quantidade excessiva de barracas para fins comerciais e se serviços foi construída no trecho de praia que se configurava como área verde<sup>36</sup> (VERAS FILHO, 1991:147).

---

<sup>36</sup> De acordo com escritura lavrada no Cartório do Único Ofício de Marechal Deodoro, fica vedada a construção ou utilização das áreas verdes para fins comerciais, de serviços ou quaisquer outros, como bares e similares.

O ano de 1989 foi difícil para o turismo alagoano, tendo em vista que a retaliação do Governo Federal para com Alagoas agravou-se ainda mais em virtude da candidatura de Fernando Collor à presidência da República. Entre as décadas de 1990 - 2000, Martins (op.cit., pg. 85) afirma que de acordo com dados da Comissão de Turismo Integrada do Nordeste (CTI-NE), o Estado passou a ocupar uma das últimas classificações na preferência dos turistas que visitavam o NE brasileiro, evidenciando a oscilação em torno do desenvolvimento do turismo em Alagoas.

Veras Filho (1991:157) salienta que em 1990 Maceió já estava perdendo visitantes para outras localidades, notadamente Natal e Fortaleza, em virtude dos altos valores dos pacotes turísticos e valores de diárias se comparados a estes. Em contrapartida, o Hotel Jatiúca ganhou um forte aliado na divulgação das belezas naturais de Alagoas tanto para outras cidades quanto para o exterior com o lançamento do “Meliá Maceió Double Reserve Flat”.

Com o advento do PRODETUR/NE na década de 1990, foram lançados projetos com o intuito de dotar os Estados nordestinos<sup>37</sup> em infraestrutura básica para promover a atração de fluxos turísticos. Acerca destes investimentos, Dantas & Pereira (2010:77) chamam atenção para os desdobramentos dos benefícios infraestruturais alimentados pelo setor imobiliário na oferta das segundas residências para os vilegiaturistas:

Nessa perspectiva, o mercado imobiliário intensifica-se e incorpora áreas cada vez maiores, paralelamente à faixa de praia. Diante dessa intensificação, os consumidores dos espaços litorâneos perdem sua condição de aventureiros, e tornam-se mais exigentes quanto à infraestrutura existente no lugar (DANTAS & PEREIRA, op. Cit., pg. 79).

A dinâmica de crescimento urbano de Maceió associada à vilegiatura marítima e ao avanço da atividade turística implicou em grandes transformações em seu espaço urbano e sua expansão em direção aos municípios litorâneos. Alguns desdobramentos do projeto de reestruturação urbana de Maceió no final da década de 1970 foram fundamentais para configuração atual de sua orla lagunar, tais como a implantação da SALGEMA e o projeto de construção da rodovia AL 101 Sul. Estas medidas tiveram um grande papel na expansão urbana de Maceió em direção ao litoral sul e urbanização de seus municípios, como é o caso da Barra de São Miguel.

---

<sup>37</sup> Segundo Dantas (2010:36) dos 900 milhões de reais disponibilizados pela 01 fase do PRODETUR, Alagoas recebeu 71 milhões em recursos.

O crescimento da demanda do setor imobiliário em direção ao litoral sul frente a valorização<sup>38</sup> de suas zonas de praia foi acompanhado de investimentos para a melhoria da infraestrutura e dos equipamentos existentes no intuito de ampliar o alcance dos vilegiaturistas e da atividade turística. Segundo Dantas, Pereira & Panizza (2008), a intensificação da vilegiatura marítima associada às políticas de desenvolvimento do turismo para o Nordeste alavancaram as transformações na paisagem urbana litorânea.

Nesse sentido, em 2009, o governo Teotônio Vilela Filho garantiu cerca de R\$ 60 milhões destinados à primeira etapa da duplicação da rodovia AL 101 sul que compreendeu a ligação entre os trechos do Francês e da Barra de São Miguel. As obras, iniciadas em 2010, tiveram seus recursos obtidos através de investimentos oriundos de órgãos como o Ministério do Turismo (MTur) e o PRODETUR/NE, além de emendas de bancada e uma contrapartida do Estado (AMA, 2009).

Em sua totalidade, a obra estruturante de duplicação da estrada AL 101-Sul estendeu-se por 25,8 km entre o Pontal da Barra, em Maceió, e o trevo do Gunga, na Barra de São Miguel. Entregue no final do ano de 2012, o projeto abrangeu a construção dos viadutos do Detran, Francês e Barra de São Miguel, e também duplicou as pontes Divaldo Suruagy, Eng. Celso Araújo (Massagueira), Niquim e Maceiozinho (ALAGOAS, 2015c).

**Ilustração 8 - Viaduto Beroaldo Maia Gomes (Detran) e Ponte Divaldo Suruagy**



Fonte: SEINFRA (2012)

---

<sup>38</sup> A valorização dos espaços litorâneos deve ser entendida enquanto produção social que envolve aspectos simbólicos, culturais, tecnológicos e ambientais (PEREIRA, 2012: 16).

**Ilustração 9 - Ponte da Massagueira**



Fonte: CAVALCANTI (2012)

**Ilustração 10 - Viaduto do Francês**



Fonte: CAVALCANTI (2012)

**Ilustração 11 - Viaduto da Barra de São Miguel**



Fonte: CAVALCANTI (2012)

O viaduto Beroaldo Maia Gomes (Detran) possui mão única no sentido Barra de São Miguel – Maceió; tanto o viaduto do Francês quanto o viaduto da Barra de São Miguel possuem mão dupla. As melhorias de acesso promovidas pela obra de duplicação da AL 101 Sul proporcionaram uma maior articulação da capital Maceió em direção ao litoral sul do Estado. Na Ilustração 11, localizam-se as pontes e viadutos ao longo do trajeto a partir da capital Maceió.

**Ilustração 12** - Esboço de localização das pontes e viadutos do projeto de duplicação da AL 101 Sul



Fonte: Adaptado pelo autor (a) de Googlemaps (2016).

A melhoria na estrutura de acesso proposta pela obra de duplicação da AL 101 sul foi fundamental para a redução no tempo de deslocamento da capital Maceió em direção à este litoral, além de desafogar o trânsito dos motoristas que partem nesta direção. Representou também um impulso imobiliário com relação às atividades ligadas ao turismo e ao veraneio como a implantação de empreendimentos destinados à segunda residência (residências unifamiliares, condomínios fechados e loteamentos).

## 2.2 A expansão litorânea de Maceió e a valorização do espaço litorâneo em Barra de São Miguel

Na visão de Pereira (2010: 01), a ascensão do turismo à tema científico fez com que alguns processos fossem denominados por derivação para fazer menção à fenômenos

existentes. Este foi o caso da utilização dos termos “turismo de segunda residência<sup>39</sup>” e “turismo residencial” para caracterizar o fenômeno da vilegiatura.

Assumindo a importância do turismo em gosto disseminado pela sociedade (PEREIRA, 2010:04) e vetor de ocupação das zonas costeiras nordestinas, cabe destacar outro processo de íntima relação com o início da urbanização dos municípios litorâneos em Alagoas através das residências de veraneio<sup>40</sup>, chamado de “vilegiatura marítima”.

A transformação do mar em fenômeno da sociedade frente à propagação das práticas marítimas modernas<sup>41</sup> na segunda metade do século XX fez com que a valorização do litoral conquistasse um intenso significado (DANTAS, 2004). Acredita-se que esta valorização tenha atingido e redefinido espaços urbanos menores, a exemplo dos pequenos municípios litorâneos em Alagoas.

Existe uma forte produção acadêmica<sup>42</sup> sobre a disseminação das práticas de lazer e a ocupação do litoral nordestino através das segundas residências a partir de suas metrópoles<sup>43</sup>. Inserindo-se nessa lógica, o estudo de Pereira (2012:78) retrata um elemento fundamental a fim de compreender e justificar a disseminação das práticas de lazer no litoral metropolitano nordestino e o papel da vilegiatura marítima neste processo.

Segundo o autor (op. cit., pg.79), após a segunda metade do século XX, a difusão da maritimidade moderna e a vilegiatura marítima fizeram com que a ocupação dos espaços litorâneos “transbordasse” os limites da cidade e produzisse espaços periurbanos<sup>44</sup> de lazer marítimo no Nordeste. A constituição do lazer no litoral metropolitano nordestino efetiva-se na década de 1990 com os investimentos do PRODETUR/NE, onde a vilegiatura passa a ser redefinida através da incorporação de um modelo “alóctone”<sup>45</sup> nas metrópoles.

---

<sup>39</sup> Segundo Pereira (2012:75), os conteúdos e práticas sociais através dos quais a noção de residência esta forjada contrariam a essência do que se denomina turismo na atualidade.

<sup>40</sup> “[...] a construção do que atualmente se denomina segunda residência tem sua origem nas práticas que derivam dos modelos clássicos de vilegiatura [...]” (PEREIRA, 2012:76).

<sup>41</sup> O termo “moderno (a)” está relacionado a um modelo civilizador pautado em uma lógica social, cujos valores estão referenciados em um padrão de racionalidade (banhos de mar, veraneio, e atividades de lazer nos ambientes litorâneos) consolidada na modernidade (PEREIRA, 2012:79).

<sup>42</sup> A principal referência nos estudos sobre a maritimidade moderna é Eustógio Correia Dantas, geógrafo e professor cujos trabalhos buscam compreender a origem e desenvolvimento de tais processos nos trópicos, em especial na cidade de Fortaleza/CE.

<sup>43</sup> A seção 1.3.1 *Vilegiatura Marítima no Nordeste: da ação espontânea à massificação* utiliza como base os estudos de Dantas & Pereira (2010), fundamentais no entendimento da vilegiatura marítima enquanto vetor responsável pelos primeiros movimentos de ocupação e novos padrões de urbanização nas zonas costeiras nordestinas.

<sup>44</sup> De acordo com Pereira (2012: 82), a vilegiatura reveste-se de um potencial periurbanizador, pois propicia, a partir de uma aglomeração, a extensão contínua ou descontínua do tecido urbano [...] processo de implosão-explosão da cidade”.

<sup>45</sup> Ao contrário do autóctone (nativo, originário da terra), alóctone é um termo composto originário do grego *allos* (outros) + *khon* (terra). Faz menção à aquilo que não tem suas origens no lugar onde existe.

Acerca dos desdobramentos da vilegiatura marítima no litoral metropolitano nordestino, Dantas e Ferreira (2010) salientam:

[...] as metrópoles litorâneas nordestinas transformaram-se em pontos de recepção e de distribuição do fluxo turístico, colocando os espaços litorâneos de todos os municípios sob a dependência direta das capitais e sem a dependência direta do polo metropolitano, relativizando a importância das sedes municipais que compõe a Região institucionalizada. (op. Cit., p.10).

Em seus estudos sobre o veraneio marítimo e a expansão metropolitana no Ceará, Pereira (2006:39) salienta que a constituição do lazer no litoral, que inclui a vilegiatura marítima, foi responsável pela reprodução do espaço urbano além dos limites da metrópole através da constituição de “espacialidades metropolitanas” (até mesmo anteriores à institucionalização das regiões metropolitanas). Estas espacialidades foram agrupadas em uma tabela de acordo com as atividades socioespaciais, formas espaciais e os municípios envolvidos.

**Quadro 3** - Espacialidades na Região Metropolitana de Fortaleza

Espacialidade	Atividades socioespaciais	Formas Espaciais	Municípios envolvidos
I	Industrialização Moradia	Distrito Industrial Conjuntos habitacionais Rodovias Ferrovias	Maracanaú
II	Industrialização	Plantas industriais Rodovias	Aquiraz, Eusébio, Horizonte e Pacajus
III	Expansão do sistema rodoviário	Conjuntos habitacionais Ferrovias Rodovias Segundas residências Hotéis Complexo portuário	Caucaia e São G. do Amarante
IV	Lazer/veraneio Moradia Turismo	Segundas residências Condomínios Rodovias Hotéis Parques temáticos	Aquiraz e Eusébio

Fonte: PEREIRA (2006)

Segundo Santos (1996:73), a espacialidade é um “momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial”. Ao se referir às espacialidades metropolitanas, Pereira (2006: 42) destaca o papel primordial de Fortaleza no contexto cearense e metropolitano.

No caso cearense, Pereira (op.cit.) identificou 04 espacialidades em sua Região Metropolitana. A primeira e mais antiga espacialidade corresponde ao pólo de Maracanaú, fundado na época em que a industrialização era promovida pela SUDENE. Nela, a construção de conjuntos habitacionais estava vinculada às necessidades do distrito industrial. A segunda espacialidade, contida na região Metropolitana, relaciona-se à atividade industrial em alguns municípios com características econômicas e históricas diferenciadas.

A terceira espacialidade está localizada na faixa litorânea oeste e é considerada por Bernal (2004) como fenômeno mais relevante dentre as espacialidades ocupadas pelo fenômeno metropolitano.

“[...] Outra etapa é a da ocupação da faixa litorânea de Caucaia, na praia do Icaraí, com finalidade de segunda moradia, de veraneio e de lazer, e que foi se transformando em local de moradia principal, prenunciando a expansão mais concentrada na faixa litorânea, acompanhando o eixo direcionado até a praia do Cumbuco (BERNAL, 2004:120 *apud* PEREIRA, 2006: 46).

Esta espacialidade inclui outros elementos, como um Complexo Industrial e Portuário e a construção de uma rodovia Estruturante que serve à consolidação dos empreendimentos voltados ao turismo no litoral do Ceará.

Já a quarta espacialidade situa-se na porção leste, fora do eixo onde se intensificam os investimentos industriais, e está envolvida nos processos engendrados pela urbanização litorânea: veraneio, moradia e turismo. Este cenário se consolida pelas imagens propagadas pelo setor imobiliário que se voltam às características dos espaços litorâneos e do “morar-bem” próximo ao mar, oferecendo perspectivas atraentes para as classes médias e altas.

Percebe-se que não só a industrialização, mas também a valorização litorânea e a consolidação das relações do homem com o mar/marítimo (pelo veraneio e mais recentemente pelo turismo) são processos capazes de contribuir para a integração dos municípios<sup>46</sup> com a Metrópole, respaldada em sua urbanização e expansão (GOMES, 2013:56).

O estudo das “espacialidades metropolitanas” de Pereira (op.cit.) remete à refletir sobre a produção e consumo dos espaços litorâneos para melhor atender à demanda de uma sociedade através de mudanças em suas formas/funções e dinamização os fluxos, resultando em novos espaços de viliatura marítima.

Na lógica de consolidação e valorização dos espaços litorâneos em Alagoas, o litoral de Barra de São Miguel pode ser entendido como uma espacialidade do viliaturista envolvida no contexto metropolitano de Maceió. Convém questionar: qual ou quais espacialidade (s)

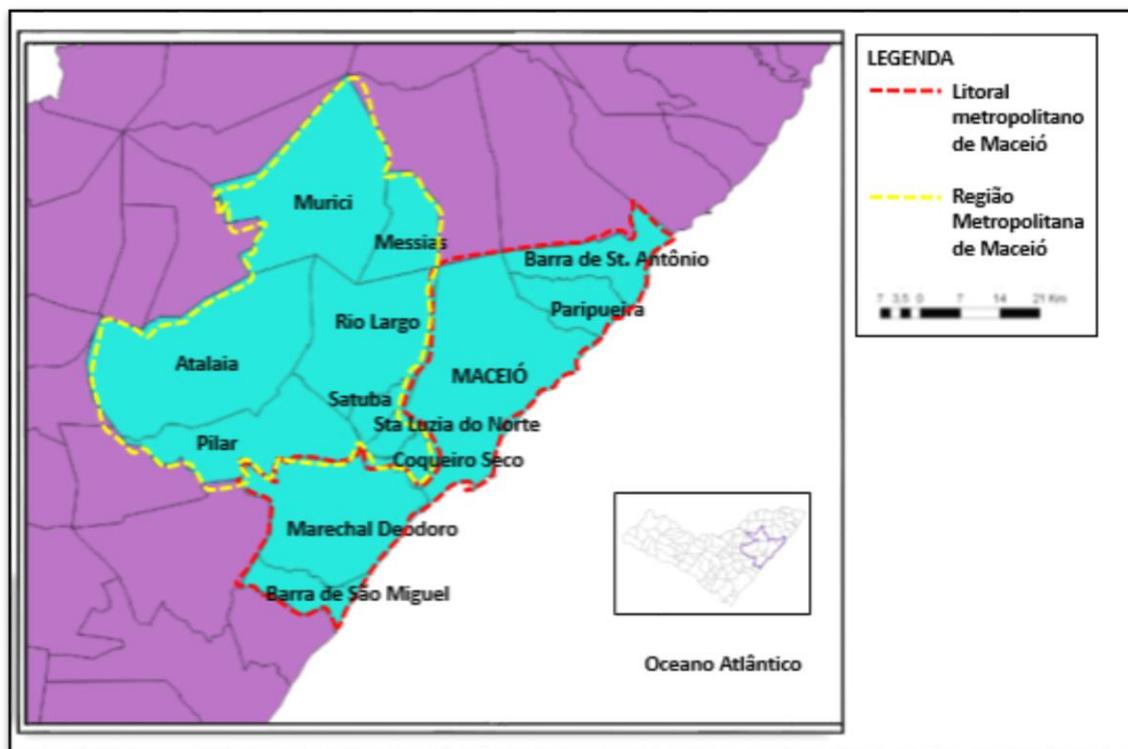
---

<sup>46</sup> Caucaia e Aquiraz, no litoral de Fortaleza, são os municípios estudados pelo autor.

metropolitana (s) formada (s) em Maceió que possibilitou a sua expansão em direção à Barra de São Miguel, mesmo antes da instituição de sua Região Metropolitana?

Em Alagoas, a Região Metropolitana foi constituída em 1998<sup>47</sup>, a partir de Maceió, e mais 12 (doze municípios): Rio Largo, Marechal Deodoro, Pilar, São Miguel dos Campos, Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, Messias, Satuba, Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e Paripueira. Em 2014, a RMM é ampliada e passa a incluir o município de Murici. No total, a RMM abrange uma área de 1.936 km<sup>2</sup> e sua população estima-se em 1.304.190 habitantes.

### Ilustração 13 - Região Metropolitana de Maceió



Fonte: Centro de Estudos da Metr pole – CEM, 2015 (adaptado).

A RM é o espaço onde Macei o exerce seu maior grau de influência e controle, polarizando municípios e constituindo “espacialidades” diversas. Os municípios que compõem a RM estão articulados   partir de relações socioespaciais pautadas no comércio / serviços, industrialização, moradia e nas práticas marítimas modernas.

Nesse sentido, a fim de compreender a (s) espacialidade (s) metropolitana (s) que envolve a Barra de São Miguel,   necessário elencar algumas atividades socioespaciais

<sup>47</sup> A Região Metropolitana de Macei o (RMM) foi criada em 1998 pela Lei Complementar Estadual n  18 (IBGE, 2015).

estabelecidas pela sociedade alagoana que permitiram a expansão da metrópole Maceió em direção ao litoral Sul, onde se localiza o município. O Quadro 04 foi elaborado com base no conceito de “espacialidade proposto por Santos (1996) e utilizou-se a metodologia de Pereira, descrita anteriormente.

**Quadro 4** - Espacialidade da relação Maceió -Barra de São Miguel

Espacialidade	Atividades socioespaciais	Formas Espaciais	Municípios envolvidos
I	Maritimidade moderna	Primeiras moradias no litoral (planície litorânea)	Maceió
II	Industrialização	Pólo Cloroquímico de Alagoas (PCA)  Salgema / reestruturação urbana	Marechal Deodoro  Maceió
III	Expansão do sistema rodoviário	Rodovia AL 101-Sul (1979), cuja duplicação acontece em 2012	Maceió/Barra de São Miguel
IV	Crescimento da vilegiatura marítima nos municípios litorâneos	Segundas residências	Maceió/Marechal Deodoro/Barra de São Miguel

Fonte: Adaptado de Pereira (2006)

Segundo Duarte & Cavalcanti (2012: 03), o crescimento urbano de Maceió decorreu de uma maritimidade tradicional relacionada à função portuária da cidade. Desde o século XIX, a relação da sociedade alagoana com o mar estava ligada ao uso das praias relacionado às trocas comerciais (portos, escoamento dos produtos de importação e exportação), à defesa territorial e à moradia (colônias de pescadores e sujeitos destituídos de posses). Segundo Jacob *et al* (2006:92), a atividade portuária foi o principal fator de progresso econômico do povoado que em 1815 foi elevado à categoria de vila e, em 1939, à de cidade e capital da Província de Alagoas.

A constituição de uma nova maritimidade em Maceió pode ser elucidada de acordo Dantas (2004: 65), que parte da premissa da incorporação de um modelo de sociedade (hábitos, valores e costumes) ocidental por parte dos habitantes dos trópicos. Inicialmente por intermédio dos portos, a mudança de mentalidade do homem em relação ao litoral, os banhos de mar para

fins de lazer, caminhadas e o ato de morar ou veranejar passaram a compor o cotidiano destes indivíduos.

A expansão urbana de Maceió em direção à orla marítima foi dada inicialmente através da ocupação de sua planície litorânea em suas partes mais elevadas (cordões arenosos e terraços) e junto à enseada de Maceió, cujos terrenos alagados foram drenados, aterrados e incorporados à cidade a partir do século XIX (CAVALCANTI; LINS, 2003).

Os bairros ocupados inicialmente foram o Centro, Jaraguá e Levada, e em seguida Bebedouro, Trapiche, Bom Parto, Poço e Mangabeiras (LOPES & JUNQUEIRA, 2005:13). Segundo Jacob *et al* (2006:93), a construção de prédios, repartições públicas, praças e igrejas constitui o que hoje é conhecido como o conjunto arquitetônico de Jaraguá (JACOB *et al*, 2006: 93).

As características naturais e geográficas do sítio natural de Maceió também tiveram influência na urbanização e estratificação social entre os bairros, como constatado por Lopes & Junqueira (2005):

[...] os bairros de classe média e alta, que se formaram inicialmente junto à área central, deram continuidade à malha urbana existente e produziram novas centralidades à beira-mar e junto às principais vias de acesso à cidade. Nas áreas de topografia acidentada, próximas ao centro, recortadas por encostas e grotões, de preservação ambiental e drenagem natural, passaram a abrigar as populações de baixa renda (LOPES & JUNQUEIRA, op.cit. pg.20).

É importante salientar que entre as décadas de 1960 e 1970, no bojo do rápido crescimento migratório campo-cidade, o Brasil passou por um intenso período de urbanização, deixando de ser predominantemente rural e passando a ser urbano. Veras Filho (1991:46) afirma que a valorização e a urbanização da zona costeira alagoana teve uma relação direta com a implantação de indústrias e as iniciativas para o desenvolvimento do turismo a partir da década de 1960, que fez com que o Estado constituísse múltiplas relações socioeconômicas, políticas e culturais.

Diante da conjuntura política da época, Alagoas soube tirar proveito do projeto de industrialização destinado ao Nordeste e viabilizou um conjunto de obras para o Estado e a capital, promovendo-se uma reestruturação urbana da cidade de Maceió.

Esta reestruturação gerou diversos benefícios à cidade de Maceió, destacando-se: a) a implantação da SALGEMA Indústrias Químicas S/A em 1976, no bairro do Trapiche; b) a construção de calçadas e melhorias nas ruas do Centro; c) urbanização da praia de Pajuçara com estímulo ao turismo; d) abertura de novas vias na cidade, como a AL 101 Sul (1979) e a

Av. Leste-Oeste (1981); e) construção de equipamentos importantes como o Mercado da Produção, a Central de Abastecimento de Água (CEASA), um novo terminal rodoviário, dentre outros (DUARTE, 2010:44).

As obras de infraestrutura destinadas à orla marítima de Maceió foram fundamentais na preparação da cidade para a exploração econômica e sua valorização para investimentos de capital imobiliário e comercial (LOPES & JUNQUEIRA, 2005:23). Dessa forma, as praias de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, que a princípio detinham casas em caráter provisório, sofreram uma rápida valorização e foram sendo permanentemente ocupadas pelas classes de renda média<sup>48</sup> alta da cidade.

**Ilustração 14** - Praia de Jatiúca na década de 1980



Fonte: MAJELLA (2013)

Segundo Vassalo (2013), a área do bairro da Ponta Verde permaneceu em forma de sítio até a década de 1960, quando começou a ser ocupada por conta da iniciativa do Sr. Álvaro Vasconcelos em lotear a região<sup>49</sup>. Com o passar dos anos, os espaços de vilegiatura foram perdendo seu caráter temporário e passaram a constituir moradias permanentes, cuja opção tornou-se procurar espaços fora da cidade (ocupados por populações tradicionais) para a prática da vilegiatura, como os municípios litorâneos.

Para Duarte (2010: 45), a implantação da SALGEMA Indústrias Químicas S/A foi fundamental na configuração atual da orla lagunar:

<sup>48</sup> A formação da classe média se deu devido à implantação de organismos estaduais nas capitais nordestinas, tais como Universidades Públicas, BNB, e a SUDENE (DANTAS & PEREIRA, 2010:73).

<sup>49</sup> A venda destes loteamentos influenciou a efetiva ocupação deste bairro no período posterior às décadas de 1970 a 1990.

Maceió foi integrada neste projeto pela implantação do Pólo Cloroquímico de Alagoas (PCA) em Marechal Deodoro, com a construção da Salgema, produtora de soda cáustica e cloro na região sul da cidade, com o objetivo de produzir cloro para o Pólo de Camaçari, na Bahia. (IBIDEM).

O crescimento de Maceió em direção ao litoral Sul apresentou-se enquanto reflexo deste desenvolvimento e teve na SALGEMA o seu marco simbólico, cujo principal desdobramento foi a construção do Projeto Dique-Estrada (1976-1982). O Projeto<sup>50</sup> teve como principais objetivos: a) criação de uma via de escoamento da produção da SALGEMA; b) solução contra as enchentes que assolavam a região lagunar; c) expansão da área urbana da cidade através da incorporação de ilhas no continente pelo aterro em parte da lagoa (DUARTE & CAVALCANTI, 2012:07).

A abertura da rodovia AL 101-Sul, Av. Leste-Oeste e a criação do projeto Dique Estrada estiveram entre as medidas de reestruturação física para a cidade de Maceió e propiciaram a expansão de sua malha urbana a partir da década de 1970 (DUARTE & CAVALCANTI, 2012:06).

As atividades sócio espaciais e econômicas delineadas em Maceió, aliadas à propagação da maritimidade moderna e as novas relações do homem com os ambientes litorâneos (respaldadas na urbanização e expansão da cidade), foram fundamentais à valorização das zonas de praia da Barra de São Miguel enquanto “espalhamento do tecido urbano de Maceió” com a sua forma imobiliária associada às residências secundárias.

Embora a ocupação do litoral da RMM por segundas residências estenda-se tanto para o Norte quanto para Sul, o município de Barra de São Miguel, no litoral Sul do Estado, merece destaque enquanto o principal reduto de veraneio dos alagoanos.

---

<sup>50</sup> Intervenção conjunta entre as esferas federal, estadual e municipal na Lagoa Mundaú.

### 3 VILEGIATURA MARÍTIMA EM BARRA DE SÃO MIGUEL E SUAS CARACTERÍSTICAS

#### 3.1. Barra de São Miguel e o seu litoral

O município da Barra de São Miguel localiza-se na mesorregião do leste alagoano e microrregião de Maceió, e ocupa uma área de 76.616 km<sup>2</sup>, cuja população estima-se em 8.191 habitantes no ano de 2014 (IBGE, 2010). Situada a uma distância de aproximadamente 33 km de Maceió, a sede urbana de Barra de São Miguel tem como principais acessos as rodovias AL - 101 Sul - que margeia o litoral, e a AL 220.

**Ilustração 15** - Principais vias de acessos ao município de Barra de São Miguel (AL-101 Sul e AL 220)



Fonte: Adaptado pelo autor(a) de GoogleMaps (2015).

Barra de São Miguel possui uma exuberante beleza natural, cuja cobertura vegetal é composta principalmente por coqueiros, além de uma vegetação e formações típicas de áreas de praias, como dunas e restingas (MARTINS, 2000). Os maiores atrativos são suas praias de areias brancas e ecossistemas variados, com destaque para a Praia das Conchas, Niquim e do Meio, onde o mar é cortado por um paredão de recifes junto à linha de costa (ALAGOAS, 2015a).

**Ilustração 16** - Trecho de costa da praia das Conchas, em Barra de São Miguel



Fonte: [www.maispousadas.com.br](http://www.maispousadas.com.br)

O município também está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Niquim e São Miguel, que abrigam uma grande variedade de ecossistemas com destaque para os manguezais. Eles ocupam áreas bastante significativas no município em questão, especialmente ao longo dos canais.

**Ilustração 17** - Manguezal no Rio Niquim



Fonte: PESSOA (2012)

O Rio Niquim limita-se ao norte com o município de Marechal Deodoro e tem como principal afluente o Riacho Maceiozinho, cuja vegetação nativa chama-se ribeirinha (típica dos rios de pequeno porte e riachos). A partir da foz do Rio Niquim, partem lanchas que fazem passeios para a praia do Gunga, lagoa do Roteiro (município vizinho) ou às piscinas naturais na maré baixa. Já o Rio São Miguel constitui o limite ao sul com o município de Roteiro (WIKIPEDIA, 2015a).

**Ilustração 18** - Vista aérea dos principais rios que limitam o município

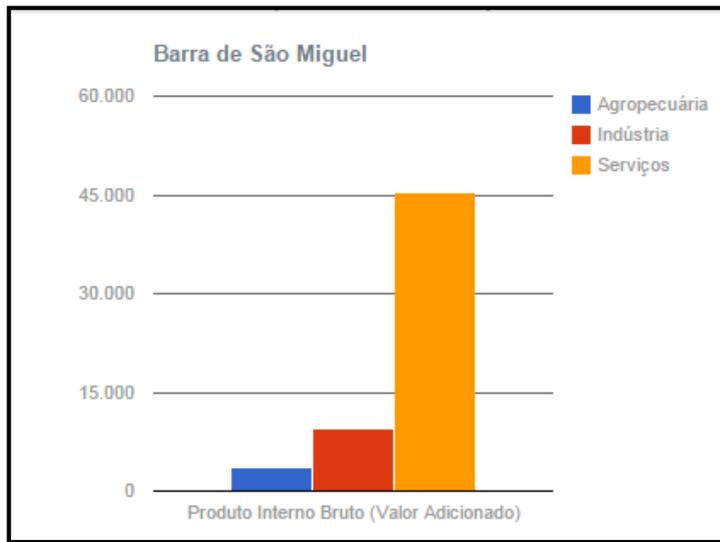


Fonte: Adaptado de Google earth (2015)

Em termos econômicos, o município possui sua base agrícola fundada basicamente na cana-de-açúcar, além de ser conhecido pela fartura no pescado da tainha, massunim e ostras (BRASIL, 2015c). Apesar da cultura centenária do plantio da cana-de-açúcar, a produção mostra-se insuficiente para a sua industrialização, não havendo uma Usina geradora de mais riquezas para o município (BARRA, 2015b).

A principal atividade econômica da Barra de São Miguel está ligada à exploração de seu potencial turístico, onde são aplicados de forma acentuada os investimentos e recursos recebidos. O principal tipo de turismo do município está no segmento de “sol e praia”, constituído por “atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2011a).

O setor de serviços, além de encontrar-se em constante expansão, responde atualmente por 77% do PIB municipal – Ilustração 19 (IBGE, 2010).

**Ilustração 19** - Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) da Barra de São Miguel

Fonte: IBGE (2015)

Convém destacar que a vasta oferta de recursos turísticos<sup>51</sup> e as belezas naturais da orla de Barra de São Miguel criaram o cenário ideal para uma urbanização baseada nas atividades de lazer, atraindo os primeiros vilegiaturistas interessados em praticar o ócio no litoral mais afastado da capital.

### 3.2 A Barra de São Miguel até a primeira metade do século XX

Historicamente, o território onde originalmente se localiza a Barra de São Miguel possui vínculos bastante significativos com o seu litoral. Aldeamento dos índios Caetés até a metade do século XVI (conhecidos pela prática da antropofagia), o nome Barra de São Miguel se deu pelo fato do município estar localizado na barra<sup>52</sup> do Rio São Miguel. Com uma localização privilegiada, entre a foz dos Rios Niquim e São Miguel, a Barra foi se transformando em um núcleo de pescadores (IBGE, 2015).

Com o desenvolvimento das atividades pesqueiras, Manoel Gonçalves Ferreira montou um estaleiro para a fabricação de embarcações. Segundo Silva (2011: 35), a população da Barra de São Miguel viveu um período econômico confortável nas primeiras décadas do século XX graças à sua indústria naval.

<sup>51</sup>Os recursos turísticos são base sobre a qual se fundamenta a atividade turística, podendo compreender os lugares naturais e paisagens; manifestações culturais; monumentos; folclores; cidades; acontecimentos programados e litorais (VERA apud DIAS, 2003).

<sup>52</sup> "A barra é uma formação geológica que pode ocorrer na desembocadura de canais, estreitos, estuários, rios e outros cursos d'água, devido ao acúmulo de areia, cascalho e/ou lama" (BARRA, 2015b).

**Ilustração 20** - Modelo de embarcação construído nos estaleiros de Barra de São Miguel



FONTE: SILVA (2011).

Porém, com a instalação de novos estaleiros na orla de Fortaleza e Santos por volta de 1930, além do início do transporte rodoviário, inicia-se uma fase de declínio em Barra de São Miguel. Este fato provocou a migração dos carpinteiros e calafates<sup>53</sup> para as novas indústrias e o quase desaparecimento da colônia de pescadores (WIKIPEDIA, 2015a).

Até a primeira metade do século XX, a Barra de São Miguel era constituída por aproximadamente 04<sup>54</sup> (quatro ruas) de piso de barro ou areia, com uma grande presença de terrenos baldios e sítios de coqueiros e mangueiras. As primeiras construções concentravam-se próximas à Igreja Matriz, na praça Miriel Cavalcanti, principal daquela época (SILVA, 2011:25).

**Ilustração 21** - Igreja Matriz



Fonte: SANTOS (2011)

<sup>53</sup> Operários especializados da construção naval (WIKIPEDIA, 2015).

<sup>54</sup> Rua de Dentro, Rua Atalaia, Rua Saquarema e Rua João Florêncio (SILVA, 2011).

Durante muitos anos, sua urbanização permaneceu restrita à presença de uma população nativa composta por um vilarejo de pescadores e alguns visitantes que se aventuravam nos caminhos de difícil acesso para chegar ao município.

Entre as quatro ruas, destacava-se como principal a Rua de Dentro, hoje denominada Rua João Florêncio. Nela encontravam-se a Igreja Matriz, a farmácia, a padaria, a mais arrojada casa comercial, a agência dos Correios e as duas únicas escolas públicas. (SANTOS, op.cit., p. 25).

**Ilustração 22** - Início da Rua de Dentro (1920)



Fonte: SANTOS (2011)

A ponte de madeira (Ilustração 22), juntamente à Rua Atalaia, faziam a ligação com os estaleiros navais presentes na região. Segundo Silva (2011:31), a primeira iluminação pública foi inaugurada na década de 1950 através do uso do lampião à gás. Em 1952, o município de São Miguel dos Campos, comarca a qual pertencia à Barra de São Miguel, inaugurou o serviço de fornecimento de energia elétrica após a instalação de uma casa de força.

A autonomia administrativa ocorreu por forças de interesses políticos com a criação do município Barra de São Miguel em 1963<sup>55</sup>, desmembrada de São Miguel dos Campos (BARRA DE SÃO MIGUEL, 2015a). Nesta década, Santos (op. Cit., pg.28) afirma que a região estuarina do Rio São Miguel e a Rua Atalaia passaram a ser “assediada por forasteiros, que pretendiam ali se instalar com residências mirabolantes e marinas destinadas a pequenas embarcações de recreio”.

A rua Atalaia (Ilustração 21) foi modificada e reconstruída de acordo com as demandas oriundas dos veranistas: construção de casarões “modernos”, água encanada, energia elétrica, rede de esgoto e calçamento (SILVA, 2011:28).

<sup>55</sup> Em 1891, foi criado o distrito denominado Barra de São Miguel, subordinado ao município de São Miguel dos Campos<sup>55</sup>.

**Ilustração 23** - Rua Atalaia urbanizada



Fonte: SANTOS (2011)

### **3.3 Urbanização litorânea em Barra de São Miguel pelas atividades da vilegiatura marítima a partir da segunda metade do século XX**

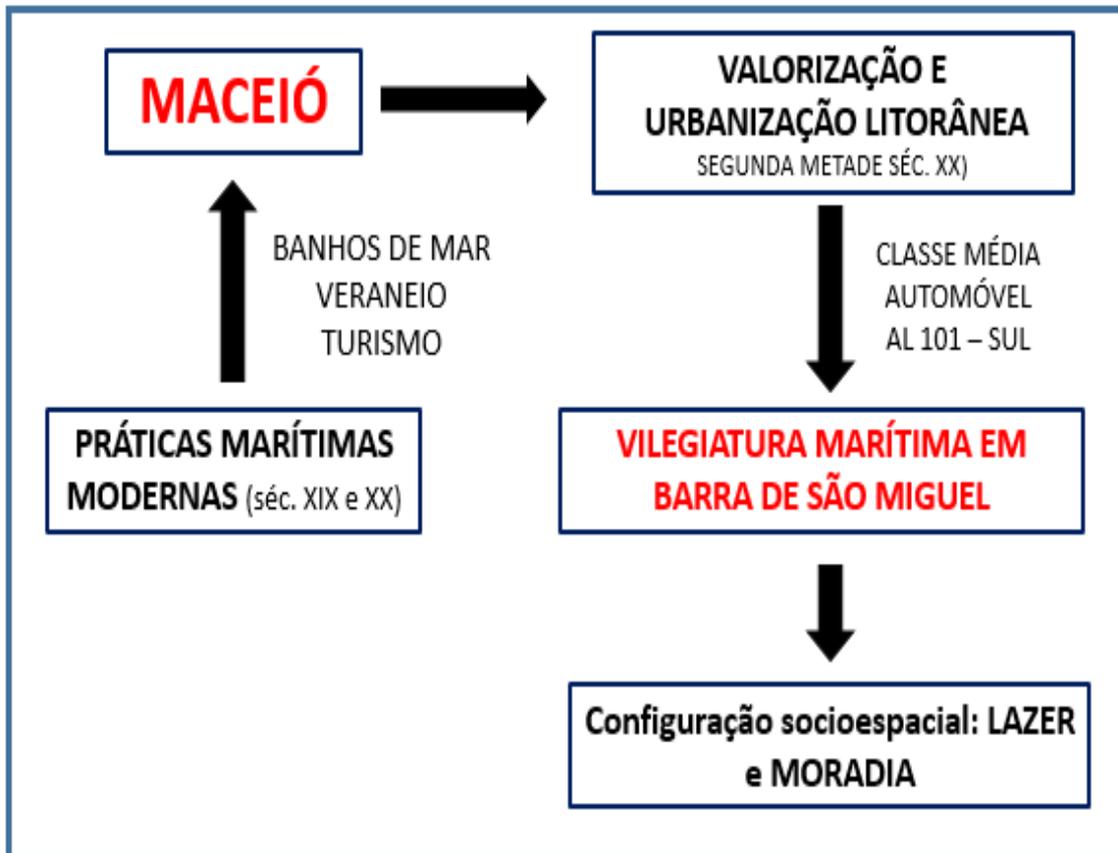
Os estudos realizados por Dantas (2004), Assis (2003) e Moraes (2007) se mostram essenciais no entendimento de como a prática da vilegiatura marítima é a que melhor representa o início da expansão do tecido urbano metropolitano no Nordeste. Nesse sentido, as características geográficas, naturais e culturais de Maceió e suas transformações ao longo dos anos contribuíram para o delineamento de uma lógica de ocupação por parte das populações cidadinas baseada no aproveitamento do tempo livre e nas atividades de lazer nos municípios litorâneos próximos, cuja estada se daria nas segundas residências.

Em Barra de São Miguel, o movimento inicial da vilegiatura marítima possuiu um caráter elitista e cidadão proveniente das classes médias e altas da sociedade, demandadoras de segundas residências em seus espaços litorâneos para a realização de atividades de lazer.

[...] prática marítima delineada na capital e resultante de demanda da elite local sequiosa por espaços litorâneos, percebe-se no tempo, como resultado de transformações no domínio socioeconômico (ampliação da classe média no país) e tecnológico (implantação de infraestrutura urbana além da cidade, notadamente viária, energética e de telecomunicação), tendência de incorporação crescente e gradual da totalidade das zonas de praia dos municípios litorâneos que compõem a zona costeira brasileira (DANTAS *et al.*, 2008).

Dessa forma, o trabalho se fundamenta na hipótese de que a vilegiatura marítima em Barra de São Miguel está relacionada à expansão do tecido urbano da capital Maceió. A figura 17 mostra-se enquanto tentativa esquemática de expor a hipótese de trabalho e a dinâmica do processo.

**Ilustração 24** - Relação entre Maceió e Barra de São Miguel pela maritimidade moderna



Fonte: Elaborado pelo autor (a) com base nos estudos de Pereira (2006).

O aparecimento das práticas marítimas modernas e as influências ocidentais foram absorvidas pela capital desde o final do século XIX e fizeram com que a sociedade alagoana propagasse o fenômeno marítimo através dos banhos de mar, veraneio e turismo litorâneo no transcorrer do século XX.

De acordo com Pereira (2006:29), o fenômeno marítimo está interrelacionado à urbanização<sup>56</sup> nas zonas de praia, inicialmente visto como indicativo de um modo elegante de vida. A aproximação da sociedade com o mar/marítimo em Maceió iniciou o processo de valorização e urbanização de suas zonas de praia para a realização de diversas atividades, com destaque para o lazer.

Com isso, seu litoral passa a ser eleito enquanto locus privilegiado de ocupação, mais efetivamente na segunda metade do século XX com investimentos do governo em consolidar

<sup>56</sup> “Assim, urbanização e valorização dos espaços litorâneos são fenômenos que mantêm relação de complementariedade” (PEREIRA, 2006:28).

condições adequadas de estrutura urbana para o incremento das práticas marítimas modernas e recebimento de visitantes.

O estudo de Pereira (2012:184) destaca alguns elementos enquanto indutores da localização dos domicílios de uso ocasional nos municípios litorâneos: a) proximidade da cidade primaz à metrópole; b) melhoramento de vias de acesso e infraestrutura urbanas; c) instalação de complexos de lazer; d) características das normatizações urbanísticas municipais; e) variação dos preços das terras e imóveis; e f) elevação de demandas de usuários estrangeiros.

Nessa perspectiva, elementos como a formação de uma classe média em Maceió, o advento do automóvel, e as obras de reestruturação urbana da orla marítima e lagunar desde a década de 1960 são fundamentais na compreensão da relação entre a prática da vilegiatura marítima praticada em Maceió em direção ao litoral de Barra de São Miguel.

Aliado a esses elementos de valorização litorânea gestados na capital, a escolha da Barra de São Miguel justifica-se por ser um litoral que apresenta uma urbanização baseada nas atividades da vilegiatura marítima em decorrência da expansão do tecido urbano de Maceió. Sua configuração sócio espacial está baseada no lazer e moradia, com uma concentração de residências secundárias incorporadas à morfologia urbana cujos proprietários são predominantemente da classe média e alta da capital Maceió.

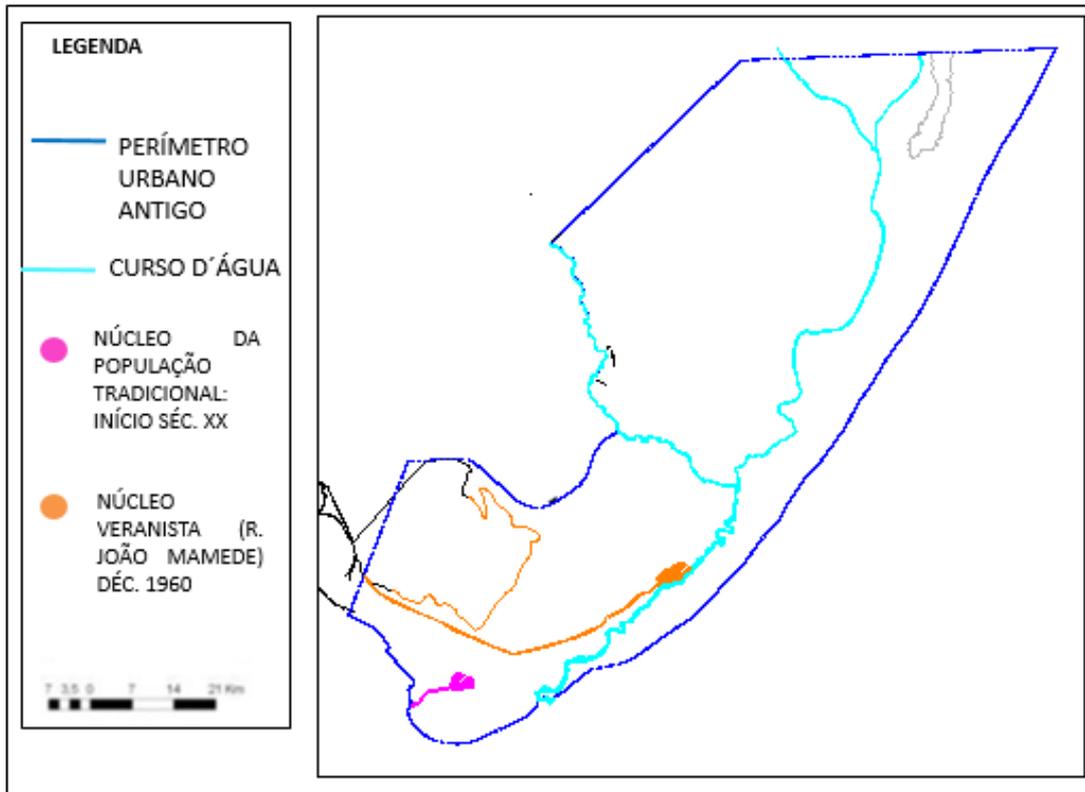
Segundo entrevista concedida por veranista da Barra de São Miguel<sup>57</sup>, o núcleo inicial de veranistas da Barra de São Miguel estava localizado às margens do Rio Niquim na atual Rua João Mamede, cujas residências ficavam voltadas para o rio e eram ocupadas, em sua maioria, por famílias tradicionais da classe média alagoana e do município vizinho de Marechal Deodoro. Nessa época, os banhos de rio eram a principal atividade realizada para o lazer. Para se chegar à praia, era preciso atravessar o riacho ou a ponte para a prática dos banhos de mar.

Com base na entrevista supracitada e no registro de Santos (2011), elaborou-se uma tentativa de esboço do quadro inicial de ocupação do município, evidenciando dois núcleos: a) um ligado à presença de uma maritimidade tradicional, localizado próximo à Igreja Matriz, composto por uma população do vilarejo e pescadores cujo trabalho ligava-se à pesca e aos estaleiros; b) outro ligado ao aparecimento dos primeiros veranistas na Barra de São Miguel, às margens do Rio Niquim (Rua João Mamede).

---

<sup>57</sup> Entrevista concedida por NORMANDE, Thaís Bentes. **Entrevista 1**. [ago. 2015]. Entrevistador: Carla Guimarães Machado. Maceió, 2015.

**Ilustração 25** - Mancha das primeiras áreas de ocupação da Barra de São Miguel até a década de 1960



Fonte: Plano Diretor Participativo da Barra de São Miguel (adaptado).

Em entrevista<sup>58</sup> realizada com o técnico municipal do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) no governo Divaldo Suruagy (1975-1979), a Barra de São Miguel teve seus espaços litorâneos ocupados para o lazer entre as décadas de 1960 e 1970 por meio da prática do veraneio.

Técnicos municipais<sup>59</sup> da Prefeitura da Barra de São Miguel afirmam que não existem mapas ou registros cartográficos das primeiras ocupações urbanas em Barra de São Miguel durante as décadas de 1960 à 1970 devido à inexistência ou inexatidão dos dados<sup>60</sup>. Segundo os entrevistados, os primeiros loteamentos à beira – mar datam da década de 1970: a) Loteamento Barramar; b) Loteamento Recanto dos Caetés; c) Loteamento Ayres; d) Loteamento Riviera; e) Loteamento Moema Bastos; f) Loteamento Solemar, e g) Loteamento Praia Bonita e h) Loteamento Praia das Conchas.

<sup>58</sup> Entrevista concedida por NOBRE, Vinicius Maia. **Entrevista 2**. [jul. 2015]. Entrevistador: Carla Guimarães Machado. Maceió, 2015.

<sup>59</sup> As informações foram obtidas com os técnicos da Prefeitura através da Secretaria Municipal de Finanças e Arrecadação, e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU.

<sup>60</sup> “O Poder Público só começa a conceder licenças para a construção na Barra com o Código de Posturas, lei n<sup>o</sup> 87/1984 e depois com o Código de Edificações e Urbanismo, lei n<sup>o</sup> 155/1989” (Entrevista com técnico da SMDU, setembro 2015).

Segundo informações do ex diretor da Projetec<sup>61</sup>, empresa especializada em serviços de Engenharia e Consultoria<sup>62</sup> em Barra de São Miguel na década de 1970, os loteamentos tiveram seus lotes adquiridos inicialmente por membros da classe média e família tradicionais<sup>63</sup> de Alagoas que queriam desfrutar do lazer nas praias da Barra de São Miguel e dispunham de renda suficiente para adquirir lotes nestes espaços. Nesta época, técnicos municipais<sup>64</sup> afirmam que a Prefeitura da Barra de São Miguel, por meio de sua Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, era quem aprovava e implantava os loteamentos.

Tendo em vista a precária infraestrutura em termos de saneamento, abastecimento de água e pavimentação das ruas, os proprietários dos lotes passaram a exercer uma pressão no Poder Público para que os investimentos fossem realizados, e alguns deles chegavam a vender os lotes por um preço mais “popular” à outros compradores<sup>65</sup>.

A influência das camadas de alta renda e a pressão imobiliária para a urbanização ao longo das orlas nas metrópoles litorâneas é constatada por Villaça (2001):

[...] a urbanização ao longo das orlas nas metrópoles litorâneas, inclusive e especialmente a infra-estrutura de transportes, decorre de decisões que atendem à interesses intra-urbanos. Tais interesses são os da camada de alta renda e seus agentes imobiliários (VILLAÇA, op.cit., pg.107).

A partir dos dados colhidos nas entrevistas com técnicos municipais e veranistas, apresentam-se as primeiras ocupações na Barra de São Miguel, a partir da década de 1970 (Ilustração 23):

---

<sup>61</sup> Entrevista concedida por FILHO, Caio Porto. **Entrevista 3**. [set. 2015]. Entrevistador: Carla Guimarães Machado. Maceió, 2015.

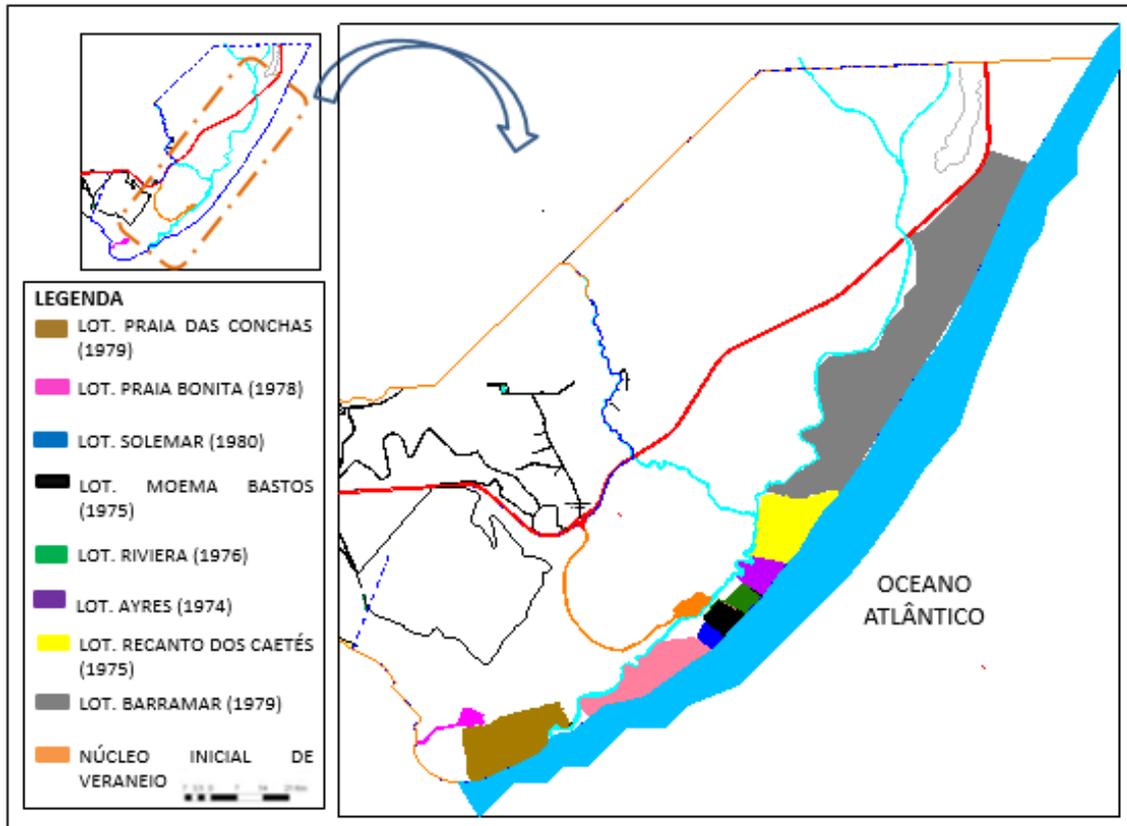
<sup>62</sup> O entrevistado afirma, além da construção do loteamento Recanto dos Caetés, a Projetec atuou também em empreendimentos no litoral Norte e na Praia do Francês através do loteamento Portal do Francês.

<sup>63</sup> “O loteamento Ayres era o mais antigo e pertencia à Manoel Cavalcante, família da antiga prefeita Maria Angélica Cavalcante, e foi se expandindo para o Barramar”. Já o loteamento subsequente, o Recanto dos Caetés, foi feito pela empresa Projetec. (Entrevista com FILHO, 2015).

<sup>64</sup> Técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Barra de São Miguel.

<sup>65</sup> “A infraestrutura urbana não acompanhava o desenvolvimento da Barra naquela época, e muitos veranistas tiveram que vender seus lotes e casas de veraneio” (Entrevista com NORMANDE, 2015).

**Ilustração 26** - Mancha das primeiras áreas de ocupação da Barra de São Miguel até a década de 1970



Fonte: Plano Diretor Participativo da Barra de São Miguel (adaptado).

Os primeiros parcelamentos foram criados na forma de grandes loteamentos, localizados nas proximidades do primeiro núcleo de veranistas da Rua João Mamede e em direção à praia. A década de 1970 marca o início da valorização efetiva dos espaços litorâneos da Barra de São Miguel, através da formação dos loteamentos destinados à construção de residências secundárias à beira-mar.

Segundo o ex-Secretário de Viação e Obras Públicas, a urbanização e a construção das segundas residências na Barra de São Miguel sofreram uma forte influência da expansão urbana de Maceió por conta do projeto de travessia do Complexo Lagunar Mundaú-Manguaba<sup>66</sup>.

Inaugurada no ano de 1979, a obra contou com a construção de pontes sobre os canais das lagoas Mundaú e Manguaba e com a pavimentação da rodovia AL 101-Sul, configurando-se enquanto um marco para o início da expansão urbana de Maceió devido à melhoria nas condições de acessibilidade e redução no tempo de deslocamento até à Barra de São Miguel.

Vale salientar que, antes da construção da AL 101 Sul, havia dois meios de se chegar ao litoral da Barra de São Miguel. Um deles era através de um percurso lacustre cujas barcas

<sup>66</sup> O projeto surge no governo Afrânio Lages (1971-1975), mas só é iniciado no governo de Divaldo Suruagy.

saiam de Maceió em direção à Marechal Deodoro, em que era preciso caminhar por uma estrada de terra para se chegar ao povoado.

A outra maneira era através do transporte rodoviário pela atual BR – 101 que liga Maceió à Marechal Deodoro, tomando-se depois um caminho de terra, a atual AL – 215, para se chegar à praia. Fazer o percurso de automóvel era bastante difícil, pois a estrada se encontrava em péssimo estado de conservação (MARTINS, 2000:101).

Com a melhoria nas condições de acessibilidade proporcionadas pelo projeto de “Travessia Lagunar Mundaú-Manguaba”, a Barra de São Miguel vivencia uma intensa e crescente expansão urbana com a ocupação dos loteamentos e condomínios destinados à segunda residência na década de 1980.

A inauguração do primeiro Terminal Turístico<sup>67</sup> de Alagoas em Barra de São Miguel pela EMATUR<sup>68</sup> no ano de 1984 (VERAS FILHO, 1991:140) contribuiu para o crescimento do fluxo veranista através de serviços turísticos tais como a realização de passeios até a praia do Gunga.

De acordo com informações de técnico municipal da SMDU, foi através da lei nº 87/1984 que institui o Código de Posturas do Município de Barra de São Miguel, que o Poder Público regulamentou um conjunto de normas municipais em todas as áreas de atuação. Nessa época, praticamente não havia outra legislação que dissesse respeito aos problemas específicos do município, em especial à proliferação de parcelamentos à beira-mar. O município só passa a ter uma legislação específica para tratar dos imóveis e do parcelamento do solo urbano com a instituição de seu primeiro Código de Edificações e Urbanismo através da lei 155/1989<sup>69</sup>.

Apesar dos esforços por parte da Projotec em manter o Terminal Turístico, este acabou sendo desativado e vendido para um forte grupo comercial de Maceió<sup>70</sup>. No local onde era o Terminal Turístico foi construída a Vila Niquim no ano de 2010, estabelecimento destinado a ser um ponto de apoio para os passeios turísticos, dotado de lojas, restaurantes e a realização de shows e eventos na alta temporada (VILA, 2016).

Além dos equipamentos e empreendimentos de suporte ao turismo e à vilegiatura marítima em Barra de São Miguel, Pessoa (2012:96) menciona que a valorização territorial e o desenvolvimento da “cidade balneária” também estão associados à sua localização geográfica

---

<sup>67</sup> “Às margens do Rio Niquim, com 3.550 m<sup>2</sup> (VERAS FILHO, 1991:141).

<sup>68</sup> Na gestão de Caio Porto Filho como presidente, ex diretor da Projotec nos anos 1970.

<sup>69</sup> Revogada pela Lei nº 539/2013, que institui o novo Código de Urbanismo e Edificações.

<sup>70</sup> “A EMATUR abandonou o Terminal Turístico e o vendeu para o grupo Stella Maris” (FILHO, 2015).

e relação socioeconômica com os municípios circunvizinhos, como São Miguel dos Campos, Marechal Deodoro e Roteiro.

É possível perceber um novo modelo de moradia voltado à segunda residência que se incorpora cada vez mais à morfologia urbana da Barra de São Miguel: os condomínios e loteamentos fechados. Essas expressões urbanas têm crescido nas regiões brasileiras por questões relacionadas à necessidade de segurança e qualidade de vida da população.

Além disso, Macedo (1993:63) enfatiza que o esgotamento de possibilidades de ocupação e a necessidade de novos empreendimentos provocaram uma ampliação significativa de loteamentos em áreas abertas e ocupadas, direcionando a ocupação em alguns trechos do litoral como as áreas de costões.

Dantas & Ferreira (2010) enfatizam a configuração espacial dos loteamentos e condomínios fechados através da formação de “enclaves”:

Esse processo configura uma estrutura urbana que denota forte tendência de crescimento da segregação residencial, resultado da aquisição de imóveis das áreas mais valorizadas por investidores locais e estrangeiros [...]. (Op. Cit., pg.12).

De acordo com Monteiro (2013:20), “os condomínios fechados são uma versão residencial destes enclaves”, além de modificarem o modo de viver das pessoas que optam por esse tipo de moradia e sua interação com outras classes sociais.

Em Barra de São Miguel, alguns exemplos representativos<sup>71</sup> acerca dessa tipologia habitacional são: a) Loteamento Arquipélago do Sol, cuja construção se dividiu em 03 (três etapas)<sup>72</sup>, finalizado em 2007; b) Loteamento Altavistta, às margens da rodovia AL 101 Sul, cujas obras iniciaram em 2005 e ainda não foram totalmente concluídas<sup>73</sup>; e c) Condomínio Iloa Vida em Família, composto por 04 (quatro) empreendimentos com mesma atuação administrativa. Suas obras tiveram início no ano de 2010 e foram finalizadas em 2014.

---

<sup>71</sup> Os critérios de escolha foram baseados na expressão espacial em termos de área. O Loteamento Arquipélago do Sol com área de 171.700,107 m<sup>2</sup>; Loteamento Altavistta, com área de 1.064.606,64 m<sup>2</sup>, com perspectiva de se tornar o maior loteamento da cidade e do Estado de Alagoas; e o Condomínio Iloa Vida em Família, com área de 90.000m<sup>2</sup> e elaborado com ênfase em aspectos internacionais.

<sup>72</sup> Segundo informações do técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Barra de São Miguel, a primeira etapa do Arquipélago I, o Grand Bahamas, foi inaugurado em 2001; o arquipélago II, o Grand Canária, foi inaugurado em 2004; e o arquipélago III (Grand Cayman), teve sua obra finalizada no ano de 2007.

<sup>73</sup> O Altavistta compõe-se de 04 etapas. Até o ano de 2016, está em andamento a segunda etapa.

**Ilustração 27** - Planta do Loteamento Arquipélago do Sol



Fonte: Engenharia (2011).

**Ilustração 28** - Planta do Loteamento Altavista



Fonte: C Engenharia (2011).

**Ilustração 29** - Planta do Condomínio Iloa Vida em Família



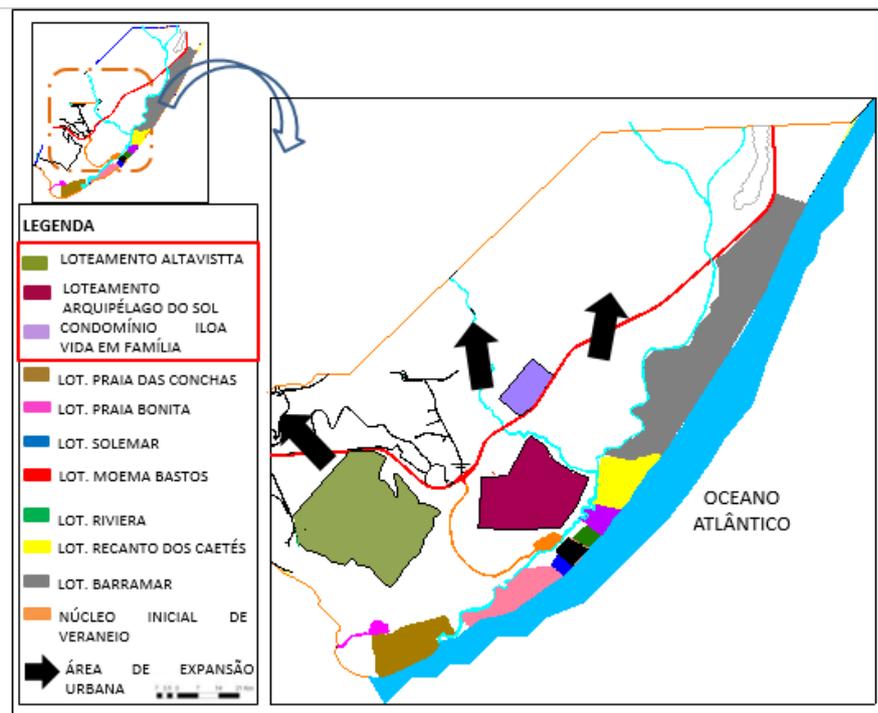
Fonte: Vivendi Empreendimentos (2011).

Nestes condomínios e loteamentos residenciais, é possível notar a ideia de separação por parte de alguns grupos de classe média e alta que ficam “enclausurados” e isolados da população nativa da Barra de São Miguel. A fim de suprir as deficiências encontradas em relação aos serviços de infraestrutura urbana deficientes, tais como ausência de saneamento, além de questões relacionadas à falta de coleta de lixo e segurança, os moradores pagam taxas internas no condomínio para haja sua manutenção, evitando assim certos transtornos.

A incorporação desse tipo de moradia promoveu o crescimento da malha urbana da Barra de São Miguel em direção às margens da rodovia Al 101 Sul. Embora ainda existam áreas à beira-mar ainda não construídas ou que sediem outras atividades produtivas, a franja litorânea encontra-se densamente ocupada pelas residências de veraneio na faixa paralela ao mar.

Apesar da costa encontra-se praticamente toda construída, pode-se verificar também um “esvaziamento” em direção à estes modelos de moradia (loteamentos) tendo em vista as melhores condições de segurança e qualidade de vida oferecidas pelos empreendimentos.

**Ilustração 30** - Mancha de ocupação do litoral da Barra de São Miguel: Loteamento Arquipélago do Sol, Loteamento Altavistta e Condomínio Iloa Vida em Família



Fonte: Plano Diretor Participativo da Barra de São Miguel (adaptado).

Com a proliferação das segundas residências e o crescimento da dinâmica do mercado imobiliário através da compra e venda de imóveis, o Plano Diretor Participativo<sup>74</sup> da Barra de São Miguel estabeleceu um área de expansão urbana em seu macrozoneamento para a aplicação

<sup>74</sup> Lei nº 450/2008.

dos instrumentos urbanísticos e diretrizes contidas no Código de Urbanismo e Edificações municipal. O Loteamento Reserva Saint Michel, parceria entre a Cerutti Engenharia e Vivendi, pode ser descrito como exemplo de empreendimento localizado nesta área de expansão. Com área total de 1.359.000,00 m<sup>2</sup>, sua Licença de Instalação foi expedida pelo Instituto do Meio Ambiente em 2015.

De acordo com veranista<sup>75</sup> da Barra de São Miguel, os domicílios de uso ocasional são representados, em sua maioria, pelas residências de veraneio. Além da superioridade dos números de residências secundárias em relação aos domicílios permanentes, o litoral da Barra de São Miguel aumentou a produção de tipologias relacionadas ao turismo, como hotéis, pousadas<sup>76</sup> e *resorts*<sup>77</sup>.

O crescimento do número de residências secundárias e meios de hospedagem gerou uma demanda para a instalação de equipamentos e serviços de suporte à urbanização por lazer, tais como: bares, restaurantes, mercadinhos, agências de viagens e receptivos de turismo. O litoral de Barra de São Miguel passa a ser redefinido enquanto forma de expansão do modo de vida urbano.

O segmento do turismo de receptivos em Alagoas também contribuiu para o aumento do fluxo de visitantes na Barra, em especial no período da alta temporada. Os receptivos compreendem empresas que oferecem uma logística para o transporte e passeios “*all day*” para as praias da Barra de São Miguel, onde são oferecidos passeios de barcos (catamarãs) pela Lagoa do Roteiro, opcionais para os turistas.

De forma geral, a morfologia urbana implantada em Barra de São Miguel é inerente ao fenômeno da maritimidade moderna. Segundo Pereira (2006:51), esta morfologia pode ser descrita através de áreas com a presença de parcelamentos urbanos próximos ao mar, aglomerados de segundas residências e empreendimentos turísticos.

Com relação às transformações socioespaciais do litoral de Barra de São Miguel engendradas pelo desenvolvimento das práticas marítimas modernas e da vilegiatura marítima, serão analisados indicadores quantitativos, referentes à sua dimensão imobiliária, além da morfologia resultante de sua urbanização litorânea.

---

<sup>75</sup> Entrevista concedida por Normande (2015).

<sup>76</sup> De acordo com o Cadastro Imobiliário Mercantil da Barra de São Miguel, o empreendimento Pousada da Lua é o mais antigo da Barra de São Miguel e data de 1984.

<sup>77</sup> Em 2009 foi inaugurado o primeiro *resort* de capital português, o Kenoa, direcionado ao consumidor de alto padrão econômico.

### 3.3.1 Urbanização litorânea pelas atividades da vilegiatura: aspectos quantitativos e morfologia urbana resultante

Os desdobramentos de caráter quantitativo da vilegiatura marítima em Barra de São Miguel podem ser apreendidos através de uma análise acerca das residências secundárias através da contabilização dos domicílios de uso ocasional realizada pelo IBGE<sup>78</sup> nos anos de 1991, 2000 e 2010.

De acordo com Pereira (2012:177) o conjunto de dados sistematizados pelo IBGE possui uma grande importância na caracterização de como se deu a ocupação do território pelas práticas marítimas modernas, em especial a vilegiatura.

O censo de 1991 destaca na Barra de São Miguel um número de 972 (novecentos e setenta e dois) *domicílios de uso ocasional*<sup>79</sup>, número já superior ao de *domicílios permanentemente ocupados*<sup>80</sup>. Os dados do Censo de 2010 indicam um aumento de 60% em relação ao número de DUO's do Censo de 1991, tendo sido acrescentadas 1.478 (um mil quatrocentos e setenta e oito) novas unidades, totalizando 2.450 (dois mil, quatrocentos e cinquenta).

O aumento no número de DUO's foi acompanhado de uma variação na taxa de urbanização<sup>81</sup> do município, que passou de 70,73% para 86,10%, segundo dados do IBGE (2010). A proliferação do veraneio pelas segundas residências representam a própria expansão do tecido urbano (taxa de urbanização) em Barra de São Miguel (Quadro 05).

**Quadro 05 - Domicílios de uso ocasional e taxa de urbanização em Barra de São Miguel**

<b>DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL EM BARRA DE SÃO MIGUEL</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
TOTAL			
<b>Domicílios Particulares Ocupados</b>	957	1415	2021
<b>Domicílios Não-ocupados (DUO)</b>	972	1682	2450
<b>Taxa de urbanização</b>	70,73%	82,16%	86,10%

Fonte: Censos IBGE (1991, 2000, 2010).

<sup>78</sup> Com relação à década de 1980, a informação da qual o IBGE dispõe é o número de domicílios permanentes, totalizando 495 unidades.

<sup>79</sup> O IBGE calcula o número de DUO's de acordo com a soma entre *domicílios de uso ocasional e domicílios vagos*.

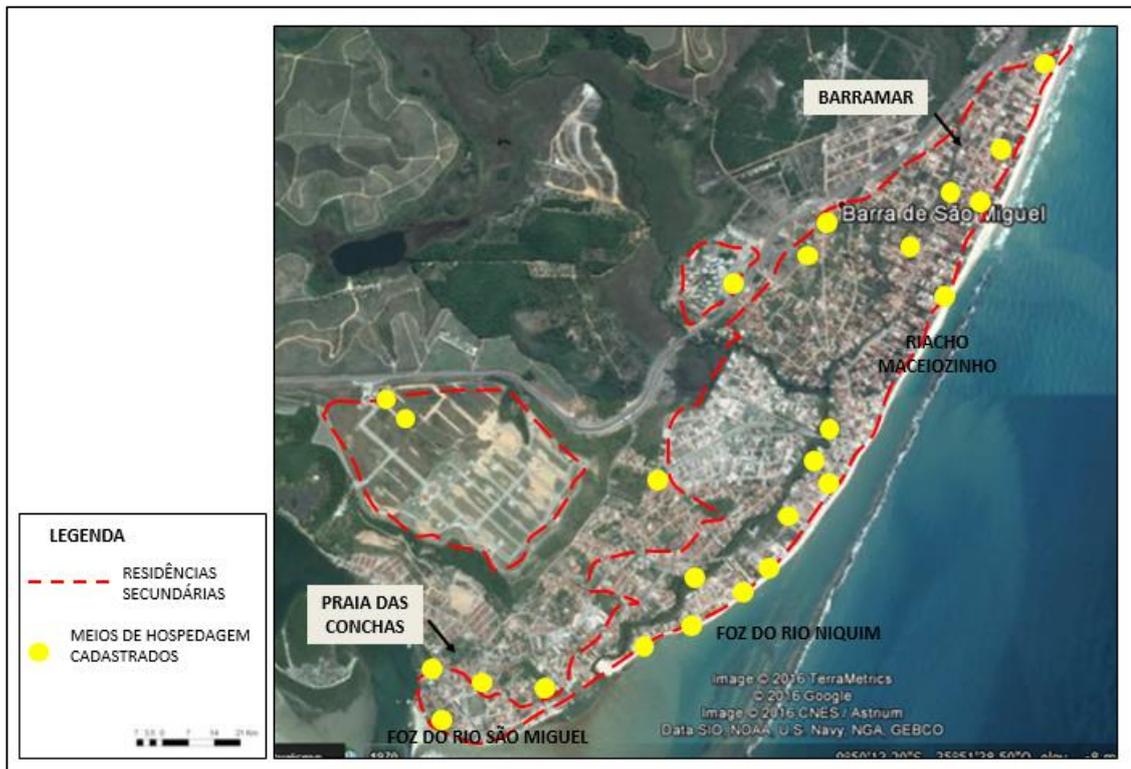
<sup>80</sup> O IBGE calcula o número de *domicílios particulares ocupados* segundo a soma dos *domicílios particulares permanentemente ocupados e domicílios particulares improvisados ocupados*.

<sup>81</sup> A taxa de urbanização de um município é calculada pela razão entre sua *população urbana* e sua *população total*, cujo resultado é multiplicado por 100.

Os 2.450 domicílios de uso ocasional registrados pelo Censo de 2010 correspondem à 54% dos 4.496 (quatro mil, quatrocentos e noventa e seis) domicílios recenseados<sup>82</sup>. Estes dados revelam a predominância dos domicílios de uso ocasional enquanto elemento mais característico do urbano na planície litorânea do município.

Os aglomerados de residências secundárias estão distribuídos ao longo da franja litorânea do município. De acordo com os estudos de Pessoa (2012) acerca dos *Impactos socioeconômicos e ambientais dos condomínios e loteamentos fechados de segunda residência na Barra de São Miguel*, foram contabilizados aproximadamente 114<sup>83</sup> condomínios e loteamentos fechados (ANEXO I)

**Ilustração 31** - Aglomerações residenciais e meios de hospedagem cadastrados no município (2016)



Fonte: GOOGLEEARTH (adaptado)

Segundo dados do Cadastro Imobiliário Mercantil fornecido pela Secretaria de Finanças da Barra de São Miguel Cadastro, existem 24 (vinte e quatro) meios de hospedagem cadastrados no município (ANEXO II). É possível observar que os meios de hospedagem, representados

<sup>82</sup> O total de domicílios recenseados foi obtido pela soma entre os *domicílios permanentemente ocupados, domicílios não-ocupados e domicílios coletivos*.

<sup>83</sup> Informações atualizadas pelo autor (a). Na época da pesquisa de Pessoa (2012), os empreendimentos “Condomínio ILOA”, “Terraços da Barra” e “Loteamento ALTAVISTA” ainda não tinham sido lançados.

pelas esferas amarelas acima (Ilustração 32), se “perdem” em meio à mancha urbana que representa os aglomerados de segundas residências. Porém, não se pode negar a importância do setor de comércio e serviços para a economia e turismo em Barra de São Miguel. Até o ano de 2015, cerca de 695 (seiscentos e noventa e cinco) contribuintes estavam cadastrados na Prefeitura Municipal prestando serviços relacionados à este setor.

A morfologia urbana predominante em Barra de São Miguel se distribui na forma de aglomerações de residências secundárias que recobrem praticamente toda a costa do município ao longo de seus 10 (dez) bairros. As principais formas de ocupação<sup>84</sup> dos aglomerados de residências secundárias se dão através de: a) aglomerados homogêneos, ocupados predominantemente pelos veranistas; b) aglomerados heterogêneos, onde é possível verificar a coexistência entre casas/condomínios de veraneio e habitações das populações tradicionais; e c) condomínios e loteamentos horizontais /verticais.

**Ilustração 32** - Exemplo de residência de veraneio à beira-mar (Loteamento Praia das Conchas)



Fonte: Autora (2016).

**Ilustração 33** - Exemplo de residência de veraneio (Loteamento Barramar)



Fonte: Autora (2016).

---

<sup>84</sup> Tomou-se como base a classificação proposta por Pereira (2006).

**Ilustração 34** - Coexistência entre habitações tradicionais e condomínio de veraneio



Fonte: Autora (2016).

**Ilustração 35** - Condomínio Porto Venezia (exemplo de condomínio fechado)



Fonte: Autora (2016).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vilegiatura marítima moderna e a urbanização do litoral são fenômenos socioespaciais historicamente construídos, que passam pelo entendimento dos processos de valorização dos espaços litorâneos e da constituição de uma maritimidade moderna associada ao lazer (banhos de mar, vilegiatura marítima e turismo litorâneo). Uma vez que a vilegiatura marítima é praticada pelas populações citadinas, pode-se dizer que existe um forte elo entre esta prática e a urbanização litorânea.

Uma das principais questões abordadas no trabalho refere-se à aplicabilidade do conceito de vilegiatura marítima no estudo da urbanização litorânea no Nordeste do Brasil. Através de uma revisão bibliográfica nacional e internacional, foi possível identificar as principais características da prática da vilegiatura, desde a sua forma clássica, até sua ressignificação no tempo-espaço para forma da vilegiatura marítima frente o fenômeno da maritimidade moderna.

Esta discussão foi fundamental no entendimento das características contemporâneas da vilegiatura marítima e sua conformação quando associada ao turismo litorâneo, em especial a partir da segunda metade do século XX. Percebe-se que a vilegiatura marítima e o turismo litorâneo são práticas interconectadas, embora não sejam idênticas.

Com o advento do turismo, a ocupação das zonas de praia soma e reforça uma racionalidade anteriormente empreendida pela prática da vilegiatura marítima e o desejo das elites em “morar à beira-mar”, cujos primórdios foram os balneários europeus do século XVIII e XIX. Este conceito, utilizado para caracterizar as práticas que envolvem deslocamentos e estadias, não explica completamente as práticas sociais vinculadas às estadas temporárias.

Desta maneira, embora os deslocamentos e as atividades de lazer sejam fundamentais à compreensão da vilegiatura marítima e do turismo litorâneo, torna-se necessário demarcar que a vilegiatura marítima precisa de um aporte teórico-metodológico próprio para explicar a relação viagem-estadia.

No bojo das mudanças de mentalidade da sociedade com relação aos ambientes litorâneos, a partir do século XX as cidades voltam-se para o mar e as zonas de praia das principais capitais brasileiras passam a ser cada vez mais apropriadas e transformadas pelos vilegiaturistas para a realização de atividades relacionadas ao ócio. Com isso, o espaço litorâneo vai se transformando em mercadoria nobre, cuja ocupação pelos novos atores (vilegiaturistas) provoca a “expulsão” gradativa dos habitantes tradicionais ligados à uma maritimidade tradicional.

No estudo ora desenvolvido, procuramos relacionar a prática da vilegiatura marítima em Barra de São Miguel, no Estado de Alagoas, ao desenvolvimento de uma maritimidade moderna na capital Maceió. A expansão da urbanização em direção ao litoral deu-se inicialmente através da ocupação de sua planície litorânea e o seu crescimento em direção ao litoral sul apresentou-se enquanto reflexo dos investimentos e obras de reestruturação urbana para a cidade, como o Projeto Dique Estrada (1976-1982).

As mudanças nas relações da sociedade com os ambientes litorâneos e a valorização litorânea destacam o marítimo enquanto elemento inserido no cotidiano da sociedade urbana alagoana. Com isso, os desdobramentos das iniciativas para o desenvolvimento do turismo no Estado foram fundamentais ao processo de “espalhamento” da urbanização através da vilegiatura marítima em direção aos municípios litorâneos enquanto extensão do tecido urbano da capital, como é o caso da Barra de São Miguel.

Em Barra de São Miguel o veraneio tem promovido transformações de várias naturezas, em especial aquelas associadas à apropriação da natureza pela sociedade. Seu litoral tem sido transformado cada vez mais em mercadoria através das mudanças em sua paisagem litorânea atual. A valorização da beira-mar associada à inserção dos novos atores (vilegiaturistas) exerce uma dominação paralela às zonas de praia, fruto do interesse turístico e imobiliário.

Além da implantação dos aglomerados de veraneio, a chegada da eletrificação, vias de transporte rodoviário e os novos costumes configuram-se como desdobramentos da chegada do tecido urbano no espaço litorâneo em análise. Com isso, o crescimento da segregação socioespacial “expulsa” as colônias de pescadores e habitantes locais para áreas mais pobres e menos valorizadas, que tem agora seus antigos espaços de moradia ocupados por aglomerados de residências de veraneio em suas diversas formas: residências unifamiliares, condomínios fechados e loteamentos privatizados.

Além disso, observa-se a presença de empreendimentos turísticos imobiliários para dar suporte à demanda de visitantes, fruto da fusão de negócios de hotelaria para o turismo de sol e mar e condomínios residenciais, que têm sido veiculados pela publicidade do setor como verdadeiros “paraísos à beira-mar”.

Tem-se mostrado clara a demanda crescente por espaços de lazer e ócio, particularmente litorâneos, onde a grande valorização desses espaços tem redefinido a urbanização do litoral, como em Barra de São Miguel. Além da morfologia espacial descontínua e cuja configuração espacial baseada predominantemente em aglomerados de segundas residências e parcelamentos urbanos próximos ao mar, os veranistas compõem um campo de força delimitador que impõe sua supremacia em relação aos visitantes e moradores locais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACZEL, A. D. **Bússola: a invenção que mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ALAGOAS, Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo. **História e curiosidades do Turismo em Alagoas**. Maceió, 2015a. Disponível em: <<http://www.sedetur.al.gov.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2015.
- ALAGOAS, Secretaria do Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Alagoas. **Arranjos Produtivos Locais – APL**. Maceió, 2015b. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/arranjos-produtivos-locais>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- ALAGOAS, Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas. **Duplicação AL 101- sul movimentada economia e valoriza Região Sul de Alagoas**. Maceió, 2015c. Disponível em: <<http://www.der.al.gov.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2015.
- AMBROZIO, L.C.G. Viagem, Turismo e Vilegiatura. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.18, 11.105-113, 2005.
- AMBROZIO, L.C.G. **O Presente e o Passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis (Uma História Territorial)**. 2008. 376 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ARAGÃO, Raimundo F. **Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza-CE**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005, 147f.
- ARAÚJO, E.F. Metropolização turística e as políticas públicas na produção do espaço litorâneo da região metropolitana de fortaleza. **Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- ARCHER, B; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W.F. **Turismo Global**. São Paulo: Senac, 1998.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS. *Governo garante R\$ 60 milhões para a duplicação da AL 101 Sul*. Maceió, 02 janeiro 2009.
- ASSIS, Leninton F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro. Ano VII, n. 11, p.12, 13, set/out. 2003.
- ASSIS, Lenilton F. de. Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In SILVA, J.B. da; DANTAS, E.W.C.; ZANELLA, M.E.; MEIRELES, A.J.A. (org). *Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, p. 289-305.
- BARRA DE SÃO MIGUEL. Plano Diretor Participativo de Barra de São Miguel (PDP). Barra de São Miguel, 2008.
- BARRA DE SÃO MIGUEL, Prefeitura Municipal. **História da Barra de São Miguel**. Disponível em: <<http://www.barradesaomiguel.al.gov.br/>> Acesso em: 26 jun. 2015a.

BARRA DE SÃO MIGUEL, Prefeitura Municipal. **Informativo do município de Barra de São Miguel**. Disponível em: < <http://www.barradesaomiguel.al.gov.br/>> Acesso em: 26 jun. 2015b.

BARRA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Barra&oldid=41190760>>. Acesso em: 26 jul. 2015

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2003.

BARROS, M.V. **A contribuição da participação sociopolítica para o desenvolvimento do turismo sustentável no município de Maragogi, Alagoas**. Dissertação de Mestrado – Prodema. Universidade Federal de Alagoas, 2005.

BARROS, Nilson C. Croácia de. **Manual de geografia do turismo**. Recife: UFPE, 1998.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: In: YÁZIGI; CARLOS; CRUZ (Orgs). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENI, Mário Carlos Política e planejamento de turismo no Brasil / Mário Carlos Beni. – São Paulo: Aleph, 2006.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. Disponível em: [http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap\\_3\\_Como\\_Elaborar.pdf](http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf). Acesso em: 18 jul. 2015.

BRANDÃO, Moreno. **Vade-Mecum do Turista em Alagoas**. Maceió: Instituto Histórico de Alagoas, 1937.

BRASIL, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Rede de avaliação e capacitação para a implementação dos planos diretores participativos**. 2008. Barra de São Miguel. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/busca?searchword=plano%20diretor%20barra%20de%20s%C3%A3o%20miguel&ordering=newest&searchphrase=all&limit=20>>. Acesso em: out. 2015d.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse preliminar do Censo demográfico - 2000**. v. 7. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia: orientações básicas**. 2 ed, Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia**. Disponível em: <[www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)>. Acesso em: ago. 2011a.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro**. Disponível em: < <http://www.econeit.org/wp-content/uploads/2012/03/INFRAESTRUTURA.pdf>>. Acesso em: ago. 2012c

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **APL Turismo Região das Lagoas**. Disponível em: < [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1247146435.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1247146435.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2015a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **APL Costa dos Corais**. Disponível em: < [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1247146349.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1247146349.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2015b.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Rede de avaliação e capacitação para a implementação dos Planos Diretores Participativos**. Disponível em: < [http://new.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/BarraSaoMiguel\\_AvaliacaoAL.pdf](http://new.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/BarraSaoMiguel_AvaliacaoAL.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2015c.

BRITO, Sérgio de Palma. **Turismo, Sustentabilidade, Ordenamento do Território e Ambiente**. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, Príncipia Editora, 2010.

Briz, G. (2007). Vilegiatura balnear: Imagem Ideal / Imagem real. **Revista de História da Arte**, 3, 254-267.

CARLOS, A.F. O turismo e a produção do não –lugar. In: YÁZIGI; CARLOS; CRUZ (orgs): **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, A.F. “Novas” contradições no espaço. In: CARLOS, Ana Fani et al (org.). **O espaço no fim do século – a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.

CAVALCANTI, Verônica Robalinho; LINS, Regina Dulce Barbosa. **“Vazios” urbanos de Maceió: fronteiras e insterstícios da urbanização**. Projeto de Pesquisa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2003.

CAVALCANTI, Toni. **Maceio Antiga 01**. 2011. Disponível em:<[www. http://alagoasbytonicavalcante.blogspot.com.br/](http://alagoasbytonicavalcante.blogspot.com.br/)>. Acesso em: 05 jan. 2016.

C. ENGENHARIA. Material Promocional. Folder. **Desfrute o melhor da Barra: Altavista**. Barra de São Miguel, 2011.

CHAFFUN, N. **Dinâmica global e desafio urbano**. In: BONDUKI, N. (Org.). Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidade brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1997. 267p.

COLÁS, J. L. La residència em Espanha: estúdio territorial de uso y tenencia. Barcelona, 2003. 440 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Facultat de Filosofia i Lletres. Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2003.

CORBIN, Alain. O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIO, L. N. M. T. Turismo: Prática Social de Apropriação e de Dominação de Territórios. In: ARROYO, M.; LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: Cidade**,

**Campo e Turismo.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

CORREA, S.M.S. Germanidade e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul. **História, ciência, saúde – Maginhos.** 2010, v.17, n.1, pp. 165-184.

COSTA, C.R.C. **Turismo, Produção e Consumo do Espaço Litorâneo.** Geografia em Questão, v.05, n.01, 2012.

CORREIA, Monica Dorigo; Sovierzoski, Hilda Helena. **Ecosistemas marinhos: recifes, praias e manguezais.** Maceió: EDUFAL, 2005.

COSTA, C.R.C. **Turismo, Produção e Consumo do Espaço Litorâneo.** Geografia em Questão, v.05, n.01, 2012.

CRUZ, R.C. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, R.C. Políticas de turismo e construção do espaço turístico – litorâneo no nordeste do Brasil. In: LEMOS, A (org). **Turismo: Impactos socioambientais.** São Paulo: HUCITEC, 2001.

CUNHA, G.B.; PEREIRA, A.Q. Vilegiatura marítima e os municípios litorâneos da região metropolitana de Fortaleza: o caso de Aquiraz, Caucaia, São Conçalo e Cascavel. **Geosaberes.** Fortaleza, v. 6, volume especial (3), p. 417- 426, fevereiro.2016.

DANTAS, E.W. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP.** Espaço e tempo, São Paulo, nº 15, PP. 63-66, 2004.

DANTAS, E. W. C.; PANIZZA, A.; PEREIRA, A.Q. Vilegiatura marítima no nordeste brasileiro. In: Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Barcelona: Geocrítica, 2008.

DANTAS, E.W.C.; PEREIRA, A.Q. Veraneio marítimo na metrópole: o caso de Aquiraz, Ceará-Brasil. **Revista Sociedade & Natureza.** Uberlândia, 20 (2): 93-106, dez. 2008.

DANTAS, E.W.C; PEREIRA, A.Q. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. In: **Turismo e Imobiliário nas Metrôpoles.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

DANTAS, E.W.C. **Maritimidade nos trópicos:** por uma geografia do Litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DANTAS, E. W. C.; PANIZZA, A.; PEREIRA, A.Q. Urbanização litorânea das metrôpoles nordestinas brasileiras. In: **Turismo e Imobiliário nas Metrôpoles.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

DANTAS, E.W.C, SILVEIRA, B.R. Urbanização litorânea: considerações sobre a vilegiatura marítima na localidade do Icaraí – Caucaia – Ceará. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos.** Porto Alegre, RS, 2010.

DANTAS, E.W.C; QUEIROZ, Alexandre Pereira. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos In. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Rio de Janeiro: Letras Capital, 2010.

DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (Orgs.). Turismo imobiliário nas metrópoles. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, v. 1, 224 p.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo – política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DUARTE, R.O. **Orla Lagunar de Maceió: apropriação e paisagem**. 2010. 190 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado-DEHA. Universidade Federal de Alagoas, 2010.

DUARTE, R.O.; CAVALCANTI, V.R. Orla Lagunar de Maceió: uma paisagem em movimento. **XXVI Congresso Pan-Americano de Arquitetos**. Maceió, AL, 2012.

ENDRES, Ana V. Planejamento estatal: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no nordeste. Turismo em Análise. São Paulo: ECA/USP, v. 13, n. 1, maio 2002.

GIL, António Carlos (2008) Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. Brasil.

FERRARA, L. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI; CARLOS; CRUZ (orgs): **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FONSECA, Maria Aparecida da; LIMA, Renata Mayara Moreira de. Segunda Residência: conceitos, características e significados, In: FONSECA, Maria Aparecida da. Segunda residência, lazer e turismo. Rio Grande do Norte: EDUFRN, (org), 2012.

FONSECA, M.A; LIMA, R.M.M. Globalização, turismo e lazer na região metropolitana de Natal/RN. In: **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, Disponível em: <[www.univali.br/revistaturismo](http://www.univali.br/revistaturismo)>. v.14, n.3, p. 332-336, 2012.

GOMES, I.R. **Vilegiatura além da metrópole: urbanização em Tibau (RN)**. 2013. 228 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.

HALL, C.M. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades @: Barra de São Miguel AL**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas do desenvolvimento humano. Região Metropolitana de Maceió. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2015.

JACOB, C.R; HEES, D.R; WANIEZ, P; BRUSTLEIN, V. **Religião e Sociedade em capitais brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola; Brasília: CNBB, 2006.

LEFEBVRE, H. (1970). **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, primeira reimpressão 2002, p 15-32.

JUNIOR, A.T.P.S. **A Espacialidade do vilegiaturista marítimo em Fortaleza - CE: Práticas e transformações recentes**. 2010. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal do Ceará, obrigatória para a obtenção do título de Mestre, na área de Dinâmica Territorial e Ambiental. Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas. Fortaleza, Ceará 2010.

KARPINSKY, César. Paisagem e história: notas de leitura. In: **Revista Espaço Plural**. Dossiê Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.e-revista.unioeste.br/>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

LIMONAD, E. Na trilha do sol: urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro. In: MENDONÇA, J.G.; COSTA, H.S.M. (orgs). **Estado e capital imobiliário. Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2011.

LÓPES COLÁS, Julián. La residència em Espanha: estúdio territorial de uso y tenencia. Barcelona, 2003. 440 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Facultat de Filosofia i Lletres. Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2003.

MACEDO, Silvio. **Paisagem, urbanização e litoral – do éden à cidade**. Tese de livre docência, São Paulo: FAUUSP, 1993.

MAJELLA, Geraldo. **Jatiúca, essa é a minha praia**. Blog do Majella. Disponível em :<<http://majellablog.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

MARTINS, Elizabeth Carvalho. **Turismo e Impactos Socioambientais na Praia do Francês – AL**. 2000. 162 f. Dissertação de Mestrado – Programe Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Alagoas.

MARTINS, Ângelo Cavalcanti. O produto turístico Alagoas em seu desenvolvimento socioeconômico. **Economia Política do Desenvolvimento** – Revista de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - UFAL. Maceió, v.1, n.6, p. 83-109, set./dez. 2009. Edufal.

MARTINS, P.A.G. **Contributos para uma História do Ir a Praia em Portugal**. 2011. 135 f. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C., CROCCO, M. A. (Eds.) **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006a. disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT2308201001849.PDF>>. Acesso em: jan. 2015.

MONTEIRO, N.P. **Condomínios fechados em Parnamirim: inserção urbana, desdobramentos e reflexões**. 2013. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, A.I.G: **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007. 232 p.

NORMANDE, Taís Bentes. **Rede de avaliação e implementação dos planos diretores participativos**. 2008. Barra de São Miguel. Disponível em: <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/BarraSaoMiguel\\_AvaliacaoAL.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/BarraSaoMiguel_AvaliacaoAL.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). 1999. **Conta satélite do turismo (CST): quadro conceptual**. Madrid: OMT.

PAIVA, M.G.M. Sociologia do Turismo, Campinas, SP: Papirus, 1995. – (Coleção Turismo)

PAIVA, M.G.M. Sociologia do Turismo, Campinas, SP: Papirus, 1995. – (Coleção Turismo)

PANIZZA, A.C.; PEREIRA, A.Q. Residências secundárias e estruturação socioespacial da zona costeira cearense, Brasil. **Geografia**, Londrina, v. 18, p. 53-74, 2009.

PEREIRA, A.Q. **A Urbanização vai à Praia: contribuições da vilegiatura à metropolização no Nordeste do Brasil**. 2012. 350 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2012.

PEREIRA, A.Q. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará: Fortaleza em Aquiraz**. 2006. 157 f. Dissertação de Mestrado – UFC. Programa de pós – Graduação em Geografia. Fortaleza, 2006.

PEREIRA, A.Q. Por uma condição urbana da vilegiatura (marítima). **Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

PESSOA, Mikaela Almeida. **Impactos socioeconômicos e ambientais dos condomínios e loteamentos fechados de segunda residência na Barra de São Miguel**. Monografia de Graduação, Curso de Turismo, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca (Unidade Penedo), 2012.

PIMENTEL, M.R. A sociedade urbana e a espacialidade turística. In: **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 128-143, outubro de 2009.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo – Globalização e meio técnico – científico - informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Fundamentos teóricos e Metodológicos da Geografia. 4<sup>o</sup> ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, J.E. **Barra de São Miguel: 100 anos de história**. Maceió: CEPAL, 2011.

SALLES, V. *Dunas e Restingas*. In: SALLES (org). *Guia do Meio Ambiente: Litoral de Alagoas*. Maceió: Projeto IMA/GTZ, 1993.

SARMENTO, Maria Emília Couto; MONTEIRO, Circe Gama. A imagem turística veiculada de Maceió. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 10, 2013.

SEBRAE – AL. Inventário Piloto de Ofertas e Oportunidades Turísticas de Municípios Alagoanos – Região das Lagoas. Programa SEBRAE de Turismo, Maceió, AL, 2004.

SILVA, Alexsandro F. C.; FERREIRA, Angela Lúcia. Dinâmica imobiliária e turismo: novas relações, novos riscos. *Cadernos Metrôpole*, v. 18, p. 109-134, 2007.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da; FERREIRA, Angela Lucia. A Estruturação do Turismo e do Imobiliário nas Metrôpoles Nordestinas: Conceitos Básicos e Antecedentes. In: **Turismo e Imobiliário nas Metrôpoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

SOARES JUNIOR, A.T; DANTAS, E.W. O lazer e habitação com a vilegiatura marítima: o caso das residências secundárias em Fortaleza – Ceará. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaços de Diálogos e Práticas**. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Ângela Maria Falcão da. **A cidade e o mar: as práticas marítimas modernas e a construção do espaço da Praia do Futuro (Fortaleza-CE-Brasil)**. Fortaleza, 2006. 180p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará.

SILVA, Kelson. **A residência secundária e o uso do espaço público no litoral oriental potiguar**. 2010. 167f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

SILVA, Kelson Oliveira de. **A residência secundária no Brasil: dinâmica espacial e contribuições conceituais**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

SILVA, Kelson de Oliveira. A “casa de praia” na capital potiguar: lazer, banhos de mar e a valorização do litoral. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 3, n. 1, p. 05-24, jan./jun. 2014.

SOUSA, A.N.L. **Globalização: Origem e Evolução**. Caderno de Estudos Ciência e Empresa, Teresina, Ano 8, n. 1, jul. 2011.

SILVEIRA, B.R. Da vilegiatura marítima ao morar permanente no litoral: dinâmicas urbanas na orla marítima do Icarai – Ceará. **Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, J.D.N. **Urbanização e saúde em Maceió, AL: o caso dos bairros Vegel do Lago, Jacintinho e Benedito Bentes**. 2011. 112 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado-DEHA. Universidade Federal de Alagoas, 2011.

SPOSITO, M, E. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L. et al (org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p.83-99.

STROHAECKER, T.M; TOLDO, E. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, 1999.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001. 1113 p.

URRY, John. **O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Ed. Studio Nobel: SESC, 2001.

VASSALO, Miguel. Uma ponta de terra adentrando o verde do mar: depoimento. [11 de novembro, 2013]. Disponível em: < [www.osvaldopatoroco.blogspot.com.br](http://www.osvaldopatoroco.blogspot.com.br)>. Acesso em: 10 jan 2016. Entrevista concedida a Jair Barbosa Pimentel e José Ademir.

VANCONCELOS, D.A.L; BEZERRA, E.J.G. Reflexões sobre Modernidade, Turismo e Campo Social no Estado de Alagoas – Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, vol. 02, n. 02, p. 146-158, 2012.

VERAS FILHO, Luís. História do Turismo em Alagoas. Maceió: Sergasa, 1991.

VILA Niquim funcionará durante o ano inteiro. Secretaria de Desenvolvimento do Turismo. Disponível em: <<http://www.sedetur.al.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan 2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VIVENDI EMPREENDIMENTOS PARA VIVER A VIDA. Material Promocional. Folder. **Iloa Vida em Família**. Um empreendimento inédito, para você ter a sua casa de praia sem trabalho, com muito lazer e baixo custo de manutenção. Barra de São Miguel, 2011.

WIKIPEDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <[http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Barra\\_de\\_S%C3%A3o\\_Miguel#Refer.C3.AAncias](http://www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Barra_de_S%C3%A3o_Miguel#Refer%C3.AAncias)>. Acesso em: 30 jun. 2015a.

## ANEXOS

### **ANEXO I – CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS CONSTRUÍDOS EM BARRA DE SÃO MIGUEL**

- ✓ Loteamento Barra Mar, cinquenta e cinco condomínios, sendo que seis com três residências, quarenta e quatro com vinte residências e cinco com dez residências.
- ✓ Loteamento Recanto dos Caetés, dois condomínios, sendo que um apresenta seis residências e o outro quinze apartamentos;
- ✓ Loteamento Ayres tem cinco unidades;
- ✓ Loteamento Moema Basto, quatro condomínios, respectivamente 1 com 5 duplex, 1 com 8 casas, 1 com 2 casas e 1 com 20 apartamentos.
- ✓ Loteamento Solemar contém cinco unidades;
- ✓ Loteamento Praia Bonita, dois condomínios, sendo que um apresenta três unidades e outro cinco unidades;
- ✓ Loteamento Praia das Conchas, sete condomínios, sendo que 1 tem 47 apartamento, 1 com 20 apartamentos, 1 com 10 residências, 1 com 8 residências, 2 com 5 duplex cada e 1 com 6 duplex;
- ✓ Bairro Alto de São Marcos, dois condomínios, sendo que um com três unidades e outro com sessenta e sete;
- ✓ Bairro Oiteiro, um condomínio que tem seis unidades;
- ✓ Rua José Vieira de Andrade, um condomínio com quarenta e oito unidades;
- ✓ Condomínio Porto Venezia apresentam sessenta e sete apartamentos;
- ✓ Condomínio Almerinda tem 150 apartamentos;
- ✓ Condomínio Village Bogari possuem 12 residências;
- ✓ Condomínio Mar Azul oferecem 10 residências;
- ✓ Condomínio Village Açucena contém 7 residências;
- ✓ Condomínio Village Manacá contém 10 residências;
- ✓ Condomínio Girassol consta 10 residências;
- ✓ Condomínio Mar Aberto oferta 10 residências;
- ✓ Edifício Daniela tem 15 apartamentos;
- ✓ Condomínio Village Magnólia contém 12 residências;
- ✓ Condomínio Village Aconchego contém 5 residências;

- ✓ Condomínio Village Floboyam contém 5 residências;
- ✓ Condomínio Village Hibisco contém 12 residências;
- ✓ Condomínio Village Alamanda contém 8 residências;
- ✓ Condomínio Flor de Liro possui 5 residências;
- ✓ Condomínio Céu Azul possui 5 residências;
- ✓ Condomínio Pedra Marinha possui 5 residências;
- ✓ Condomínio dos Amigos possui 4 residências;
- ✓ Condomínio Senhor do Bonfim possui 6 residências;
- ✓ Condomínio Viva Ville – 1 oferece 5 residências;
- ✓ Condomínio Viva Ville – 2 oferece 5 residências;
- ✓ Condomínio Viva Ville – 3 oferece 5 residências;
- ✓ Condomínio Viva Ville – 4 oferece 5 residências;
- ✓ Condomínio Viva Ville – 5 oferece 5 residências;
- ✓ Condomínio Nossa Senhora de Fátima oferece 5 residências;
- ✓ Condomínio Dos Farias apresenta 10 residências;
- ✓ Condomínio Arpoador tem 5 residências;
- ✓ Condomínio Marlin possui 5 residências;
- ✓ Condomínio Barra Maris oferta 7 residências;
- ✓ Loteamento Arquipélago do Sol, três condomínios, sendo que o primeiro com 183 residências, segundo com 122 residências e o terceiro com 227 residências, respectivamente os três recebem a denominação de Grand Bahamas, Gran Canária e Grand Cayman. Os loteamentos e condomínios que estão em obras correspondem ao:
  - ✓ Condomínio Terraços da Barra, com dois blocos de apartamentos cada um com trinta e nove unidades;
  - ✓ Condomínio Iloa Vida em Família, com 172 apartamentos no Residence I e no Condo Resort;
  - ✓ Loteamento Alta Vista, com 918 lotes.

**ANEXO II – RELAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CADASTRADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO MIGUEL (Cadastro Mercantil)**

- 01)** Nome Fantasia: Pousada da Lua  
Data início atividade: 04/04/1984
- 02)** Nome Fantasia: Camping Pousada Beira-Mar  
Data início atividade: 02/10/1989
- 03)** Nome Fantasia: Pousada Barra Sol Lazer e Turismo LTDA  
Data início atividade: 30/05/1990
- 04)** Nome fantasia: Duleste Hotéis de Turismo LTDA  
Data início atividade: 16/04/1997
- 05)** Nome Fantasia: Hotel Riomar - ME  
Data início atividade: 03/03/1997
- 06)** Nome fantasia: M.P.M. Turismo LTDA - ME  
Data início atividade: 16/06/1998
- 07)** Nome fantasia: Brisamar Pousada LTDA - ME  
Data início atividade: 01/07/2001
- 08)** Nome fantasia: Marques e Accioly Lima - ME  
Data início atividade: 05/09/2005
- 09)** Nome Fantasia: Pousada Barramar  
Data início atividade: 20/05/2006
- 10)** Nome fantasia: Dermival Pinheiro da Silva e Cia LTDA - ME  
Data início atividade: 12/07/2007
- 11)** Nome fantasia: Rosa do Sol Turismo LTDA - EPP  
Data início atividade: 18/07/2007
- 12)** Nome fantasia: Kenoa  
Data início atividade: 30/07/2007
- 13)** Nome fantasia: Vasconcelos Emp. LTDA  
Data início atividade: 15/08/2008
- 14)** Nome fantasia: Iloa – Empreendimentos Turísticos LTDA  
Data início atividade: 26/05/2009
- 15)** Nome fantasia: C A L de Araújo Emp. Turísticos LTDA - ME  
Data início atividade: 24/09/2009
- 16)** Nome fantasia: L. F. Pessoa Netto Empreendimentos - ME

Data início atividade: 22/12/2009

**17) Nome fantasia: Cristina Alicia Guzman**

Data início atividade: 02/01/2011

**18) Nome fantasia: Marco Jacinto e Cia. LTDA**

Data início atividade: 04/01/2011

**19) Nome fantasia: Iara G. Affonseca - ME**

Data início atividade: 04/02/2011

**20) Nome fantasia: Alejandro Cirilo Camarelo**

Data início atividade: 10/02/2011

**21) Nome fantasia: A.P. Norton D. dos Santos - ME**

Data início atividade: 25/02/2011

**22) Nome fantasia: Paolini & Cia LTDA - ME**

Data início atividade: 04/04/2012

**23) Nome fantasia: M.E. Japiassu Guerra**

Data início atividade: 05/09/2013

**24) Nome fantasia: Pousada Paraiso do Mar LTDA**

Data início atividade: 21/05/2014